

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ARNALDO CAMARGO BOTAZINI JUNIOR

**AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EM FACE DA INSTALAÇÃO DO CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE
MINAS EM PASSOS/MG**

FRANCA

2020

ARNALDO CAMARGO BOTAZINI JUNIOR

**AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EM FACE DA INSTALAÇÃO DO CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE
MINAS EM PASSOS/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp/Franca, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, área de concentração em Instituições, Governança e Desenvolvimento.

**Orientadora: Profa. Dra. Paula Regina de Jesus
Pinsetta Pavarina**

**Coorientador: Prof. Dr. Agnaldo de Sousa
Barbosa**

FRANCA

2020

B748a Botazini Junior, Arnaldo Camargo
Avaliação das contribuições para o desenvolvimento regional
em face da instalação do campus do Instituto Federal do Sul de
Minas em Passos/MG / Arnaldo Camargo Botazini Junior. --
Franca, 2020.

154 f. : il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca
Orientadora: Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina
Coorientador: Agnaldo de Sousa Barbosa

1. Políticas Públicas. 2. Educação. 3.
Desenvolvimento Social 4. Desenvolvimento Local
5. Educação Pública. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo
autor(a).

ARNALDO CAMARGO BOTAZINI JUNIOR

**AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EM FACE DA INSTALAÇÃO DO CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE
MINAS EM PASSOS/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp/Franca, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, área de concentração em Instituições, Governança e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: _____

Profa. Dra. Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina – UNESP/FCHS

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita – UNESP/FCHS

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Juliano Fiorelini Nunes – UEMG

Franca, ____ de _____ de 2020.

Dedico este trabalho à minha esposa Érika pela compreensão nas ausências, às minhas amadas Luíze e Alícia, razões da minha vida, à toda minha família, ao IFSULDEMINAS, esperança de libertação de nossa gente e à UNESP por viabilizar este sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força nos momentos de abatimento e por me dar esperança quando o peso do fardo se faz sentir.

À minha orientadora, professora Dra. Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina, pela consideração e coragem de abraçar meu projeto, especialmente nos momentos em que ele mais pareceu desacreditado, também pelas orientações sempre ricas em tantos aspectos, inclusive aqueles para além de nossa relação institucional, expressando sua amizade, carinho e atenção, tão raros hoje em dia, e ao Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa, pelas inferências sempre precisas, que tanto contribuíram para a realização desse trabalho.

Aos professores, Dr. Felipe Ziotti Narita, Dr. Alexandre Marques Mendes, Dra. Raquel Dully Andrade e Dr. Juliano Fiorelini Nunes, por terem aceitado formar minhas bancas de qualificação e defesa, contribuindo de modo inestimável para a melhoria de meu conteúdo e correção dos erros nascidos de minha inexperiência.

A todo o corpo docente da UNESP, pelo quanto contribuem com a formação de seus alunos, dado ao seu comprometimento e vasto conhecimento, compartilhado sem reservas.

À minha esposa Érika Maria Ferreira Botazini, pelo incentivo e compreensão nas ausências, por ter sido pai e mãe de nossas filhas muitas vezes nesse período, sem jamais esmorecer, para que conquistássemos juntos essa vitória.

Às minhas filhas amadas Alícia Ferreira Botazini e Luize Ferreira Botazini, a quem dedico minha vida, por me permitirem conhecer o amor em uma dimensão incalculável; por seus sorrisos e presença que fazem com que qualquer ânimo se restabeleça; por serem os luzeiros mais brilhantes no meu firmamento.

Aos meus pais Arnaldo Camargo Botazini e Lúcia Helena Santos Botazini, por todo o sacrifício que fizeram para que eu pudesse alcançar todos os meus sonhos e realizações. Aos meus irmãos Renato Santos Botazini e Cairo Benedito Botazini, os amigos mais perfeitos do mundo. Ao sobrinho Miguel Cordeiro Botazini, pelas risadas inevitáveis com suas artes. Às cunhadas Gláucia Maria Cordeiro Botazini e Amanda Mendes da Silva Pereira que se somaram a esta família tão singular.

Ao IFSULDEMINAS que foi sonho um dia, depois semente e, hoje, brota como abençoado fruto do sonho de um país soberano firmado sobre os alicerces sólidos da educação.

A todos os colegas do programa que compartilharam angústias, apreensões, alegrias e momentos que, seguramente, estarão para sempre entre as melhores memórias que comigo

guardarei e de quem jamais pretendo me distanciar, mesmo que as circunstâncias assim tentem se impor. A vocês todo o meu reconhecimento, admiração e carinho.

*Não sou escravo de ninguém
Ninguém senhor do meu domínio
Sei o que devo defender
Por valor eu tenho
E temo o que agora se desfaz
Viajamos sete léguas
Por entre abismos e florestas
Por Deus nunca me vi tão só
É a própria fé o que destrói
Estes são dias desleais
Sou metal, raio, relâmpago e trovão
Sou metal, eu sou o ouro em seu brasão
Sou metal, me sabe o sopro do dragão
Reconheço o meu pesar
Quando tudo é traição
O que venho encontrar
É a virtude em outras mãos
Mas minha terra é a terra que é minha
E sempre será minha terra
Tem a lua, tem estrelas e sempre terá*

*Renato Russo
Metal contra as nuvens*

BOTAZINI JUNIOR, Arnaldo Camargo. **Avaliação das contribuições para o desenvolvimento regional em face da instalação do *campus* do Instituto Federal do Sul de Minas em Passos/MG.** 2020. 156f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar as contribuições para o desenvolvimento regional dado a implantação de um *campus* do Instituto Federal do Sul de Minas na cidade de Passos/MG, a partir da perspectiva de investimentos públicos em educação como ferramenta de desenvolvimento econômico e social, tendo na Rede Federal a materialização de política pública nesse campo, consumada pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O estudo foi realizado com base em levantamento bibliográfico e pesquisa documental. A pesquisa documental foi realizada junto à própria instituição em Passos e em sua Reitoria, no sentido de compreender os motivos que levam à escolha de uma localidade como recebedora de um *campus* da instituição e de como a comunidade a recebeu, com base em notícias veiculadas nos meios de comunicação locais à época e posteriormente à implantação, bem como estudo das medidas de ordem econômica que possam estar relacionadas ao *campus*. Além desse levantamento, o trabalho buscou conhecer os perfis tanto da instituição, por conta do aumento dos cursos ofertados, quanto de seus alunos, além de estudar como a cidade de Passos concebe investimentos, quer públicos, quer privados, em educação e quais os benefícios nascidos desses investimentos. Todo o levantamento realizado buscou ser confrontado com a literatura existente na área de investimentos em educação como forma de promoção de desenvolvimento econômico e social. Concluímos, com o trabalho realizado, que a sociedade local compreende o valor da educação e seu caráter positivo para o desenvolvimento e emancipação, devendo ser reconhecida como prioridade na elaboração de políticas públicas, sobretudo pela observação de seu relacionamento com as instituições para ela estabelecidas.

Palavras-chave: políticas públicas. educação. desenvolvimento social. desenvolvimento local. educação pública.

BOTAZINI JUNIOR, Arnaldo Camargo. **Evaluation of contributions to regional development in view of the installation of the campus of the Federal Institute of Southern Minas in Passos, Minas Gerais.** 2020. 155p. Thesis (Masters in Public Policies) –Humanities and Social Sciences School, Sao Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Franca, 2020.

ABSTRACT

The main objective of this study, is to be presented contributions to the regional development to the implantation of a campus of Federal Institute of Southern of Minas Gerais, at the city of Passos, Minas Gerais, from the perspective of public investments in education as a tool for economic and social development, with the Federal Network materialization of public policy in this field, consumed by Law 11,892 of December 29, 2008. The study was carried out based on a bibliographic survey and research documentary. The documentary research was carried out with the institution itself in Passos and in its Rectory, in order to understand the reasons that lead to the choice of a locality recipient of an institution campus and how the community received it, based on news published in the local media at the time and after implementation, as well as the study of economic measures that may be related to campus. In addition to this survey, this study sought to know the profiles of both the institution, due to the increase in the courses offered, and of its students, in addition to studying how the city of Passos conceives investments, both public and private, in education and what are the benefits generates from these investments. All the survey carried out sought to be compared with the existing literature in the area of investments in education as a way of promoting economic and social development. We concluded, as a result of the research carried out, that the local society understands the value of education and its positive character for the development and emancipation, and should be recognized as a priority in the elaboration of public policies, above all by the observation of its relationship with the institutions established for it.

Keywords: public policies. education. social development. local development. public education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Divisão Geopolítica em 1909	46
Figura 2 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até 2010.....	62
Figura 3 – Unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até 2019	63
Figura 4 – PIB do Município de Passos/MG	74
Figura 5 – Número de alunos na UEMG no Estado de Minas Gerais	82
Figura 6 – Eficiência Acadêmica de Concluintes da Rede Federal em 2017	91
Figura 7 – Eficiência Acadêmica de Concluintes do IFSULDEMINAS em 2017	92
Figura 8 – Resultados e metas do IFSULDEMINAS de Passos no IDEB 2017	96
Figura 9 – Matriculados por Raça/Cor e Renda no IFSUDEMINAS campus Passos em 2018	97
Figura 10 – Matriculados em cursos presenciais do IFSULDEMINAS de Passos por cidade	99

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Linha do tempo da Educação Profissional e Tecnológica.....	51
Quadro 2 – Cursos ofertados na UEMG de Passos	83
Quadro 3 – Vagas do curso de Medicina na UEMG Passos 2020	85
Quadro 4 – Relação Inscritos por Vaga (RIV) 2017 campus Passos IFSULDEMINAS	89
Quadro 5 – Regra de consistência da Rede Federal com base no RIV	90
Quadro 6 – Eficiência Acadêmica de Concluintes por cidade do IFSULDEMINAS 2017	92
Quadro 7 – GCM IFSULDEMINAS X GCM nacional	94
Quadro 8 – Resultado do ENEM por escola de Passos/MG em 2015.....	95
Quadro 9 – Tabela de pagamento de auxílios estudantis IFSULDEMINAS Passos/MG - 2019	103
Quadro 10 – Auxílios estudantis em outubro/2019 IFSULDEMINAS campus Passos.....	103
Quadro 11 – Eventos realizados no auditório do IFSULDEMINAS Passos em 2019.....	109
Quadro 12 – Atividades do III ENADIF	116
Quadro 13 – Atividades do IV ENADIF	117
Quadro 14 – Distribuição de vagas e habilitação exigida para estágio em Passos.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A/G	Armazéns Gerais
AA	Aprendizados Agrícolas
AE	Auxílio Estudantil
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CESEP/FEM	Centro Superior de Ensino e Pesquisa da Fundação Educacional de Machado
CF	Constituição Federal
CNPJ	Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas
COETAGRI	Cooperativa-Escola dos Alunos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Minas Campus Machado Ltda
COOPAMA	Cooperativa Agrária de Machado
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRC/MG	Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais
EAA	Escola de Aprendizizes Artífices
EAC	Eficiência Acadêmica de Concluintes
EaD	Educação a Distância
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EFOA	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
ENADIF	Encontro de Administração do IFSULDEMINAS - <i>Campus Passos</i>
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FADEMA	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico
FEM	Fundação Educacional de Machado
FESP	Fundação de Ensino Superior de Passos
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIT-MG	Faculdades de Inovação e Tecnologia de Minas Gerais
GCM	Gasto Corrente por Matrícula
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMEC	Instituto Brasileiro de Mercado de capitais
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IF	Institutos Federais
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IGC	Índice Geral de Cursos
JIF	Jogos dos Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
Ltda	Limitada
MBA	<i>Master of Business Administration</i>
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Patronatos Agrícolas
PIB	Produto Interno Bruto
PIQ	Programa Institucional de Qualificação
PND	Programa Nacional de Desburocratização
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSS	Processo Seletivo Simplificado
RIV	Relação de Inscritos por Vagas
RJ	Rio de Janeiro
SAE	Setor de Atendimento ao Educando
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificado
SP	São Paulo
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO	29
1.1 Educação para o desenvolvimento	29
1.1.1 Conceituação de desenvolvimento	32
1.1.2 Desenvolvimento econômico e educação	33
1.1.3 Desenvolvimento social e educação	36
CAPÍTULO 2 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	38
2.1 Políticas públicas e o cenário nacional.....	38
2.1.1 Políticas públicas e o Estado	41
2.1.2 Criação da Rede Federal como política pública na educação brasileira	44
2.1.3 Análise das dimensões polity, politics e policy na criação da Rede Federal	53
2.1.4 Relação pessoal com a educação e com a Rede Federal	68
2.1.5 A Rede Federal e a cidade de Passos/MG	71
CAPÍTULO 3 A EDUCAÇÃO EM PASSOS E AS CONTRIBUIÇÕES DO IFSULDEMINAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	77
3.1 Avaliação da eficiência institucional do IFSULDEMINAS	77
3.1.1 Contexto da educação em Passos/MG nos níveis de atuação do IFSULDEMINAS	77
3.1.2 Indicadores de desempenho do IFSULDEMINAS de Passos/MG	87
3.1.3 Contribuições do campus Passos/MG para o desenvolvimento social.....	96
3.1.4 Contribuições do campus Passos/MG para o desenvolvimento econômico	109
CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE	135
APÊNDICE A - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	136

ANEXO.....	139
ANEXO A - FORMULÁRIOS DE ANÁLISE PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO ESTUDANTIL	140
ANEXO B - FORMULÁRIOS DE FLEXIBILIZAÇÃO DE JORNADA DOS SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVOS.....	144
ANEXO C - CARTAZ DA PROGRAMAÇÃO DO 7º PASSOS PARA A MODA.....	147
ANEXO D - CARTÃO DO CNPJ DA EMPRESA JUNIOR	149
ANEXO E - CARTAZ DA PROGRAMAÇÃO DO 2º RECRUTA PASSOS	150
ANEXO F - CARTAZ DA PROGRAMAÇÃO DO 2º <i>STARTUP WEEKEND</i>	151
ANEXO G - ORGANOGRAMA DO IFSULDEMINAS – CAMPUS PASSOS.....	152

APRESENTAÇÃO

Eu, Arnaldo Camargo Botazini Junior, diante das poucas possibilidades de formação superior que estreitavam nosso horizonte à época da conclusão de meu ensino médio em 1997 na cidade de Machado/MG, além de nenhuma orientação vocacional, contudo motivado pela empregabilidade que a profissão oferecia, após um ano de hiato sem estudar, prestei e fui aprovado na primeira colocação para o curso de Ciências Contábeis da, até então, Fundação Educacional de Machado (FEM), hoje Centro Superior de Ensino e Pesquisa da Fundação Educacional de Machado (CESEP/FEM).

Nessa época, como muitos estudantes brasileiros, eu vivia a extenuante rotina da conciliação do trabalho na empresa Dínamo A/G Ltda, onde ocupava cargo de auxiliar de classificação, com os estudos, sobretudo quanto às aulas de sábado, que coincidiam com a jornada na empresa. A compreensão de meus empregadores de então permitiu que eu pudesse adequar os horários e levar adiante meu curso. Porém, uma forte crise no setor cafeeiro em 2001 fez com que demissões em massa acontecessem e, com a Dínamo, infelizmente, não foi diferente. Assim, perdi meu trabalho que era tão útil para o custeio de meus estudos.

Por sorte e, também, pelos bons relacionamentos de que sempre gozamos em Machado, por intermédio de um amigo da família, o advogado doutor Hércules Prado de Paiva, consegui colocação imediatamente para, a princípio, cobertura de período de férias de uma colaboradora do setor administrativo da empresa Agrobrás Implementos Agrícolas Ltda. Esse período foi de grande aprendizado e utilidade em minha formação profissional, especialmente pelo convívio com os proprietários, os franceses Paul Ellie Cousy e Nichole Andréé Michele Froment Cousy, ele, de saudosa memória, e ela, ainda viva.

Terminado o período provisório na Agrobrás, eles, gentilmente, fizeram convite para minha permanência, porém, outra oportunidade eu já tinha abraçado, que seria trabalhar na Contabilidade da empresa Cooperativa Agrária de Machado Ltda (COOPAMA). Assim, seria ainda melhor para minha formação, uma vez que eu estaria envolvido diretamente com a minha área de formação, o que não seria possível na Agrobrás, uma vez que seu serviço de Contabilidade era terceirizado, à época, e na COOPAMA, era interno.

Na COOPAMA, tive o privilégio de aprender muito sobre esse segmento importantíssimo para a Economia nacional que é o cooperativismo, com profissionais de ponta que hoje firmam a empresa como uma das maiores do Estado e, quiçá, do país. À minha frente, hierarquicamente, os amigos Willian Conti, Perácio Bernardes Pereira Junior e a saudosa Karla Maria Vilela Vasconcelos.

Graduado em 2002, quando honrosamente fui agraciado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRC/MG) com o título de melhor aluno de minha turma, nasceu o desejo e a necessidade de uma educação continuada, em nível de pós-graduação, inclusive para que eu pudesse realizar o sonho da docência.

Esses motivos também fizeram com que Willian e Perácio se encorajassem e fôssemos, os três, fazer um MBA (*Master of Business Administration*) no grupo Prisma de Tecnologia Educacional, na vizinha cidade de Varginha.

Concluídos os estudos no MBA, em 2004, a FEM, escola onde havia cursado a graduação, passava por uma crise institucional grave, com problemas financeiros que fizeram com que a gestão, até o momento, municipal, fosse transferida para a iniciativa privada. Foi então que surgiu o convite para que eu assumisse algumas disciplinas do curso que estavam sem titular. Inicialmente, eu teria a enorme responsabilidade de substituir aquele que era, a meu ver, um dos detentores da melhor didática no curso, o professor Hamilton Magalhães. Contudo, após seu afastamento, como ele cuidava dos negócios da família, acabou decidindo por não mais voltar à docência, restando para mim, a partir desse fato, em caráter definitivo, as cadeiras por ele deixadas no curso, bem como o trânsito em outras disciplinas em áreas afins de outros cursos, como no de Engenharia Agrônômica e Gestão Ambiental, também mantidos pela FEM. Essa mobilidade foi extremamente desafiadora e me fez crescer muito na carreira docente.

Em 2005, já casado e empenhado nos ideais de vida compartilhados, a estagnação do trabalho e a falta de perspectiva de ascensão na COOPAMA, impunham a necessidade de tentar lutar por melhoria na renda familiar. Sabedor desse interesse, um amigo, então gerente de Contabilidade da maior empresa da cidade, o senhor Nivaldo Luiz Caproni Junior, fez-me um convite que possibilitaria esse intento. Foi então que, em meados de 2006, eu deixei a COOPAMA para ir trabalhar no Pastifício Santa Amália S/A.

O período na Contabilidade do Pastifício foi de valia indescritível do ponto de vista técnico. Lá, pude conviver com uma realidade rara para os limites de Machado. Empresa de grande porte, presente na maioria das regiões do país, representava para mim a possibilidade de alcançar novos postos e experiências.

Já em 2007, como prelúdio da melhor das minhas primaveras, chegou minha primeira filha. A Luize encheu-nos com sua doçura e encantamento, especialmente pelo lado de meus pais, uma vez que, em casa, somos em três homens e uma menininha revolucionou nosso convívio.

A vida seguia seu curso normalmente, dentro de todas as expectativas criadas até que, no início de 2013, o Pastifício iniciou as tratativas para a questão sucessória. Devido às

flagrantes dificuldades de permanência dentro do mesmo grupo proprietário, o corpo funcional passou a acompanhar, com apreensão, o desenrolar da venda da empresa, que, inevitavelmente, mudaria de mãos. Muitos foram os interessados, porém, sempre as negociações recuavam até que um grupo peruano chamado Alicorp fez a aquisição da empresa.

Esse período de transição de gestão foi extremamente tenso. Não raras eram as notícias de que poderia haver cortes e, para quem já se encontrava em posição hierárquica mais alta, esse era um risco iminente. Durante um ano e quatro meses, a imposição de rotinas de trabalho exaustivas, o tratamento hostil e uma série de situações desconfortáveis foram fazendo crescer o desejo de uma nova mudança de ares.

Em 2014, decidi deixar a empresa e ir trabalhar em um fabricante de fertilizantes organominerais, que eram uma tendência e poderia representar novas possibilidades. Infelizmente, com a crise econômica que o país passou a atravessar, a empresa teve que fazer cortes drásticos o que acabou me incluindo. Em apenas um ano e meio de permanência, eu estava sem colocação no mercado de trabalho em um momento econômico terrível.

Em meio a esta falta total de perspectiva, passei a me equilibrar com as economias feitas ao longo dos últimos anos e atividade autônoma, além de ainda poder contar com os vencimentos da docência, que passaram a representar essencial fonte de renda. Neste contexto, ainda tivemos uma surpresa que não foi menos agradável do que da primeira vez, porém, dado ao cenário, trouxe uma imensa dose de insegurança quanto ao futuro: a minha princesinha menor estava anunciada: Alícia estava a caminho.

De modo surpreendente, os amigos de sempre, com quem se pode contar incondicionalmente, conseguem formas de nos surpreender. Meus ex-colegas da Cooperativa, junto com o atual presidente, doutor João Emygdio Gonçalves, fizeram novo convite para que eu voltasse para lá. Empolgado com essa possibilidade, estava preparado para retornar àquela doce realidade, quando positivamente fui surpreendido com o meu maior sonho profissional que, até então, eu não considerava possível: trabalhar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS).

Minha posição quanto ao Instituto era de amor platônico; sempre desejoso, mas nunca conseguindo o tempo de preparação suficiente para postular uma vaga em um concurso. A surpresa foi que, no concurso que consegui reunir condições de fazer, principalmente como tentativa de escape da situação da transição do Pastificio para a gestão estrangeira, terminei ficando em terceiro lugar para a única vaga, considerando, assim, fora de cogitação a possibilidade de nomeação. Apesar dessa ciência, no final de 2015, foi disponibilizada uma vaga nesse concurso. Graciosamente, o segundo colocado neste mesmo certame, que deveria

ser o nomeado, declinou da oferta porque havia conseguido aprovação para agente fiscal de rendas no município de São Paulo. Assim, mesmo estando em vias de voltar para a COOPAMA, eu acabei indo para o Instituto. Outra questão impressionante reside no fato de que entrei em exercício em Passos, uma vez que a vaga do meu concurso inicialmente seria para Pouso Alegre, mas com possibilidade de aproveitamento em qualquer polo da rede, tudo tendo acontecido no último dia de vigência desse concurso, quando entrei, finalmente, em exercício.

Como nosso distanciamento não seria viável nem econômica, nem afetivamente, minha esposa, a Luíze e a Alícia, ainda em período gestacional, felizmente, renunciaram às suas condições em Machado e vieram para Passos, me acompanhar nessa que tem sido nossa maior aventura na vida, uma vez que nada sabíamos da cidade, nem sequer sua localização.

Como estava sem colocação, vivendo das poucas alternativas até essa nomeação como contador, nesse ínterim, acabei envolvido com o concurso que nomearia docente justamente para a cidade de Passos, onde já estava atuando como contador. Terminado o concurso de docente, acabei ficando em segundo lugar para a única vaga, sendo possível aproveitamento dentro dos quatro anos de vigência, igualmente, em qualquer polo do Instituto onde houvesse a demanda pela formação.

A colocação permitia sonhar, porque, inclusive, no curso de Administração para o qual destinava-se a vaga, as disciplinas de Ciências Contábeis e correlatas, certamente permitiriam a nomeação, uma vez que, com a multiplicação das turmas, não seria possível que apenas um docente de Contabilidade oferecesse todas as disciplinas.

Diante de todas essas possibilidades, nada poderíamos fazer de definitivo. Compete mencionar que o curso de Ciências Contábeis em Machado também merecia, de minha parte, toda a consideração. Quando tomei posse como contador em Passos, pedi o afastamento legal de um ano que a carreira assegurava, cogitando, inclusive, que pudesse retornar a Machado como contador do Instituto e voltasse a conciliar as carreiras, o que acabou não acontecendo, tendo mesmo que desligar-me da Fundação, pela qual tenho o maior respeito e admiração, tanto pela formação que me conferiu, quanto pelas oportunidades de conviver com grandes pessoas e profissionais de excelência, dentre os quais gostaria de mencionar e amizade da coordenadora Elza Benedita de Souza Prado.

Paralelamente a isso, como a carreira passava a assumir contornos mais definitivos e a vida cada dia mais ia se enraizando em Passos, surgia o desejo de voltar a estudar e mais: iria fazer um Mestrado. Trocando experiências com alguns colegas do Instituto, foi-me apresentado o Mestrado profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas na Universidade Estadual Paulista (UNESP), na vizinha cidade de Franca/SP. Não havia motivo para não fazer:

possibilidade de crescer profissionalmente e em conhecimento, estudar políticas públicas mais profundamente, o que sempre foi outra paixão, além da viabilidade da proximidade geográfica somada às condições que o Instituto oferece para os interessados em continuar se formando. Assim, no final de 2016, cheguei a fazer a inscrição, mas desisti de participar da seleção por estar ainda despreparado. Em 2017, em melhores condições, fui admitido como aluno regular do Programa e tive a grande honra de me formar com os excepcionais docentes dessa renomada escola, além do desfrute da companhia de meus impagáveis colegas.

Ainda nesse período em Passos, aos poucos, a cidade foi tomando conta de nossas vidas e acabamos nos afeiçoando por tudo o que ela nos oferecia e, como a saudade do convívio com a realidade de sala de aula começava a apertar, buscando oportunidades nessa área, soube de um Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em minha área de atuação, tendo participado e sido aprovado, ingressando na instituição em março de 2018.

Vivíamos, por essa época, duas realidades profundamente marcantes: que eram as repercussões das polêmicas políticas no campo econômico do governo do presidente Michel Temer, empossado desde Agosto de 2016, no período pós *impeachment* da presidente Dilma Vana Rousseff, sobretudo com a publicação da Emenda Constitucional 95, que tratava do congelamento dos gastos públicos, o que poderia ameaçar a possibilidade de nomeação como docente no Instituto, bem como os reflexos vividos pela recente estadualização da UEMG, antes Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP), que trouxe uma série de dificuldades à instituição com atrasos de repasses pelo governo estadual, comprometendo seu pleno funcionamento.

O convívio com essas dificuldades foi criando em mim um amor por ambas as instituições, tanto o Instituto, por quem já nutria especial apreço desde a terra natal, onde sua presença é muito marcante, quanto pela UEMG, de onde guardo excelentes memórias de todos seus alunos e colaboradores que continuam, até o presente momento, mantendo viva e funcional a instituição, de forma heroica e louvável.

Quando já dava por certa a manutenção dessa realidade como contador do Instituto e docente na UEMG, a vida novamente me surpreendeu com a nomeação para docente que eu aguardava e, incrivelmente, novamente em Passos.

Por conta de seu caráter terminativo, tive que desligar-me da UEMG em 2018, após apenas quatro meses na instituição, para poder assumir as aulas no Instituto, onde a carreira docente exige dedicação exclusiva, passando, este último, a ser objeto de todo o meu empenho e compreensão de sua relação com a sociedade, esperando, com a formação recebida no

Mestrado, alcançar êxito nessa exposição que farei com meu trabalho, buscando cada dia contribuir para a melhoria tanto da instituição, quanto da própria cidade, por quem nos apaixonamos e esperamos voltar a vê-la exuberante, feliz e com oportunidades para todos, espelho do que já foi em seus melhores dias.

Para tanto, começa a florescer neste final de Mestrado o anseio por mais formação. Quem sabe um Doutorado? Quem sabe novamente a UNESP? Por tudo que vivi, motivos para acreditar não devem faltar.

INTRODUÇÃO

A educação pública é dever constitucional do Estado brasileiro e, por este caráter compulsório, deve ser concebida como prioridade por qualquer governo quando esteja definindo suas políticas. Por conta dessa concepção preliminar, ganha destaque na realização deste trabalho a criação da Rede Federal de Educação Profissional pela Lei 11.892 de 2008, sobretudo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, ou, simplesmente, IFSULDEMINAS, com diversos *campi*.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, temos claramente esse dever universal do Estado brasileiro, como forma de desenvolvimento pessoal de seus cidadãos e também social pelo patrocínio da educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, [2019], p. 112).

Destarte, a Carta Magna ainda acrescenta, no artigo seguinte, como princípios, dentre outros, que a educação deve ser dotada de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e garantia de padrão de qualidade (BRASIL, [2019]).

Uma vez apresentados esses motivos, o IFSULDEMINAS, nesse trabalho, é retratado como a realização de política pública voltada para a educação como forma de alcance dos princípios constitucionais de universalidade, gratuidade, qualidade e meio de desenvolvimento, que são seus principais predicados.

Antes, entretanto, de adentrarmos a questão específica de quais tenham sido as contribuições da unidade do IFSULDEMINAS em Passos, Minas Gerais, para seu desenvolvimento e da região, e de como a educação é compreendida pela comunidade, faremos uma revisão da literatura sobre o que sejam políticas públicas em educação e desenvolvimento, abordando, inclusive, concepções do que sejam gastos e investimentos públicos, além de conceitos de eficácia e eficiência, como indicadores dessas realizações, que possam assegurar-lhe a qualidade exigida na Constituição.

O conceito técnico contábil do que sejam gastos e investimentos tem como principal característica a finalidade: para a Contabilidade, todas as vezes em que haja o consumo ou a

promessa de consumo, quando não imediatamente, de ativos (bens ou direitos de uma entidade contábil), há um gasto, ou seja, genericamente, todos os valores dispendidos por uma entidade contábil seriam, a princípio, gastos. Àqueles gastos de característica perene, que tenham por finalidade possibilitar o desenvolvimento de uma atividade, dá-se o nome de permanente. Aos corpóreos, estruturais, chamaremos, como subgrupo desse Permanente, o imobilizado. Assim, mereceriam essa última classificação os bens móveis e imóveis, tais como terrenos, edificações, mobiliário, máquinas, equipamentos, veículos, etc.; restando aos investimentos, propriamente ditos, pertencentes a esse mesmo grupo em que estão os imobilizados, um caráter mais especulativo, como participações societárias, aquisições de obras de arte ou a exploração de quaisquer atividades não relacionadas ao objeto social em si.

Os conceitos acima apresentados, nascidos da teoria contábil aplicável às entidades empresariais, são adaptados ao ramo específico chamado de Contabilidade Pública, na qual as despesas públicas, conforme o artigo 12 da Lei 4.320/64 que dispõe sobre Orçamento Público (BRASIL, 1964), são a totalidade dos gastos públicos, são segregadas pelas chamadas categorias econômicas entre correntes e de capital. Entre as correntes, destacamos as despesas de custeio, que são as necessárias ao funcionamento operacional, e entre as de capital, para fins de conceituação, os investimentos, que são a ampliação estrutural:

§ 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

§ 4º Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro. (BRASIL, [2007], p. 4).

Conforme o conceito legal, do ponto de vista técnico, só poderia ser admitido como sendo investimento, a despesa pública que importe em acréscimo de imobilizado ou de participação societária. Ocorre que, como em educação, o que se oferece é formação de indivíduos e não propriamente a entrega de um bem material à sociedade, os conceitos apresentados, iminentemente técnicos, assumem um outro contexto, segundo os quais, esses investimentos sejam as despesas que possam conferir à sociedade benefício presente ou futuro, provenientes dos frutos que se colherá, gerados pelos próprios indivíduos alcançados e beneficiados pela educação. Sob esse ponto de vista, podem ser admitidos como investimento tanto os gastos correntes, com custeio, que são para a manutenção do funcionamento das

instituições públicas, quanto os de capital, com investimentos na ampliação estrutural e de participação pública.

A esse respeito, de considerar como investimento em educação a totalidade dos recursos a ela destinados, quer correntes, quer de capital, podemos endossar esse pensamento, com o seguinte ponto de vista:

A educação é, na verdade, alguma coisa que se consome, como o pão, ou se usa, como roupa e perfume, consoante a necessidade imediata ou o capricho de cada pessoa. Mas é também um investimento, como a represa, como a estrada, o canal, que se faz visando a produção futura. (REIS, 1968, p. 26).

Grosso modo, como se verifica inclusive no portal do Ministério da Educação e em outras fontes oficiais de informação como a EBC (Empresa Brasil de Comunicação), os investimentos públicos federais publicados para conhecimento geral, não se separam por categoria econômica, sendo considerados em seu todo, em função do quanto do PIB (Produto Interno Bruto) do país é consumido pela rubrica ou quanto do orçamento se volta para esse mesmo fim, conforme se depreende do texto Constitucional, no qual esse investimento constará do plano nacional de educação, como estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, [2019]).

A título de informação, conforme o portal da transparência, do orçamento público federal para 2019, estimado em R\$ 3.191.909.603.343,83 (três trilhões, cento e noventa e um bilhões, novecentos e nove milhões, seiscentos e três mil, trezentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos), R\$ 116.927.113.028,98 (cento e dezesseis bilhões, novecentos e vinte e sete milhões, cento e treze mil, vinte e oito reais e noventa e oito centavos), devem ser investidos em educação (BRASIL, 2019a), o que representa 3,66% desse orçamento, representando retração dos investimentos como se verá a seguir.

Segundo dados da EBC, em 2018, o Brasil investia cerca de 6,0% (seis por cento) do seu PIB em educação, estando inclusive à frente de alguns países membros da OCDE, o que faz com que também se reflita sobre a qualidade do investimento público, outro objeto deste estudo, uma vez que este investimento feito muitas vezes não tem sido refletido em bom desempenho escolar (OLIVEIRA, 2018).

A conceituação acima explicitada, representa a real dimensão do que alimenta o senso comum de que qualquer valor dispendido com a educação seja considerado investimento. Sendo estes investimentos tidos como prioritários, necessário se faz que suas consequências sejam acompanhadas de modo a observar o desenvolvimento do país pela formação de seus cidadãos,

sendo esse o resultado das políticas públicas nessa área o que, dependendo do volume investido, revela se referem às prioridades na ação governamental ou não.

O volume de investimentos, assim como das demais despesas públicas, responde à orientação da política econômica e às prioridades de determinado governo, o que, por sua vez, estará condicionado pela maneira como funcionam suas instituições. (BRASIL, 2016b, p. 10).

Compete ainda destacar que existe o mínimo constitucional a ser investido em educação, consignado na Carta Magna, de onde, em seu artigo 212, há o estabelecimento desse piso: “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, [2019], p. 114).

Esse piso constitucional procura preservar os investimentos em educação da discricionariedade dos governantes, ao fazer com que haja uma destinação obrigatória de recursos para sua manutenção e desenvolvimento, de modo que, mesmo em conjunturas econômicas ou até mesmo políticas desfavoráveis, não haja seu comprometimento.

Por se tratar de um direito constitucional, compete defender “a educação como acessível a todos, afastando sua mercantilização, como bem público se contrapõe a visão de mercado, que toma a educação como sendo um produto e o estudante como cliente” (AMBROSINI; ESCOTT, 2019, p. 5). A este respeito, em suas memoráveis páginas, José Reis (1968), assim se posiciona sobre a universalização da educação:

É sempre oportuno salientar que, olhada a educação como investimento e aceito que, por isso, a nação realize nela grande inversão de dinheiros públicos, indo ao encontro do povo para educá-lo, em vez de esperar que cada qual se eduque ou deixe de educar, consoante seus caprichos, e tornando barato o ensino e todo elemento necessário a esse objetivo, muito grande se faz a responsabilidade dos que, dentro desse sistema, funcionam como professores ou como alunos. Sem a plena consciência dessa responsabilidade, o investimento educacional renderá menos, ou poderá mesmo tornar-se improdutivo. (REIS, 1968, p. 35).

Considerando que os investimentos em educação prospectam tanto a formação cidadã do indivíduo, quanto a qualificação profissional nos níveis destinados a esse propósito, surge a necessidade de que estes valores não sejam meras somas à disposição da administração, quer pública, quer privada, mas que sejam utilizadas de modo que o que se ofereça seja uma formação de qualidade, que forneça a seus beneficiários todos os predicados que seu conhecimento deve fornecer.

Assim sendo, os investimentos feitos em educação também devem passar pelo crivo de eficiência e eficácia, a fim de conferir qualidade ao que se oferece. Para melhor compreensão desses dois conceitos, de eficiência e eficácia, sendo, inclusive, o primeiro um dos princípios da Administração Pública, conforme nossa Constituição, de onde se tem, no *caput* de seu artigo 37, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, [2019]), trazemos os conceitos de Idalberto Chiavenato, que assim ensina

[...] eficácia é uma medida normativa do alcance dos resultados, enquanto eficiência é uma medida normativa de utilização dos recursos nesse processo. [...] A eficiência é uma relação entre custos e benefícios. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível. (CHIAVENATO, 1994, p. 70).

Metaforicamente, traduzindo essas definições de eficácia e eficiência, cabe a comparação com um medicamento, que seria eficaz se fizesse cessar os sintomas de uma determinada patologia, sendo esse o propósito de sua prescrição e, eficiente, se o fizesse em pouco tempo, reduzindo o padecimento do paciente, que seria uma equivalência à educação formar bem à população e com o menor consumo de recursos possíveis, de modo racional, dado à sua escassez que é condição permanente com a qual se tenha que conviver.

Outro conceito associado à eficiência e à eficácia, que modernamente costuma-se empregar, é o da efetividade, que, para Washington Souza (2008), é percebida mediante a avaliação das transformações ocorridas a partir da ação. Para que se perceba a efetividade, entendemos haver a coexistência de eficiência e eficácia, que serão os parâmetros de avaliação que abraçaremos neste estudo.

A esse respeito, o Banco Mundial que se apresenta como financiador internacional da educação, sobretudo em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, por exemplo, faz conhecer seus indicadores e metodologia próprios para que se avalie o resultado do investimento feito em educação, a fim de conceder crédito às melhores experiências e revela também a dificuldade em se fazer essa medição pelos aspectos que reúne:

[...] deduzir custos é um trabalho relativamente fácil; já identificar taxas privadas e sociais de rentabilidade, principalmente taxas sociais, parece suscitar maiores problemas, tanto empírica como teoricamente. (PSACHAROPOULOS, 1982, p. 39).

Fica, assim, admitida a dificuldade de se avaliar, de modo objetivo, quais os retornos sociais alcançados pelos investimentos em educação, que tentamos compreender a partir da realidade que estudamos, para que possamos dimensionar os efeitos causados por eles para o que chamamos de desenvolvimento econômico e social que possam ser com esses investimentos relacionados, uma vez que a metodologia empregada por agentes como o Banco Mundial, tendem a considerar apenas fatores econômicos para a decisão de financiamento, ainda que admitidos seus benefícios, como se depreende do mesmo estudo, pois pode-se concluir, também, que “a educação, principalmente no nível inferior, contribui para aliviar a pobreza, para melhor distribuição de renda e para um melhor ambiente social”. (PSACHAROPOULOS, 1982, p. 42).

Por todas as definições aqui apresentadas, ficam caracterizados os conceitos tanto técnicos, quanto correntes, do que sejam investimentos em educação e a necessidade de que esses investimentos feitos representem formas de desenvolvimento tanto econômico, quanto social, como se definirá nas próximas seções, tendo sido essa a motivação da criação da Rede Federal em 2008.

Em suma, podemos concluir que a educação figura como dever perene do Estado, que deve promover o desenvolvimento de seus cidadãos, tanto em sua individualidade, quanto em sua coletividade, garantindo o acesso universal e de qualidade comprovada e que deve ser objeto de políticas públicas que assegurem essas características, através dos investimentos que devem repercutir na melhoria de condições de vida da população em todos os aspectos quanto possíveis de serem verificados.

A educação como bem público se contrapõe à visão de mercado, que toma a educação como sendo um produto e o estudante como cliente. Somado a isso, o mercado está pautado pelo critério da qualidade, que visa atender às expectativas dos setores empresariais, formando mão-de-obra barata. Numa sociedade que produz a exclusão social o Estado democrático tem o dever de priorizar ações que visem reduzir as desigualdades sociais, econômicas, culturais e educacionais. (AMBROSINI; ESCOTT, 2019, p. 5).

O presente trabalho tem como objetivo geral uma avaliação das contribuições sociais e econômicas da implantação do IFSULDEMINAS em Passos, para a própria cidade e região.

São seus objetivos específicos:

(1) descrever a educação profissional no Brasil que culminou com a criação da Rede Federal em 2008 à luz dos conceitos de políticas públicas;

(2) empreender o resgate histórico do processo de criação do IFSULDEMINAS na cidade de Passos, a partir da compreensão das políticas públicas para a educação na localidade;

(3) avaliar, como a realização dessa política pública e seus transbordamentos podem ter impactado, em termos de desenvolvimento econômico e social, a cidade e seu entorno.

Para realização desses objetivos, organizamos o trabalho da seguinte maneira:

No capítulo 1 serão apresentados os conceitos do que sejam desenvolvimento econômico e social e qual a sua relação com a educação, como ação governamental, por se tratar do IFSULDEMINAS de investimento público com a finalidade de sua promoção, particularmente.

Ao término dessa seção, esperamos responder as perguntas relacionadas às contribuições que possam ser identificadas a partir de investimentos públicos em educação como forma de promoção de desenvolvimento econômico e social de uma localidade, quer intencionalmente, quer como efeitos advindos de seus desdobramentos.

No capítulo 2 serão apresentados os conceitos do que sejam políticas públicas e a evolução do ensino profissional no Brasil, como embrião da criação da Rede Federal, entendido como forma de realização de política pública, bem como a apresentação de um panorama geral da relação da cidade de Passos com a educação, sobretudo nos níveis de ensino nos quais o IFSULDEMINAS atua, fazendo toda uma retrospectiva da motivação que fez com que a cidade fosse escolhida para a instalação de uma unidade, como de outros acontecimentos congêneres, levando em conta a necessidade de eficiência dos gastos públicos.

Ao final dessa seção, esperamos defender a compreensão da criação da Rede Federal como realização de política pública como definido no mesmo capítulo, avaliando se essa é a percepção dos cidadãos de Passos/MG esperando responder às questões relacionadas à defesa dos investimentos públicos em educação para o desenvolvimento econômico e social. Para tanto, será feita uma revisão da literatura acerca dos temas na seção apresentados e pesquisa documental tanto na instituição como nos órgãos de imprensa e comunicação locais para contextualização do momento do investimento e sua repercussão.

O capítulo 3 apresenta o *campus* Passos do IFSULDEMINAS e suas características que devem se relacionar com as defesas teóricas de desenvolvimento econômico e social, através de coleta de dados feitas tanto no *campus* quanto nos órgãos oficiais, de modo que se possa compreender qual o público atendido pela instituição, a aceitação da comunidade pela multiplicação de cursos e matrículas, bem como quais tenham sido os elementos econômicos e sociais objeto de contribuição pela sua instalação no local.

Como resultado do estudo realizado, este trabalho se propõe a oferecer à Direção Geral e à Diretoria de Desenvolvimento Educacional do *campus*, como proposta de intervenção, a informação da situação da unidade de Passos, ante o IFSULDEMINAS, com base nos

indicadores de que nos servimos, de modo que ações de melhoria possam ser propostas como medida saneadora de eventuais ineficiências, bem como fazer conhecer a realidade da instituição ante a situação econômica e social que a cerca, permitindo com que se alcance o propósito de sua implantação.

CAPÍTULO 1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

1.1 Educação para o desenvolvimento

A educação brasileira há muito é concebida, sobretudo por aqueles de pensamento e horizontes mais estreitos, como sendo um instrumento de profilaxia social. Não são poucos os defensores das máximas de que aquele que não se ocupa com formação, estará em condição de maior propensão a se inclinar ao descaminho, à criminalidade, à delinquência, à marginalidade. Frequentemente, quando o assunto vem à tona, sempre haverá a defesa elementar de que é preferível que se tenha, principalmente por parte do poder público, a iniciativa de se construir escolas, onde os cidadãos encontrarão formação, do que presídios, onde terão de ser reformados. Noutras palavras, é melhor formar do que reformar.

Sem afastar esse pensamento que povoa o senso comum, seria uma admissão minimalista de que os efeitos benéficos da educação sejam apenas afastar as pessoas da inclinação ao mal. Há muito mais o que se refletir do que apenas isso. Se apenas esse conceito bastasse, estaríamos esvaziando a educação de um de seus principais predicados: o caráter emancipatório.

É necessário que os indivíduos entendam que eles devem ser formados não apenas para que sejam fechadas as portas que conduzam a caminhos tortos, mas também para que sejam protagonistas de suas próprias existências; que sejam membros ativos do mundo que os cerca, podendo, com a formação recebida, se tornarem em contribuintes, atores sociais, verdadeiros vetores de transformação da realidade.

A defesa dessas alegações de protagonismo não se limita aos inegáveis benefícios trazidos pela educação aos cidadãos, individualmente, mas também pelas benesses que emergem nas coletividades como um todo. Uma sociedade composta por membros esclarecidos, conhecedores da verdade e da ciência, caminha rumo a progressos inalcançáveis por outros meios, que não aqueles traçados pelo processo educacional. A disseminação de todos seus desejáveis efeitos deve ser incontida; osmótica, na verdade, pois o conhecimento adquirido pelas pessoas deve ser partilhado e tornado em algo útil e transformador, uma vez que aqueles que forem alcançados por suas benesses compreendem seus benefícios e, cada vez mais, preocupam-se com sua difusão e abrangência e não em sua retenção individualista.

Esta visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera, mas se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que está ocorrendo no país. Tira-nos da atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente, ou do pessimismo passivo. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços. A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isto começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la. (MAFRA *et al.*, 2009, p. 22).

Se a educação se comporta da maneira como as concepções acima defendem e é agente transformador de realidades, necessário se faz a conceituação do que seja sua face desenvolvimentista.

Desenvolvimento é sinônimo de progresso, de evolução, de vanguarda e, assim sendo, é preciso levar às localidades onde se investe em educação justamente essa transformação capaz de trazer melhorias de toda ordem. É o que, normalmente, se nota nos arredores das escolas, sobretudo aquelas periféricas, onde as pessoas estejam submetidas à condição de atraso social, ao que chamamos de vulnerabilidade. A primeira fase da expansão da Rede Federal, que consiste em ampliar a presença da rede federal de educação profissional em todo o Brasil, como veremos em capítulo próprio, fala objetivamente dessa escolha de locais de instalação com problemas sociais. Portanto, em nosso objeto de estudo, não é justa a consideração de que a escolha dos locais onde se instalam as unidades do IFSULDEMINAS sejam casuais; há um forte propósito social nas escolhas, fazendo parte de sua própria razão de existir, consignado na cartilha de suas concepções e diretrizes.

Sabidamente em um país com os problemas sociais que o Brasil enfrenta, a implantação de uma unidade educacional de qualquer nível, costuma representar oportunidades às comunidades de se desenvolverem, tanto do ponto de vista social, através da formação e compartilhamento de conhecimento natural de sua própria essência, como, também, de oportunidades de empreendimento com vistas ao atendimento da chamada comunidade escolar, assim como dos que com ela se relacionam.

Uma das dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam (efeitos privados da educação), mas também geram uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam. (BARROS; MENDONÇA, 1997, p. 1).

Nestes cenários, nota-se surgimento de mercados, pequenos comércios, instalações de apoio como espaços para locação de imóveis de moradia temporária ou estacionamento para veículos, movimento de transporte escolar, etc. Muitas são as vezes em que os próprios moradores da vizinhança das escolas se ocupam em oferecer estes serviços, beneficiando-se com a oportunidade trazida pela educação. Sem contar que esse contato imediato também faz com que haja o despertar do interesse pela formação nesses espaços oferecida, quando decidem eles próprios se candidatar às vagas ou fazer cientificar sua existência a terceiros, normalmente integrantes de seus círculos familiares ou de relacionamento. Além desse próprio movimento de moradores, as obras públicas do entorno visam conferir mobilidade urbana, segurança, melhores condições de iluminação e frequência, trazendo as melhorias perceptíveis àquelas realidades.

Por isso, não raras vezes, as escolas públicas brasileiras são situadas em regiões com visíveis problemas sociais, quer estrategicamente, para que elas possam funcionar como motor de desenvolvimento e de saneamento desses mesmos problemas sociais, quer acidentalmente, porque da cooperação entre entes federados, como, por exemplo, entre Prefeituras e Estado ou União, as primeiras tenham espaço físico a oferecer, de modo que os demais interessados se responsabilizem com a realização das obras, abraçando, assim, a oportunidade de interação entre as esferas de governo em regime de cooperação mútua, respeitados os limites jurisdicionais de cada um.

Atualmente, assim como nos governos democráticos antecessores, podemos usar como forma de atestar esse entendimento, a criação do modelo de escolas cívico-militares que, deliberadamente, serão instaladas pelo Governo Federal brasileiro em regiões consideradas de alta vulnerabilidade econômica e social, conforme se tem na Portaria 2015 de 20 de novembro de 2019, na qual se tem, no inciso I do artigo 16 de seu capítulo VI, que os entes federados usarão como critério para a seleção das escolas cívico-militares as que contarem com alunos em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2019b). Não que o modelo atual represente uma forma de corroborar a compreensão do caráter voluntário da escolha do local, mas o fato da escolha em si, o que mostra a expectativa criada em torno do investimento público em educação como possibilidade de desenvolvimento.

Esses locais, quando cedidos, via de regra, não costumam ser em áreas nobres das cidades e, assim sendo, contam, normalmente, com uma aceitação imediata, salvo raras exceções de que se tenha notícia, por parte das comunidades envolvidas, que enxergam nessa intervenção, uma possibilidade real de se beneficiarem.

Postas todas estas questões, necessário se faz que sejam robustecidos os conceitos, pelos mais variados enfoques possíveis, do que seja considerado desenvolvimento social, como também econômico, para que seja possível associar estas percepções descritas e vividas no trabalho realizado ao que já se encontra consagrado na literatura.

1.1.1 Conceituação de desenvolvimento

Começando pelo estabelecimento da ONU (Organização das Nações Unidas), cuja finalidade seja, dentre outras, empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945) que, em seu documento intitulado Carta das Nações Unidas, no *caput* do artigo 55, como condições necessárias ao bom relacionamento entre as nações, assume a necessidade incontestada da promoção do desenvolvimento econômico e social para tal fim.

Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a. níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Noutras palavras, para os países membros da ONU, resta claro que o desenvolvimento econômico e social seja condição *sine qua non* para que se estabeleça a paz. Assim sendo, todos os esforços e o emprego de todos os meios representam formas legítimas de se atingir esse objetivo, dentre os quais não se possa desvincular o acesso à educação.

É por isso que os países, principalmente os de baixa renda per capita, investem uma proporção tão alta de seus orçamentos em educação - e é por isso também que, quando o Estado não investe, os particulares investem. É um investimento altamente compensador para a sociedade e para o indivíduo. (PSACHAROPOULOS, 1982, p. 39).

Os indivíduos presos às amarras de condições de vida privadas do mínimo do ponto de vista de desenvolvimento, são considerados privados da própria liberdade. Desenvolver-se, nesses casos extremos, tem o significado de ruptura com essa condição degradante de existência. Então, do ponto de vista humano, é uma necessidade existencial buscar evoluir, progredir, desenvolver-se, para afastar todas as possibilidades de submissão, subserviência ou sujeição.

A dificuldade do acesso à educação, quer pela indiferença do poder público, quer pela mercantilização que a torne objeto de exploração por particulares, certamente colabora para a construção dessa situação de aprisionamento desses indivíduos à essa condição existencial secundária. É uma das muitas formas de privação de liberdade, como nos ensina o Nobel de Economia¹, Amartya Sen (2000, p. 17), para quem “as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguação pública)”.

Ainda, segundo o mesmo autor, o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam ou deveriam naturalmente desfrutar. Assim, resta claro o entendimento da educação como matriz desenvolvimentista, libertadora e emancipatória que deve ser oferecida de modo amplo geral e irrestrito para que as liberdades sejam plenamente alcançadas.

1.1.2 Desenvolvimento econômico e educação

Quanto ao desenvolvimento econômico tracionado pelos investimentos em educação, não se trata aqui de um enfoque capitalista, para o qual não é oportuno que o indivíduo se emancipe, de modo que reúna condições que permitam que se torne, inclusive, detentor dos meios de produção, sistema esse para o qual importa que a educação trate exclusivamente de conferir aos indivíduos condições de inserção no mercado de trabalho, beneficiando o próprio sistema por meio da obtenção de mão-de-obra qualificada pelo processo educacional que a torne mais produtiva, e, portanto, mais rentável, ao se disporem aos que desejam multiplicar e acumular capital. A esse interesse capitalista citado relativo à educação chamaremos massificação, como nos dizeres de Lúcia Bruno:

A massificação, embora resultante da universalização, diz respeito à redução da educação às exigências estritas do mercado de trabalho tanto no que se refere aos conhecimentos por ele requeridos quanto à imposição da disciplina necessária às formas de organização do trabalho e de vida contemporâneos. A massificação, portanto, resulta da ação do capital para reduzir os processos formativos às exigências estritas da reprodução do capital, daí muitas vezes suscitar a apatia dos estudantes ou sua revolta contra os sistemas de ensino. (BRUNO, 2011, p. 551).

1 Prêmio Nobel de Economia "por suas contribuições à economia do bem-estar" em 1998. Amartya Sen - Fatos. NobelPrize.org. Nobel Media AB 2020. Ter. 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1998/sen/facts/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

Esse alardeado desenvolvimento econômico trata-se, também, obviamente, de possibilidade de ascensão social conferida àqueles que mais aproveitam a oportunidade de estudar e objetivam formação continuada, que, certamente, verão sua renda aumentar, sendo ainda melhor que compreendam que sua instrução não seja apenas possibilidade de troca com o capital, mas algo a ser usado em seu próprio benefício. Esse condicionamento deve ser também capaz de lhes conferir capacidade de empreender economicamente, se assim desejarem, assim como quaisquer outros caminhos que levem à melhoria da distribuição de renda, das condições de vida e outras formas de superação da pobreza. Mas não só. Para Sen (2000), esse desenvolvimento tratado como sinônimo de crescimento de atividade econômica e das rendas individuais, deve ser entendido como meio e não como fim para que se alcance plenamente as liberdades.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000, p. 18).

Quanto aos reflexos coletivos, reconhecidamente, sob o aspecto metodológico, muitas são as dificuldades em se tratar dessa avaliação dos ganhos proporcionados pelas externalidades dos investimentos em educação, pois, conforme Barros e Mendonça (1997, p. 1), “as externalidades geradas pela educação podem, em geral, superar em grande medida os seus efeitos privados. A magnitude dos efeitos externos da educação é, contudo, bem pouco conhecida e difícil de estimar”.

Assim, na intenção de se conseguir mensurar tais benefícios, indicadores são relacionados, buscando um monitoramento de seu comportamento ao longo dos anos em que se invista em educação, de modo que se possa relacioná-los. Comumente, esse relacionamento ao qual se chamou de taxa de retorno é a expressão do resultado do desenvolvimento econômico trazido pela educação. Nos estudos mais técnicos, quando se faz essa análise num espectro nacional, por exemplo, diversas variáveis são consideradas e relacionadas, como renda *per capita*, crescimento populacional, mortalidade e longevidade e desempenho educacional.

Nesses estudos, tanto os investimentos privados (neste caso entendidos como sendo aqueles endereçados unicamente aos que se educam), quanto os das externalidades (benefícios trazidos aos demais não relacionados diretamente com uma unidade educacional, não sendo integrantes da chamada comunidade acadêmica), são considerados. Condição semelhante buscaremos traçar em nosso trabalho, porém com os dados tanto institucionais, quanto

exteriores ao IFSULDEMINAS, sendo estes últimos os mais desafiadores, especialmente quando considerados os obstáculos para sua obtenção, quer por dificuldade de acesso pura e simples, quer porque os mesmos, normalmente, não têm o grau de detalhamento que seria útil para uma avaliação mais específica. A essas dificuldades soma-se a difusão dos dados do próprio *campus* dado à sua construção ainda se encontrar em curso, ocasionado pela precocidade da própria unidade, que conta com pouco mais de dez anos se contarmos desde sua existência enquanto polo de Muzambinho.

Uma avaliação das externalidades da educação é mais difícil de ser realizada. Esta só pode ser feita com base em informações agregadas, baseadas em comparações intertemporais (isto é, como têm melhorado as condições de vida em um país ou região com o crescimento do estoque de capital educacional) ou em comparações entre países (isto é, qual o impacto de maiores investimentos em educação sobre as condições de vida da população). (BARROS; MENDONÇA, 1997, p. 3).

Assim, neste trabalho, como forma de admissão do que seja desenvolvimento econômico proporcionado pela educação, entendemos se tratar, sob o ponto de vista de quem se educa, de elevação do seu capital humano por condensar muito mais do que meramente acúmulo de formação técnica e capacitação para um mercado de trabalho finalístico, que queira unicamente se beneficiar da economia trazida pelo indivíduo produtivo, como, também, a reunião de muitos outros predicados que permitam com que seja possível o alcance das liberdades concernentes à plenitude humana, tendo como consequência a melhoria das condições de vida dos indivíduos formados.

O desenvolvimento econômico é um processo de aumento do capital humano, ou seja, dos níveis de educação, saúde e competência técnica dos trabalhadores, e da transferência dessa força de trabalho para setores com maior conteúdo tecnológico que implicam em salários mais elevados. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 6).

Quanto à coletividade, o entendimento é que o desenvolvimento econômico seja um processo incluyente, abrangente, plural, universalizado. Que haja uma extensão dos benefícios a todos os envolvidos, de forma indistinta, quer pela percepção da possibilidade de empreender economicamente, quanto por todos os outros benefícios que, direta ou indiretamente, possam advir dos investimentos feitos e mantidos em educação, sobretudo os públicos, uma vez que o Estado não possa se furtar a essa condição de agente promotor do desenvolvimento econômico, pois, na compreensão de Bresser-Pereira (2006, p. 3), “historicamente, o agente por excelência do desenvolvimento econômico é a Nação – é a sociedade nacional dotada de um destino comum que logra controlar um território e se dotar de um Estado”.

Essa concepção de desenvolvimento econômico aproxima-se com que o que é defendido pelos economistas como sendo concebido pelo ponto de vista da oferta.

De acordo com essa perspectiva, o crescimento da produtividade de um país depende, no longo prazo, da acumulação do capital humano, ou seja, da melhoria dos níveis de saúde, educação e competência técnica da população, e da acumulação de capital físico a ser operado por essa mão-de-obra cada vez mais qualificada – um capital físico que permite ampliar ou multiplicar a produção por trabalhador. Do lado da oferta, portanto, o desenvolvimento econômico ocorre historicamente com a melhoria técnica dos trabalhadores, o surgimento de empresários que investem e inovam, e, em um segundo momento, de uma classe média profissional que detém o conhecimento técnico, organizacional, e comunicativo, e que, na medida em que alguns dos seus membros vão se transformando em empresários, se mostram cada vez mais capazes de criar empregos de alto valor adicionado per capita com pouco capital e muito conhecimento. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 4).

1.1.3 Desenvolvimento social e educação

No que diz respeito ao desenvolvimento social, as definições que se coadunam com este estudo seguem na linha de que o indivíduo livre saberá reivindicar seus direitos; não se aceitará relegado, preterido, discriminado. Quanto às comunidades, nelas haverá articulação de seus membros, haverá reivindicação de que a intervenção pública sempre a considere, conferindo todas as possibilidades de melhoria na qualidade de vida de seus membros, haverá interesse por representatividade política e fortalecimento de bases da democracia. Certamente, uma comunidade esclarecida irá considerar como necessários outros elementos além dos que são indispensáveis para uma mera subsistência. Pautas como artes, cultura, lazer e entretenimento, como exemplos, serão consideradas além de saneamento, condições de moradia dignas, saúde e educação de qualidade. Todos esses efeitos, certamente tem relação com a educação, que é, sem dúvida, o principal formador desse “capital humano, que deve ser incentivado e promovido para um país que pretende ter um desenvolvimento que implique não só em crescimento econômico, mas também em progresso social, diminuição das desigualdades e cuidados com o meio-ambiente.” (OLIVEIRA; MORAES, 2016, p. 1).

Portanto, é impossível afastar a educação do desenvolvimento social, uma vez que, sem ela, o que se verifica, na prática, são retrocessos, involuções e atrasos que culminam com as privações das liberdades. Aqui, encontram-se as teorias sobre seu caráter libertário, a promoção das liberdades e o envolvimento estatal no processo de sua oferta, o que será melhor explorado no capítulo que dedicaremos à formulação das políticas públicas voltadas para esse fim, importando destacar, entretanto, a coerência do pensamento aqui defendido.

A educação, além de promover os novos ciclos de desenvolvimento econômico, também é essencial para a compreensão e aceitação dos novos modelos de desenvolvimento, que visam a redução das desigualdades, a solidariedade e a adoção de ações econômicas e sociais que reduzam ou não ampliem os impactos ambientais. Este investimento no capital social deve ser feito, preferencialmente, por iniciativa do Estado, pois como se trata de estratégia de governo na promoção do desenvolvimento, tem que ser assumida e desenvolvida por este, a fim de direcionar aos objetivos que deverão ser obtidos no futuro e não apenas aos interesses do mercado de trabalho. (OLIVEIRA; MORAES, 2016, p. 3).

Face a todo o exposto nesta seção, resta claro que a educação é matéria-prima do desenvolvimento, quer econômico, quer social, o que legitima o objeto de estudo deste trabalho, que esperamos defender com todas as considerações que faremos a este título.

CAPÍTULO 2 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Políticas públicas e o cenário nacional

Nesta seção, trataremos de apresentar o que a literatura define como sendo políticas públicas, quais os atores envolvidos em sua formulação, quais os interesses que conflitam quando de suas escolhas, o alcance de sua colocação em prática, sobretudo no que diz respeito àquelas que se destinam à educação.

Uma vez defendidos estes conceitos, faremos uma reflexão a respeito do que essas definições possam ter interferido no que estudamos que é a criação de uma unidade do IFSULDEMINAS em Passos, refletindo sobre a política que criou a Rede Federal em âmbito nacional e de como foram feitas as escolhas que colocaram a cidade na sua rota de expansão ocorrida a partir de 2008.

Nos países democráticos, sobretudo no ocidente, como no caso de nossa República presidencialista de caráter representativo, aos agentes políticos a sociedade confere, metaforicamente, um documento em branco para que esses representantes eleitos pelo voto popular, deliberem a respeito do que a sociedade tem como prioridades. Estes atores recebem da população, através do processo eleitoral, como que uma procuração para que, falando em nome dessas pessoas, possam defender seus interesses e fazer com que as ações governamentais se voltem para suas necessidades mais emergentes.

Devido às particularidades de nosso país que, costumamos categorizá-lo como sendo de dimensões territoriais continentais, de culturas plurais e arranjos produtivos diversos, não há como minimizar e tornar simplista o processo de formulação de políticas públicas ocorrido na arena política onde convivem, além de todas essas diversidades, conflitos de interesses das mais diversas áreas, inclusive aqueles provenientes do chamado espectro político ideológico, que ficou ainda mais evidente nas eleições recém ocorridas no ano de 2018.

Essa realidade nacional se verifica em todas as áreas de atuação governamental, o que, forçosamente, acaba por incluir aquelas que dizem respeito à educação, como bem vimos em artigos da Constituição Federal, apresentados na seção anterior.

Para melhor compreensão de como se desenham estes cenários, necessário será, novamente, recorrer à nossa Carta Magna, fonte de todo o ordenamento jurídico nacional, para que possamos iniciar a compreensão de todo esse processo que culmina com a formulação das políticas públicas que permeiam nossa existência enquanto cidadãos brasileiros.

Logo no preâmbulo, a Constituição, ao caracterizar o Estado brasileiro, constituído em Estado Democrático de Direito, tem, dentre seus fundamentos, o pluralismo político e a representatividade da vontade de seus cidadãos, quando defende que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (BRASIL, [2019]).

O que se pode perceber, logo nas primeiras linhas de nossa Lei Maior, é que devem conviver no espaço político as diferentes formas de pensar e de concepções, fazendo-se conhecer pela representação legislativa dela nascida.

No título III, dedicado à definição da organização político-administrativa nacional, são apresentadas a estrutura dos entes federados e atribuições atinentes a cada um deles de modo exclusivo, que são indelegáveis e intransferíveis, as de competência concorrente, na qual a União edita as normas jurídicas e Estados e o Distrito Federal as complementam e aquelas que são de atribuição comum, na qual os entes, em forma simultânea, apenas no que concerne às ações que não sejam legislativas, sobre as quais não se admite competência comum, deliberam sobre determinadas áreas, de modo que seu efeitos práticos e reais sejam mais perceptíveis às populações.

Nesse sentido, quanto à educação, podemos citar como exemplos, no que diz respeito à atribuição exclusiva da esfera federal, a definição de diretrizes e bases da educação nacional, como atribuição comum a todos os entes federados, o dever de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação e, como competência concorrente à União, Estados e o Distrito Federal, legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Aos municípios, compete apenas, com o auxílio técnico e financeiro da União e dos Estados, manter programas que se destinem à manutenção da educação infantil e do ensino fundamental.

Por estas considerações, quando, em seção própria, apresentarmos a criação da Rede Federal, estaremos confirmando essa disposição constitucional, especialmente no que diz respeito à atribuição da União.

Conferidos a esses agentes políticos, conforme consagrado em nossa Constituição, a condição de legítimos representantes do povo e que irão definir normas que construam as políticas públicas educacionais, passemos às concepções do que sejam, à luz de consagrados autores, essas ditas políticas públicas, fazendo defesa daquelas com as quais mais se alinhem nossos estudos.

Antes, contudo, no capítulo III, já brevemente citado anteriormente, contido no título VIII, que diz respeito à manutenção da Ordem Social na Constituição, ao participar da formulação dessas políticas públicas, no Brasil, será necessária a consideração de que a educação precisa observar, minimamente, os seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, [2019], p. 113).

Mesmo com essas defesas constitucionais, ainda em seu próprio texto, existe o notado arrefecimento da participação estatal em níveis mais elevados de ensino, uma vez que a compulsoriedade da oferta pública, para cidadãos entre 4 e 17 anos, é de promoção apenas do ensino básico, devendo o Estado brasileiro concorrer para que haja universalização do ensino médio, restando a garantia dos níveis mais elevados de ensino público conformado às capacidades individuais, em caso flagrante de insuficiência de cobertura estatal, constituindo em si mesmo um problema público a enfrentar.

Especificamente, as políticas públicas federais precisarão se orientar pelo plano nacional de educação, que, conforme a Constituição, deverá:

- Com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:
- I - erradicação do analfabetismo;
 - II - universalização do atendimento escolar;
 - III - melhoria da qualidade do ensino;
 - IV - formação para o trabalho;
 - V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
 - VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, [2019], p. 115).

2.1.1 Políticas públicas e o Estado

Mas afinal, o que são políticas públicas e como elas viabilizam as disposições constitucionais sobre a educação pública brasileira?

Por mais elementar que possa parecer, dado à obviedade dos termos que podem claramente ser definidos, tanto isoladamente quanto de forma combinada, há uma diversidade de considerações a respeito do que sejam essas políticas públicas, contando com as mais diversas influências que possam corroborar a construção do termo como veremos a seguir, com as devidas justificativas utilizadas por cada um dos autores citados, convergindo para aquela que possamos justificar o objetivo da realização desse trabalho como já alertado anteriormente, mesmo sabendo que “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública.” (SOUZA, 2006, p. 24).

Outro desafio nesse intento reside no fato de que a literatura em Língua Portuguesa com definições sobre o termo não serem vastas, devendo recorrer àquele material científico que tenha se ocupado de sua tradução, uma vez que o assunto é relativamente recente no Brasil, enquanto que exista inclusive como disciplina acadêmica em países como os EUA.

Segundo a proposição da carta intitulada Avaliação de Políticas Públicas, elaborada pelo Governo Federal brasileiro em 2018, tanto a proposição de novas políticas, como a reformulação das já existentes, passa, antes de tudo, pela resolução de problemas que uma coletividade ou grupos de interesse manifestem e que demandem diagnóstico que permita sua identificação e consequente resolução. Esse processo deve, inclusive, permitir que se possa acompanhar, justamente, a resolução dos problemas existentes, motivo pelo qual as políticas são formuladas.

A identificação do problema é fundamental para que, ao longo da execução da política, ele seja monitorado, pois este pode, por exemplo, ter deixado de existir, ou as suas causas podem ser completamente diferentes. Se o problema que embasa a política não for bem identificado, o seu monitoramento posterior fica comprometido. (BRASIL, 2018a, p.53).

Com essa conceituação oficial, temos a primeira das definições que utilizaremos neste capítulo, segundo a qual as políticas públicas são soluções estruturadas para grandes problemas coletivos (BRASIL, 2018a). Embora eivada de pragmatismo, diante de uma visão tecnicista e objetiva da ação estatal, não configura nenhuma inverdade, embora cumpra apenas ponderar que, sob este enfoque, a definição já se apresente mais do ponto de vista do resultado do que de todas as disputadas de forças e interesses existentes até que se defina o que sejam estes

problemas e se os mesmos são realmente prioritários para uma coletividade ou grupos que tenham maior representatividade política ou até mesmo grupos de pressão.

Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais. (SOUZA, 2006, p. 25).

Ainda, segundo esse mesmo texto, a priorização de políticas públicas para o atendimento de determinados problemas não significa preterição de um em detrimento de outro, mas, na verdade, o reconhecimento de que alguns sejam causas e que outros sejam consequências. Tal argumentação pode servir como justificativa para que se possa ocultar alguns aspectos sórdidos do chamado jogo político que não se pode ignorar quando se faz um estudo sobre política, mesmo não sendo esse o cerne do que propõe esse estudo, contudo é prudente que se faça essa reflexão, também. Ao fazermos esse tipo de consideração, admitimos que a forma de se compreender as políticas públicas deve passar pelas concepções que se tem do funcionamento do Estado.

A forma com que se entende uma política pública está diretamente relacionada com a percepção que se tem do Estado. Frequentemente, compreende-se a política pública como uma ação ou conjunto de ações por meio das quais o Estado interfere na realidade, geralmente com o objetivo de atacar algum problema. (SERAFIM; DIAS, 2012, p. 124).

Se assim é o funcionamento da construção das políticas públicas, a conformação da agenda estatal ao que ele considera prioritário para o atendimento e resolução dos problemas sociais existentes torna patente o conceito de que o Estado agindo, ou se omitindo, a partir das escolhas que faz, está realizando políticas públicas.

Ação e inação estatal se equivalem quando se trata de definirmos políticas públicas, com o que defendemos pelas palavras de Dye que sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (DYE, 1984 *apud* SOUZA, 2006, p. 24). Ou seja, uma decisão estatal de não ação representa, também, uma forma de fazer política pública de forma idêntica à escolha de algo que tenha realizado e que possa ser percebido pelos que forem alcançados por sua ação.

Como em diversos lugares no mundo, também se verifica no Brasil, onde os ânimos contrários se acirram, assim como práticas deploráveis de construção política ainda se possa verificar, nas quais, não raras vezes se possa ver imperar revanchismos, patrimonialismo,

nepotismo e outras manifestações deploráveis, tem toda valia a admissão da escolha estatal do não fazer, como sendo também uma forma clara de configuração de políticas públicas.

A partir dessas considerações pode-se compreender o motivo pelo qual opte-se pela construção de uma escola em lugar de um hospital em dadas circunstâncias, ou o contrário, assim como onde construir; o motivo pelo qual se escolhe uma localidade e não outra; qual o ganho político que o agente que tenha influenciado na decisão governamental poderá alcançar com seu envolvimento, etc.

Não raros são os casos de maior desenvolvimento de regiões em que haja maior engajamento ou protagonismo político do que em outras. A intervenção dos agentes políticos, uma vez admitido esse cenário, passa a ser fundamental para o delineamento das políticas públicas a serem executadas em favor de uma determinada coletividade o que pode não beneficiar outra, com menor representatividade.

Os motivos acima é que devem fomentar e fazer despertar na sociedade o interesse pelo debate político e multiplicar iniciativas bem sucedidas de participação popular, como no caso dos Orçamentos Participativos implementados em algumas cidades brasileiras, a serem utilizados a título de exemplo, nos quais a própria sociedade determina quais são as prioridades que devem ser admitidas na utilização dos recursos públicos à disposição desses agentes, de modo que sejam inibidas iniciativas que possam visar apenas ganho político a esses últimos, restando à população apenas a condição de coadjuvância naquilo que é de seu maior interesse, quando deveria ser o contrário.

Como a materialização das políticas públicas necessariamente tangencia a questão financeira e orçamentária, o exemplo citado permite concluir a observação da realização das políticas públicas, a partir, por exemplo, da formulação e execução orçamentária.

A favor dessa mesma sociedade, a partir da manifestação desse interesse pela proteção e zelo com suas prioridades, começam a se destacar em nosso país, as figuras de controle e fiscalização de ação estatal, como os tribunais de contas, os portais de transparência, as assembleias e câmaras legislativas, não afastadas ainda as formas de controle organizadas pela própria sociedade civil como os movimentos sociais, as organizações não governamentais, associações, além das próprias mídias, atualmente constituídas por tantos canais de difusão e de conhecimento amplo e irrestrito, o que mesmo com todo esse engajamento, ainda permanece à mercê do principal formulador das políticas públicas que continua sendo o Estado, embora o que se note na atualidade seja a proposição e admissão de redução de sua participação neste processo, inclusive em assuntos que lhes sejam intransferíveis.

Apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada. (SOUZA, 2006, p. 27).

2.1.2 Criação da Rede Federal como política pública na educação brasileira

Apresentados esses conceitos, passaremos a apresentar a criação da Rede Federal como forma de realização de política pública na área da Educação, enfatizando a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, IFSULDEMINAS, que é parte do objeto desse estudo.

A criação da Rede Federal enquanto política pública para educação profissional, é, antes de mais nada, uma significativa vitória na superação da dualidade existente na questão da formação dos indivíduos única e exclusivamente como aptos para o trabalho ou atribuir-lhes uma formação geral.

Ao fazermos um traçado histórico evolutivo da educação profissional entre 1909 e 2008 (QUADRO 1), veremos os fatos marcantes que deixaram caracterizadas as duas concepções de ensino e os avanços trazidos com sua reformulação.

A gênese dessa disputa tem suas raízes no processo histórico de colonização e desenvolvimento do país, no qual a educação profissional tem servido ao modelo de desenvolvimento econômico. (ORTIGARA, 2014, p. 15).

O processo histórico que trataremos como embrionário para a criação da Rede Federal de Educação Profissional, propriamente dito, tem sua origem no ano de 1909, época do governo do presidente Nilo Peçanha, quando havia o predomínio do pensamento industrialista na Economia nacional, o que delineava o ensino ministrado nas Escolas de Aprendizes Artífices (EAA).

Pelo Decreto 7.566 de 23 de Setembro de 1909, assinado pelo presidente brasileiro Nilo Peçanha, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), cuja finalidade era o ensino profissional, primário e gratuito, que representou uma formalização do ensino para as camadas mais populares da sociedade, que até então não dispunham de uma política pública voltada ao atendimento de sua formação.

Ao estudarmos a história da educação profissional no Brasil, pode-se perceber que até o século XIX não existiam propostas sistemáticas de experiências de ensino, uma vez

que prevalecia a educação propedêutica voltada para as elites e sua formação como dirigentes. A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos. (CECCON, 2018, p. 7).

A essência do Decreto torna evidente seu caráter exclusivista quanto ao atendimento da parcela da população a que se destinava, uma vez que desde o preâmbulo do referido ato legal, pode-se verificar que intentava oferecer qualificação de mão-de-obra a uma população até então desassistida, como se lê:

Que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da luta pela existencia; Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação. (BRASIL, 1909).

Seu teor buscava tutelar uma população chamada no texto de proletária, desfavorecida de fortuna e propensa ao ingresso no que também se chama escola do vício e do crime, de modo que estes, vencedores da ignorância, viessem a se tornar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909). Nota-se neste texto, a contraposição ainda presente nos dias atuais, de que devem ser finalidade das políticas públicas medidas que formem, em vez de reformar; de que mais valha um aluno que um detento, como já abordado anteriormente e de que o cidadão sem qualidades escolares e profissionais possa vir a se tornar uma ameaça social em potencial.

Outras características que se possa destacar do decreto é de que, a princípio, as Escolas de Aprendizes Artífices deveriam ser instaladas apenas nas capitais dos Estados do país, onde certamente, com o início da urbanização por conta de um processo embrionário de industrialização, já se pudesse perceber problemas sociais, sendo interiorizado para o restante do país somente futuramente.

A faixa etária dos alunos a serem admitidos em tais escolas deveria ser entre 10 e 13 anos, que gozassem de boa saúde e que não fossem portadores de deficiência que incapacitasse para o exercício de algum ofício, além de serem, como já observado, preferencialmente, carentes.

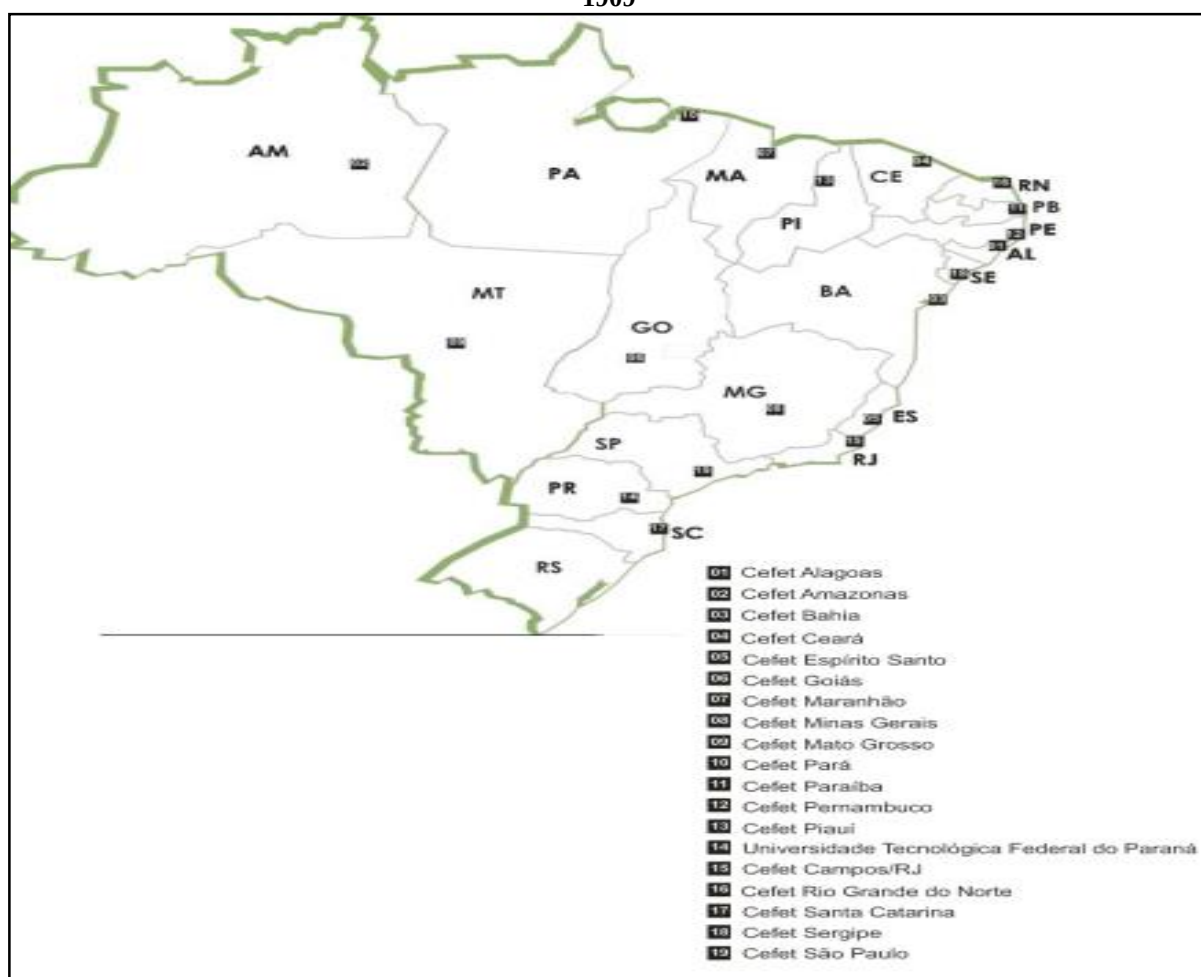
Como a intenção de formação de uma população desvalida estivesse presente, o texto procura abranger um universo extenso de alunos, quando estabelece, em seu artigo 5º que os estabelecimentos devessem admitir tantos alunos quanto fosse a capacidade da instituição. O texto também traz a obrigatoriedade de oferta de dois cursos noturnos, sendo um primário, para alfabetização e outro de desenho.

Com essas características, nota-se haver um caráter quase que assistencial dessa política pública, que contava com um público claramente definido que se constituía em seu objeto. O ensino era direcionado à qualificação de uma mão-de-obra de atividades elementares, dado ao perfil ainda rural da economia brasileira.

Essas escolas pioneiras, portanto, tinham uma função mais voltada para a inclusão social de jovens carentes do que propriamente para a formação de mão de obra qualificada. Naquele momento, a economia do país era baseada na atividade rural e, mesmo nos principais centros urbanos, o processo de industrialização ainda ocorria de maneira lenta e precária. (CECCON, 2018, p. 15).

A seguir, será apresentado um mapa da época da criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, para dimensionar a abrangência da recém-criada estrutura por Nilo Peçanha.

Figura 1 – Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Divisão Geopolítica em 1909



Fonte: MEC, Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2009, p. 3.

Paralelamente à criação das EAA, também merecem ser consideradas como gestacionais da Rede Federal os Aprendizados Agrícolas (AA) e os Patronatos Agrícolas (PA),

respectivamente criados em 1910, pelos Decretos Federais 8.319, 8.357, 8.358 e 8.365, em 1918 pelo Decreto Federal 12.893 (ORTIGARA, 2014). Nessas instituições, estudariam os órfãos, pobres e humildes, cuja capacitação era para a produção agrícola.

Mesmo com a afetação das diversas alterações sofridas nos formatos das EAA, quanto dos AA, quanto dos PA, todos tiveram participação na identidade social das escolas da Rede Federal (ORTIGARA, 2014).

Para melhor compreensão das políticas para educação profissional implementadas nos anos 2000, entendemos ser importante a revisão do percurso histórico que esses três tipos distintos de instituições seguiram até a sua unificação, representada pelos Institutos Federais em 2008, quando passaram a pertencer à mesma institucionalidade (ORTIGARA, 2014, p. 24).

A partir da promulgação do Decreto original das Escolas de Aprendizes Artífices, diversos foram os atos legais a versar sobre o assunto, dos quais fazemos os destaques do projeto de Fidélis Reis de 1927, que tornava obrigatório o ensino profissional no país e a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, que passou a supervisionar as EAA até 1934, quando surgiu a Superintendência do Ensino Profissional;

Na Constituição de 1937, particularmente em seu artigo 129, foi quando o ensino técnico, profissional e industrial foi abordado pela primeira vez em uma Carta Magna. Em 1941, com a reformulação do ensino nacional, o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio, o ingresso passou a ser determinado por processo de admissão e houve divisão dos cursos em dois níveis determinados pelos chamados ciclos do ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

Em 1942, as EAA foram transformadas nas chamadas Escolas Industriais e Técnicas pelo Decreto 4.127, segundo o qual o nível adquirido pelos formandos nessas escolas equivaleria ao ensino secundário, uma vez que os mesmos se encontravam autorizados ao ingresso no ensino superior em área que fosse equivalente à de sua formação.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas alcançam autonomia administrativa e de ensino, com sua transformação em autarquias, sendo, a partir de então, chamadas de Escolas Técnicas Federais.

Em 1978, pela Lei 6.545, são convertidas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) três Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e do Rio de Janeiro, com a finalidade de formação de engenheiros e tecnólogos, o que se verificaria em outras instituições

futuramente, ato este fortalecido pela Lei 8.948 de 1994, quando foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que deveria transformar, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Em 1996, há o rompimento com o caráter assistencialista contido no Decreto 7.566, com a promulgação da Lei 9.394, conferindo ao ensino profissional federal a condição de um instrumento de inserção social e de democratização dos bens sociais.

A Lei 11.892/08 foi a conclusão de um processo de reconhecimento da importância estratégica do Ensino Profissional brasileiro, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, integrantes da Rede Federal.

Uma vez superada a característica assistencialista que marcou o ensino profissional federal brasileiro, com a consolidação da Rede Federal, unificada com a promulgação da Lei 11.892/2008, buscamos a compreensão do contexto dessa unificação fornecendo elementos para o entendimento desse processo, bem como apresentar dados atuais que demonstrem a atuação da Rede Federal em todo o Brasil.

Segundo dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica ligada à pasta do Ministério da Educação do Governo Federal Brasileiro, a criação da Rede Federal representou um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Reconhecida pela qualidade do ensino ofertado, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer.

Estruturalmente, a Rede Federal consistiu na união dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG), das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e do Colégio Pedro II, sendo, atualmente, 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II, contabilizando, assim, 661 unidades presentes em todas Unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal.

Em documento próprio elaborado para conhecimento geral de suas concepções e diretrizes, os Institutos Federais, objeto desse estudo, demonstram o caráter emancipatório presente na formação de seus alunos.

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. (BRASIL, 2010, p. 3).

Como auge do desenvolvimento da educação profissional e tecnológica brasileira, os Institutos Federais, integrantes dessa chamada Rede Federal, defendem a formação baseada em integração entre ciência, tecnologia, cultura, conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica manifestados claramente em suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Essas ações, defende-se, que sejam pilares de uma chamada formação humana e cidadã, hoje prioritárias em relação ao que se define como laboralidade, que era prioridade no passado, sendo hoje uma de suas intenções, mas não mais tida como principal objetivo, porém, sem ignorar o fato de que os IF são instrumento também de desenvolvimento socioeconômico, comprometendo-se, para esse fim, com a capacitação aos profissionais neles formados de se desenvolverem de modo permanente. Noutras palavras, o propósito que motivou a criação dos Institutos Federais supera o mero depósito de formação de mão-de-obra, pretendendo entregar para a sociedade o chamado homem integrado e funcional e não somente um trabalhador qualificado e apto para o mercado de trabalho.

Entendida a criação dos Institutos Federais como sendo o reconhecimento da educação profissional e tecnológica como uma política pública, importa que suas ações estejam em consonância com outras políticas sociais e econômicas, particularmente quanto àquelas de cunho local ou regional.

Para o cumprimento dessas diretrizes, cada IF deve respeitar as características da localidade em que se instala, assumindo, assim, seu perfil, o que estava perfeitamente observável no funcionamento das Escolas Agrotécnicas que originaram o IFSULDEMINAS, pioneiramente, com o *campus* de Inconfidentes/MG, fundado em 28 de Fevereiro de 1918, acrescido dos *campi* de Muzambinho/MG, fundado em 22 de Novembro de 1953 e Machado, em 3 de Julho de 1957.

O ensino ministrado nessas escolas estava em perfeita consonância com as necessidades e arranjos produtivos econômicos locais, conferindo ao ensino um caráter útil e defensável do ponto de vista de estabelecimento de políticas públicas voltadas para esse fim, cujo processo evolutivo de escolha de novas escolas apresentaremos no capítulo seguinte, a partir da experiência de Passos/MG que é, precisamente, o objeto desse estudo.

Em se tratando de formação oferecida a seus egressos, como forma de abrangência e alcance populacional, os IF atuam, contemporaneamente, em todos os níveis e modalidades de

educação profissional, em formatos presencial e à distância, com seus cursos técnicos, ensino médio regular e integrado, bem como ensino superior e em nível de especialização e mestrado, sempre contando com parcerias firmadas em forma de cooperação com Estados e municípios. Os IF ainda atuam em programas como na educação de jovens e adultos (PROEJA) e outros, como os extintos Pronatec e Rede e-Tec, de formação profissional, que devem ser reestruturados e oferecidos novamente no futuro.

Enquanto política pública, os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Nesse sentido, cada Instituto Federal deverá dispor de um observatório de políticas públicas como espaço fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho. (BRASIL, 2010, p. 19).

Diante de tamanha importância que a educação profissional e tecnológica assume no contexto da realidade brasileira e, particularmente, no sul do Estado de Minas Gerais, onde goza de enorme reputação e consolidou sua tradição, a regulamentação ocorrida em 2008 cuidou justamente do reconhecimento de sua relevância e significado, que não poderiam mesmo ser tratados com a indiferença legislativa existente até então. Nas palavras de Frigotto (2018, p. 78), “o desleixo e a pouca profundidade na construção da normativa que originou os IFs não são condizentes com o tamanho e a importância dessas instituições”.

Quadro 1 – Linha do tempo da Educação Profissional e Tecnológica

ANO	ACONTECIMENTO
1909	O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto Nº 7.566/1909, criando inicialmente 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
1927	O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidélis Reis, que prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.
1930	É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, através da Inspeção do Ensino Profissional Técnico.
1937	Promulgada a nova Constituição Brasileira que trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial. É assinada a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.
1941	Vigora uma série de leis, conhecidas como a “Reforma Capanema”, que remodelam todo o ensino no país. Os principais pontos: - o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; - o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão; - os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.
1942	O Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, transforma os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.
1944	A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e o consequente empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil no Governo Getúlio Vargas impulsionam a industrialização brasileira.
1956/ 1961	O governo de Juscelino Kubitschek marca o aprofundamento da relação entre Estado e economia. O objetivo é formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

Continua|

Continuação.

ANO	ACONTECIMENTO
1959	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão.
1961	O ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.
1967	Decreto 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como escolas agrícolas.
1971	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna técnico-profissional todo currículo do segundo grau compulsoriamente. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência.
1978	A Lei 6545 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica.
1980/ 1990	A globalização, nova configuração da economia mundial, também atinge o Brasil. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.
1994	A Lei 8.948, de 8 de dezembro: - institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs; - A expansão da oferta da educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.
1996	Em 20 de novembro, a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB) dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.
1997	O Decreto 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).
1999	Retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).
2004	O Decreto 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
2005	Institui-se, pela Lei 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais. Lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal. O Cefet Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Continua.

Continuação.

ANO	ACONTECIMENTO
2006	O Decreto 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
2007	Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Até 2010 serão 354 unidades. O Decreto 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.
2008	Articulação e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
2009	Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
2018	Comemoram-se os 10 anos de criação dos Institutos Federais do Brasil.

Fonte: CECCON, 2018

2.1.3 Análise das dimensões *polity*, *politics* e *policy* na criação da Rede Federal

Feito esse levantamento histórico elementar do ensino profissional no Brasil, passaremos às considerações, fechando a sessão, do que se tenha caracterizado como *polity*, *politics* e *policy*, que, em tradução livre, sejam respectivamente, as dimensões das instituições políticas, dos processos políticos e das políticas públicas propriamente ditas, que estejam relacionados com a educação profissional.

Com o intuito de facilitar o entendimento sobre o processo de elaboração da política pública, o instrumental de Análise de Política diferencia três dimensões da palavra política. Uma dimensão é a “*polity*”, que se refere às instituições políticas e ao sistema político. Outra dimensão é a processual, o processo político, denominado de “*politics*”. E a terceira dimensão é a material, a “*policy*”, que se refere às políticas públicas em si. Usamos esses conceitos em inglês, pois somente esse idioma nos possibilita essa diferenciação teórica de aspectos peculiares. Apesar dessa diferenciação ser interessante e proveitosa, tais “dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente”. (FREY, 2000 *apud* SERAFIM; DIAS, 2012, p. 128).

Orientados por essas dimensões, passaremos, brevemente, a discorrer sobre o envolvimento das instituições com a educação profissional, os atores que se envolveram na elaboração do processo da criação da Rede Federal e da materialização da política propriamente dita, que entendemos ter tido seu marco inicial com a já citada convergência de toda estrutura existente pela promulgação da Lei 11.892/2008.

Institucionalmente, já foram apresentadas neste capítulo as Escolas de Aprendizizes Artífices, os Patronatos Agrícolas e os Aprendizados Agrícolas como amparo estrutural para

existência da Rede Federal. Porém, quando falamos de *polity*, necessário se faz falar de como estavam configuradas as instituições políticas brasileiras quando da criação da Rede Federal, o que passaremos a apresentar a seguir.

O período que antecedeu à criação da Rede Federal fora marcado pela hegemonia neoliberal, para quem “era necessário privatizar, liberalizar, desregular, flexibilizar os mercados de trabalho, mas fazê-lo de forma radical, já que para o neoliberal o Estado deve limitar-se a garantir a propriedade e os contratos devendo, portanto, desvencilhar-se de todas as suas funções de intervenção no plano econômico e social” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 57).

Essa conceituação, certamente influenciaria nas políticas públicas para a educação, como podemos concluir do que se vê a seguir:

Um resgate histórico dos elementos que fundamentaram a hegemonia capitalista permitirá a compreensão de como ocorre a reorganização das bases produtivas e, mais precisamente, de que forma o processo educativo pode ser influenciado para conformar-se de acordo com os interesses das classes dominantes. (ORTIGARA, 2014, p. 42).

O pensamento neoliberal sofreu enfrentamentos quando da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, quando se admitiu o pensamento Keynesiano, do economista John Mayard Keynes, para quem a iniciativa privada não poderia se encarregar de garantir a estabilidade econômica, sendo dever do Estado a proteção contra as crises econômicas que se apresentassem. Conforme Ortigara (2014, p. 43), “as ideias Keynesianas apontavam para a possibilidade de convivência do capitalismo com um forte setor público, políticas de renda e seguridade social”.

Contudo, essa admissão do Estado provedor nos países desenvolvidos, que repercutia nos países em desenvolvimento, influenciando a formulação das políticas públicas começa novamente a ruir, a partir da crise econômica deflagrada pela questão do petróleo na década de 1970 que colocou fim ao período de prosperidade econômica mundial experimentado a partir do término da Segunda Guerra Mundial. Nesse ínterim, era consensual o papel do Estado como promotor da prosperidade econômica e do bem-estar social, exercidas pela ativa intervenção estatal na Economia, de modo a garantir o pleno emprego e como atuante em setores estratégicos para o desenvolvimento, como telecomunicações e petróleo (dimensão econômica), pela produção de políticas públicas na área social, visando assegurar o bem-estar social em áreas de educação, saúde, previdência social, habitação (dimensão social) e pelo funcionamento interno do Estado moderno com base nas concepções weberianas, com impessoalidade, neutralidade e racionalidade (dimensão administrativa).

Essas crises do petróleo, a primeira, em 1973 e a segunda, em 1979, e as recessões globais iniciadas na década de 1980, que condenaram o mundo a não mais crescer como nas décadas de 1950 e 1960, a crise fiscal decorrente da escassez que afetou o Estado, que não pode ser saneada dado à irresignação dos contribuintes quanto à cobrança de mais impostos, a falta de governabilidade, porque os governos estavam inaptos a resolver seus problemas e a globalização que minou o poder de os Estados deliberarem sobre políticas macroeconômicas, são considerados os fatores socioeconômicos impulsionadores da implantação do modelo gerencial na administração pública.

A volta do neoliberalismo, neste contexto, deu origem à chamada Administração Pública Gerencial, modelo que foi adotado a partir das concepções neoliberais de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, mas suas aplicações foram e estão sendo discutidas em toda parte, pois a reforma do Estado passou a ser um assunto de quase todo o mundo.

Há, atualmente, mais de um modelo gerencial; ou, melhorando a argumentação, no embate de ideias proporcionado pela introdução do *managerialism* na administração pública surgiram diversas respostas à crise do modelo burocrático weberiano, todas defendendo a necessidade de se criar um novo paradigma organizacional. (ABRUCIO, 1997, p. 12).

Assim, a administração gerencial pode assumir a forma de modelo gerencial puro, no qual se emprega o *managerialism*, onde se defende o conceito de produtividade (redução de gastos em tempos de escassez, para aumentar a produtividade estatal); de *consumerism*, no qual se tem flexibilidade de gestão, qualidade dos serviços e prioridades às demandas do consumidor, que é a sociedade, na condição de contribuintes e financiadores do Estado e usufrutuários dos serviços públicos, que representou a incorporação de novos significados ao *managerialism*; e, o PSO (*Public Service Oriented*) onde se procura encontrar novos caminhos abertos pela discussão gerencial, explorando suas potencialidades e preenchendo suas lacunas, e é onde se defende as virtudes políticas da descentralização. O modelo PSO emprega *accountability*, transparência, participação política, equidade e justiça, sendo estes seus principais elementos identificáveis.

Com inspiração nesse modelo neoliberal, foi proposta, na década de 1990, a chamada reforma do Estado brasileiro.

A reforma da administração pública que o governo Fernando Henrique Cardoso propôs em 1995 poderá ser conhecida no futuro como a segunda reforma administrativa do Brasil. Ou a terceira, se considerarmos que a reforma de 1967

merece esse nome, apesar de ter sido afinal revertida. A primeira reforma foi a burocrática, de 1936. A reforma de 1967 foi um ensaio de descentralização e de desburocratização. A atual reforma está apoiada na proposta de administração pública gerencial, como uma resposta à grande crise do Estado dos anos 80 e à globalização da economia – dois fenômenos que estão impondo, em todo o mundo, a redefinição das funções do Estado e da sua burocracia. (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 1).

A necessidade de reforma e reconstrução do Estado nascida de sua crise acentuou-se pela imposição da globalização. Com ela, o Estado deixou de ter como premissa a obrigação de proteger as economias da competição internacional para fazer com que as economias nacionais por ele representadas passassem a ser competitivas internacionalmente. O Estado deve passar a regular e intervir em áreas que capacite os agentes econômicos a competir neste cenário global.

O processo de reforma do Estado brasileiro deu-se a partir da percepção da própria crise deste. Vivendo forte crise econômica entre 1979 e 1994, desencadeada pela crise do Estado, que o expunha como incapaz de coordenar o sistema econômico que complementasse o mercado, ou seja, uma crise da forma como o Estado era administrado e, por fim, também como crise política. Esta última crise subdivide-se em três momentos: crise de legitimidade do regime militar, a de adaptação ao regime democrático e a crise moral que culminou com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

Historicamente, os momentos mais importantes destas tidas três reformas do Estado brasileiro, começam pelo delineamento da ideia de um Estado burocrático nos moldes clássicos na primeira reforma administrativa dos anos 1930 que teve como marco a criação do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público no qual se afirmaram os princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia clássica. Em 1938, surge a primeira autarquia brasileira, demonstrando os primeiros sinais de administração pública gerencial baseada na descentralização. Essa reforma não teve a mesma importância daquela empreendida a partir de 1967 com a promulgação do DL 200/67 por Amaral Peixoto, com inspiração de Hélio Beltrão, que veio a ser o pioneiro destas novas ideias no Brasil. Em 1979, Beltrão definiu seu PND (Programa Nacional de Desburocratização), que intentava “retirar o usuário da condição colonial de súdito para investi-lo na de cidadão, destinatário de toda a atividade do Estado” (BELTRÃO, 1984, p. 11).

O modelo de 1967 pretendia diluir a rigidez burocrática existente, descentralizando e concedendo autonomia à administração pública indireta, tida por mais eficiente. Os efeitos indesejáveis desse modelo, foram a contratação celetista de empregados sem concurso público, que patrocinou o patrimonialismo e práticas fisiológicas, além de inibir o desenvolvimento de

carreiras de altos administradores. Estes foram os motivos do fracasso desse modelo, asseverada pela crise de legitimidade do regime militar a partir da metade dos anos de 1970.

A redemocratização do país, com a eleição de Tancredo Neves em 1985, não apresentou perspectivas de reforma do Estado, uma vez que a euforia do momento político acabou por atenuar a crise pela qual o país atravessava. Sonhava-se com a volta aos anos dourados de 1950. A adoção distorcida do pensamento Keynesiano neste período, com aumento dos gastos públicos e elevação dos salários reais, desencadeou o desastre econômico do Plano Cruzado. Foi neste cenário conturbado que foi promulgada a Constituição Federal de 1988, como resultado destas forças contraditórias. Nesta Constituição, critica-se estarem sacramentados os princípios de uma administração pública arcaica, burocrática ao extremo, altamente centralizada, hierárquica e rígida, contrários às novas orientações da administração pública. Acolhendo as diretrizes da nova Constituição, a sociedade brasileira endossou, aparentemente, a ideia de que para se realizar a revolução eletrônica, primeiro seria necessário retornar e concluir primeiro a mecânica. Nasce, com a CF, o regime jurídico único para admissão de pessoal em caráter permanente com a realização de concurso público, com estabilidade rígida que proteja o Estado e não os servidores. Nesta constituição, algumas distinções aos funcionários públicos, como a criticada aposentadoria integral, a aposentadoria de alguns aos 50 anos, o acúmulo de benefícios previdenciários, etc., elevaram o custo previdenciário estatal. Outro problema foi a concessão das mesmas condições de admissão dos concursados aos celetistas das autarquias. Sob estes pontos de vista, a CF marcou um retrocesso na administração pública brasileira.

No governo Collor, as reformas econômicas e o ajuste fiscal ganham novo impulso. No meio deste governo, marcado pelos casos flagrantes de corrupção, é que se dará os passos necessários no sentido de reformar a economia e o Estado. Neste período, houve impulso às privatizações, avanço no ajuste fiscal e cancelamento da dívida pública interna. As tentativas de reforma da administração pública fracassaram especialmente por conta da demissão de funcionários e fechamento de órgãos do governo. O esfacelamento salarial e outras medidas, precarizaram o serviço público brasileiro. Os servidores passaram a responder por todos os problemas do Brasil.

No governo de Itamar Franco, a sociedade passa a perceber a crise da administração pública. Muitos eram os problemas a serem enfrentados para sua reconstrução, especialmente no combate ao patrimonialismo no sistema político, cuja ignorância foi uma falha fundamental neste processo. Seria necessária uma modernização radical da administração pública.

Em 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, defende-se a nova oportunidade para a reforma do Estado brasileiro, no seu aparelho e no seu pessoal. A reforma tinha objetivos de curto prazo como o ajuste fiscal, especialmente nos estados e municípios, onde se entendia haver excesso de quadros e, no médio prazo, modernizando a administração pública, voltando-a ao atendimento dos interesses de seus usuários, vistos como clientes do serviço público, como orienta o enfoque gerencial. Comandado pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, à frente do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), para promover o ajuste fiscal, houve demissões de servidores, estabelecimento de teto remuneratório e alteração do sistema previdenciário. A chamada modernização da administração pública do período deu-se por medidas descentralizadoras, como a criação de agências autônomas e de organizações sociais controladas por contratos de gestão. A proposta de reforma estatal distinguiu quatro setores dentro do Estado que são o núcleo estratégico, onde se definem as leis e políticas, as atividades exclusivas do Estado, que são aquelas tidas por indelegáveis, onde o poder de legislar e tributar é exercido, os serviços não exclusivos ou competitivos que são aqueles realizados ou subsidiados por serem de alta importância e a produção de bens ou serviços realizados pelas sociedades de economia mista em setores considerados estratégicos.

Cunhado por esses ideais, a educação, sobretudo a profissional, assumiu papel estratégico para o governo, porque tais ideais serviriam aos interesses da classe empresarial.

Esse caráter estratégico é exercido a partir de duas perspectivas: primeira, com a função atribuída à escola para preparar os alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional; e, segunda, a educação deveria ser responsável pela proclamação das excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Assim, com o pretexto de preparar os alunos para as necessidades do mercado de trabalho capitalista, as escolas estariam no centro do processo de construção da visão hegemônica neoliberal. (ORTIGARA, 2014, p. 45).

Para Frigotto (1999 *apud* ORTIGARA, 2014, p. 47), para a educação institucionalizada são defendidos mecanismos de regulação e controle, inclusive com a estratégia de retirada da esfera pública, para submetê-la aos controles da iniciativa privada, que passaria a priorizar os interesses de acumulação de capital do mercado.

Desnecessária se torna a reflexão de que esse processo privaria as populações mais pobres do acesso à educação.

Dado a conhecer a dimensão da chamada *polity* do momento vivido no país, por conta da insatisfação popular com as estruturas neoliberais no início dos anos 2000, apresentaremos, como ruptura com esses paradigmas, o que entenderemos como a dimensão chamada de

politics, a eleição do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, o que representou uma revolução na educação profissional brasileira, o que teve continuidade durante o governo Dilma Vana Rousseff.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT passou no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no governo Dilma Vana Rousseff (2011-2016), pela maior expansão da sua história desde a sua criação em 1909 quando foram criadas 19 escolas de Aprendizizes e Artífices por Nilo Peçanha, então, presidente da República. A história de constituição dessa rede mostra que praticamente em um século, entre 1909 e 2002, foram construídas apenas cento e quarenta escolas técnicas em todo o Brasil¹.

Já nos 14 últimos anos deste século XXI, entre os anos de 2003 e 2017, foram concluídas quinhentas unidades referentes ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tinha o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, totalizando, 644 campi em funcionamento em março de 2016, conforme informações disponibilizadas pelo Ministério da Educação.

Em 13 anos, os governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff construíram 360% a mais de escolas técnicas em relação às 140 construídas durante um século no Brasil. Esses dados e cenários chamam atenção por alguns motivos, dentre os quais, pelo impacto que essa expansão presumidamente acarreta na sociedade ao ampliar o acesso à educação profissional de ensino médio, gerando formação, trabalho, renda e ampliando o capital cultural. (CECCON, 2018, p. 6).

A eleição do Presidente Lula, proveniente de camada social menos abastada, que assumiu um país com desemprego elevado, informalidade no mercado de trabalho, endividamento público, acentuação da pobreza e das desigualdades sociais, que deram a chance a um governo de concepção ideológica categorizada como sendo de esquerda, de assumir o Governo Federal, o que acendeu para milhões de brasileiros menos favorecidos pelas políticas públicas a possibilidade de melhoria de suas condições de vida, o que inclui a educação.

Foi neste contexto que o candidato Lula obteve apoio de diversos setores políticos, que representavam os anseios de diferentes setores da sociedade brasileira, sendo eleito presidente do Brasil. A sua trajetória de vida, na condição de ex-operário e retirante nordestino, aliada ao fato de que pela primeira vez as esquerdas brasileiras assumiam o controle do Estado Nacional, fazia com que o novo governo fosse cercado de expectativas. (ORTIGARA, 2014, p. 104).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), contida na Lei 9.394/1996 vigente até então, e o Decreto 2.208/1997, eram entendidos por muitos como sendo uma preterição da maioria da população no que dizia respeito ao acesso à educação, o que era objeto de crítica do Partido dos Trabalhadores (PT), legenda vencedora do processo eleitoral de 2002, que entendia que este último decreto continha equívocos conceituais e se constituía em “Legislação Reguladora da LDB” (ORTIGARA, 2014), como se pode verificar na própria carta de Diretrizes dos Institutos

Federais, na qual se tem, textualmente, que a Legislação anterior representava amarras ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica:

No ano de 2003, com o governo federal, são editadas novas medidas para a educação profissional e tecnológica. Há a substituição do Decreto nº 2.208/97 pelo Decreto nº 5.154/04, que elimina as amarras estabelecidas por aquele, que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta dos cursos técnicos. (BRASIL, 2010, p. 13).

A esperança era de que, na visão de um operário que tenha se formado pela educação profissional, que essa forma de ensinar merecesse de sua parte a maior consideração, uma vez que a experiência do que o presidente pudesse ter vivido repercutisse na formulação das políticas públicas que, com sua contribuição, viessem a ser formuladas.

As propostas do candidato Lula apontavam para uma formação com bases na politecnicidade na escola unitária que objetivava superar a dicotomia entre formação para o trabalho e formação cidadã, de caráter público, tendo as escolas federais como principal local de execução dessa política. A regulamentação deveria ter caráter democrático, emergindo dos fóruns de discussão com a participação da sociedade civil, que culminaria com a elaboração de um Projeto de Lei a ser aprovado no Congresso Nacional. (ORTIGARA, 2014, p. 104).

Aquilo que se esperava, de fato, era que houvesse uma reconstrução da educação profissional, admitindo-a como política pública, sobretudo com a correção do que era entendido como o principal equívoco de seus antecessores, que consistia em separar a educação básica do ensino profissional. Assim, como nos ensinou Dye, citado oportunamente, configurava-se a decisão do fazer ou não fazer como forma de autonomia e discricionariedade do poder público. Colocar essas questões como sendo de iminente interesse público que representem um problema a ser sanado pelas políticas públicas a formular ao se conformar à agenda governamental, demonstra o motivo pelo qual a definição de Dye seja tão útil.

Visto que havia o aceno de que o ensino profissional representava questão prioritária para o novo governo, em 2003, como forma de democratizar o processo de formulação das políticas públicas, por meio de sua Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SETEC), o Ministério da Educação (MEC) realizou o chamado Seminário Nacional de Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas, onde se firmariam as políticas públicas para o ensino profissional brasileiro.

Dessa experiência, com a divisão dos interesses em torno da nova concepção, publicou-se o Decreto 5.154/04, já citado acima, para regulamentar a LDB e houve a revogação do Decreto 2.208/97.

Cumprir destacar que, a partir do ano 2003, a política do governo federal já apontava em outra direção. Essas instituições federais, situadas por todo o território nacional, historicamente voltadas para a educação profissional e para o desenvolvimento econômico, criadas e mantidas com verbas públicas federais, defrontam-se com uma política de governo que traz em essência uma responsabilidade social – tradução das forças sociais que representa – como fio condutor de suas ações. A dimensão ideológica do atual governo, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o novo projeto de nação: se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a partir de agora desloca-se para a qualidade social.

As instituições federais de educação profissional e tecnológica, em sua forma estruturante, não traziam esse arcabouço como prioritário. Entretanto, o governo federal, reconhecendo a potencialidade estratégica das instituições de ensino técnico e tecnológico federais e sua capacidade e qualidade de trabalho, começa a dialogar intensivamente com essa rede de formação, na perspectiva da inversão da lógica até então presente.

Essas instituições passariam a ocupar-se, de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas. (BRASIL, 2010, p. 15).

Diversas outras medidas foram tomadas com vistas à reformulação do ensino profissional brasileiro, porém, para o que se destina essa revisão, compete apenas considerar as mais relevantes dentre as quais podemos citar:

Em 2005, com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino.

Também nesse ano Transformação do CEFET - Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil.

O Decreto 5.773/2006 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Em 2006, com o Decreto 5.840 é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena.

Ainda no ano de 2006 é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado.

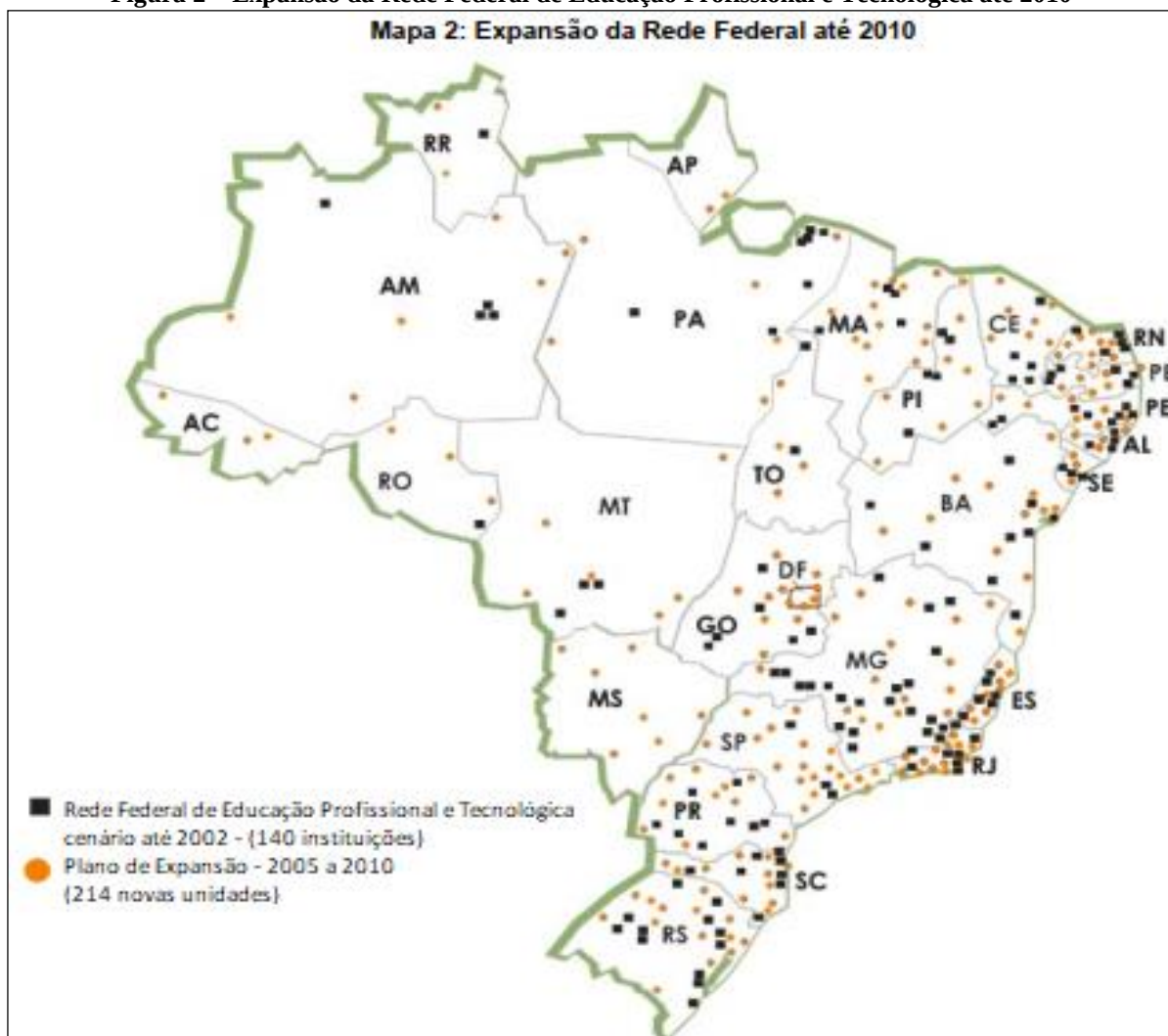
Durante o ano de 2006 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizaram conferências em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no período de 05 a 08 de novembro de 2006, com a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, com a participação de 2.761 participantes, foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história.

Em 2007, há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2009, p. 6).

Com essa reformulação e conferência de maior autonomia, iniciou-se o processo chamado de expansão da educação profissional que foi constituído de três fases, sendo a primeira iniciada em 2006 com o claro propósito de aumentar o alcance da Rede, priorizando a instalação de unidades em Unidades da Federação em que as mesmas ainda não existissem, preferencialmente em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho (BRASIL, 2010).

A segunda fase, iniciada logo em 2007, teve um caráter de maior consolidação, tendo como característica a implantação de uma unidade em cada uma das chamadas cidades-polo do país, o que relacionaremos com a cidade de Passos, em momento oportuno, quando se previa a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2010).

Figura 2 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até 2010



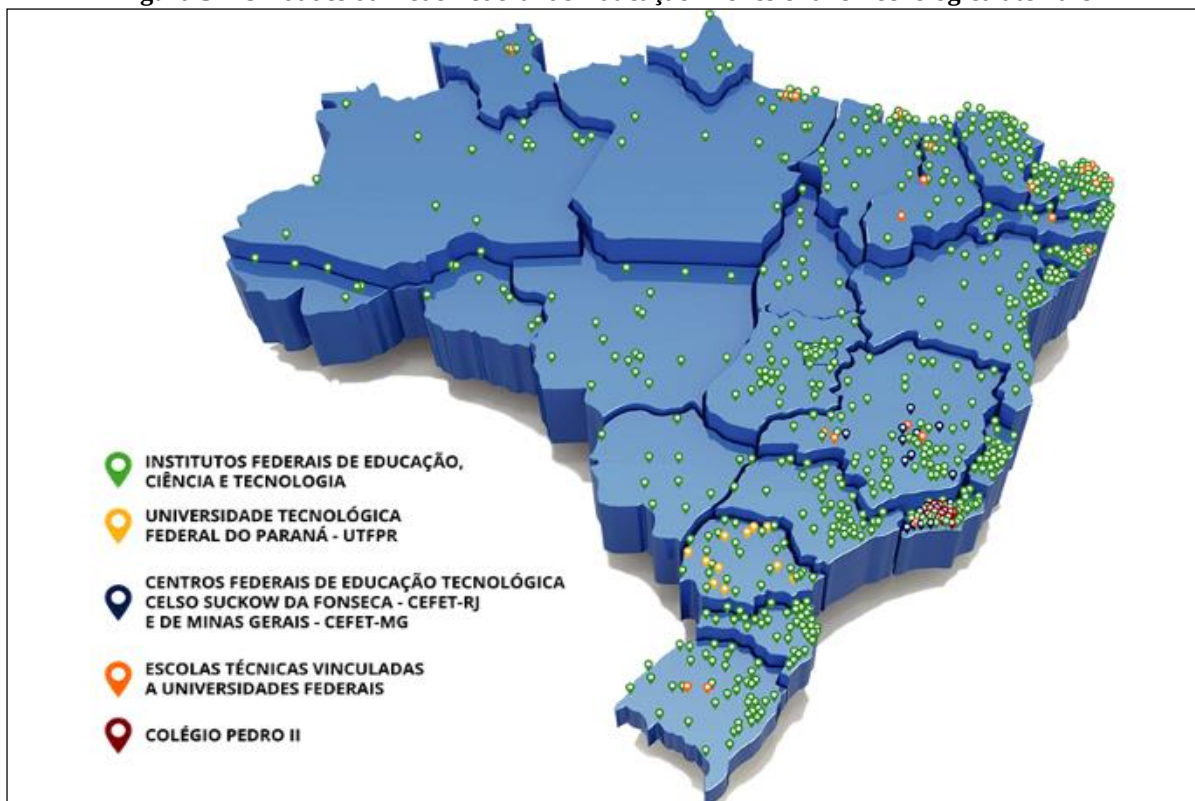
Fonte: BRASIL, 2009, p. 6.

A terceira fase continha um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, mantendo o propósito, segundo a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), de superação das desigualdades regionais e a viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população.

Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiu, em 2006, de um total de 144 unidades. Chegou em 2019, a 661 unidades em todo o país, das quais 647 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades).

Esse crescimento exponencial da Rede Federal demonstra o vigor dessa política e o quanto o país necessitava de que a educação profissional tivesse maior alcance uma vez que, até então, havia regiões que se encontravam absolutamente à margem da oferta de ensino por parte do governo federal, o que passou a ser feito com a multiplicação das unidades da Rede Federal conforme mostra o mapa a seguir, extraído do portal do Ministério da Educação:

Figura 3 – Unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até 2019



Fonte: BRASIL, 2020.

Devidamente caracterizada a dimensão política da criação da Rede Federal pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passaremos à última dimensão que consiste na materialização da política pública em sua dimensão chamada *policy*.

A Lei 11.892/2008 (BRASIL, [2012]) foi promulgada em meio ao processo de expansão da Rede Federal, conferindo ao ensino profissional brasileiro as características já apresentadas e traduzidas pelos expressivos números que vinham sendo condensados por essa medida, atribuindo ao ensino ofertado uma nova concepção, o que Oliveira e Escott (2015, p. 728) defendem que “os Institutos Federais, por sua vez, representam as mais novas autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária”.

Essa personalização que configura seu caráter humanístico e não meramente profissionalizante, seu alcance territorial e de abrangência a diversas áreas de conhecimento, constante em suas diretrizes, nas quais a formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento conforme Brasil (2010), encontra-se no preâmbulo da própria Lei que criou os Institutos Federais (IF), na qual, em seu artigo 2º se tem que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica. (BRASIL, [2012], p. 1-2).

O sucesso da criação da Rede Federal, particularmente no tocante aos Institutos Federais que, para Frigotto (2018, p. 7), “expressam a mais ampla e significativa política no campo da educação pública”, fez com que não houvesse limitação de sua atuação ao ensino Básico, Técnico e Tecnológico, mas também ao Ensino Superior, o que fez com que houvesse equivalência de tratamento pelo MEC dessas instituições às universidades públicas brasileiras, dando aos Institutos Federais plena autonomia diretiva.

O Ministério da Educação é o que normatiza e fiscaliza a educação superior em todo o País. Segundo o Ministério, as instituições de educação superior podem ser classificadas em Universidades, Centros Universitários e Faculdades, sendo estas últimas sem autonomia. A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também asseguram a autonomia das universidades no País. [...] Em termos de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior essas novas autarquias são equiparadas às universidades federais, conforme os indicadores universais de qualidade definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (BRASIL, 2004). Da mesma forma, constituem-se como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Além disso, as universidades gozam de autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, respeitada a legislação específica para ensino presencial e a distância. (OLIVEIRA; ESCOTT, 2015, p. 729).

A ruptura definitiva com a dualidade de formação meramente profissional ou formação geral se observa nas seções II e III da Lei 11.892/2008 dedicadas, respectivamente, à determinação de suas finalidades e características e de seus objetivos, dentre os quais, para justificação da realização desse estudo, merecem destaque a preocupação de que os IF se ocupem do desenvolvimento econômico e social locais, regional e nacional, consequentemente, que haja harmonia com as necessidades locais mantendo ensino de qualidade e emancipatório e de referência no desenvolvimento científico, incluindo o ensino profissional integrado ao ensino médio disponibilizado aos concluintes de ensino fundamental, bem como formação de jovens e adultos, beneficiando a comunidade com suas atividades de pesquisa e extensão, além de ofertar qualificação em seus cursos de formação inicial e continuada (FIC) e também ensino superior, com características que lhe configurem a singularidade marcante de sua atuação.

Seção II

Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Seção III

Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

Seção IV

Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais

Art. 9º Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1o As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2o O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

§ 3o O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4o O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Art. 11. Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

§ 2o A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação. (BRASIL, [2012], p. 4-6).

Apresentada essa política em seus aspectos mais relevantes, necessário se faz algumas considerações acerca dela, para em seguida tratar da escolha de Passos em consonância com tudo que foi apresentado para concluirmos a seção e passarmos à avaliação das contribuições da unidade à cidade e região, objeto e motivação desse estudo.

Como o propósito da criação da Rede Federal ampara-se na universalização do acesso, passemos a tratar dessa questão a partir da “verticalização e integração, compromissos atribuídos aos IFs, a partir do que se compreendeu até então, são dois conceitos e ações indissociáveis.” (FRIGOTTO, 2018, p. 228).

Com uma estrutura verticalizada, os docentes atuam em diferentes níveis de ensino e os estudantes devem compartilhar os espaços de ensino, pesquisa e extensão, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado. (OLIVEIRA; ESCOTT, 2015, p. 729).

Esses aspectos, conforme Frigotto (2018), fazem com que a verticalização ofereça ao discente a oportunidade de cursar, em uma mesma unidade, desde o ensino médio até a pós-graduação, que haja o trânsito dos docentes por todos estes níveis de ensino, além de otimização dos recursos, em obediência ao princípio constitucional da eficiência, universalizando o ensino em consonância com as necessidades locais.

A hipótese, já na realização do projeto de pesquisa, conforme mencionado, apontava para a pluralidade de concepções de verticalização, entre elas: (1) a que compreende que verticalizar a educação significa ofertar, na mesma unidade, cursos da mesma área e/ou eixos em diferentes níveis, de modo que, ao discente, seja oportunizada a possibilidade de perfazer, sem trocar de instituição, um processo formativo desde o ensino médio até a pós-graduação; (2) a que concebe a verticalização no mesmo sentido, acrescentando implicações e/ou desafios da atuação docente nos mais diferentes níveis de escolarização, bem como o compartilhamento e a otimização dos

espaços pedagógicos e em uma fusão de ambas as concepções; e (3) a que relaciona verticalização a um percurso formativo no qual discentes, docentes e todos os demais sujeitos do processo, independentemente do grau de escolarização, possam, muito além de ver otimizados os recursos, garantir a todos o direito a uma formação pública qualificada pela atuação dos IFs nos arranjos produtivos locais, conforme missão conferida a essas instituições. (FRIGOTTO, 2018, p. 229).

Com todos esses pontos e aspectos, fechando a questão da implementação da política que originou a Rede Federal, ao defender o acesso universal ao ensino, diante da frustração que o sistema capitalista normalmente confere a esse direito, porque “as políticas públicas do estado capitalista não resolvem a desigualdade e a exclusão, que têm suas raízes no princípio regulatório do próprio sistema. Assim, também podemos compreender melhor as políticas de ampliação do acesso ao ensino público federal.” (AMBROSINI; ESCOTT, 2019, p. 5).

Esse novo modo de ensinar presente no ensino profissionalizante, não pretende apenas fazer com que haja uma multiplicação do número de vagas, mas que as mesmas representem ensino de qualidade e que haja permanência dos estudantes que ingressem nessas instituições, pois “as políticas de ações afirmativas apenas inserem novos alunos para dentro das instituições, mas não alteram as formas pedagógicas de ensinar.” (AMBROSINI; ESCOTT, 2019, p. 6).

2.1.4 Relação pessoal com a educação e com a Rede Federal

Fechando a seção, passaremos agora a expor a motivação pessoal que fora combustível para o trabalho realizado e trazendo um breve histórico dos motivos que culminaram para a escolha da cidade de Passos para o recebimento e implantação de uma unidade do IFSULDEMINAS.

Durante muitos anos, na elaboração do Orçamento Federal, especialmente no tocante à pasta do Ministério da Educação, parte da sociedade brasileira sempre encarou os gastos com esta rubrica como sendo despesas inevitáveis. Com o decorrer dos anos e a evolução da sociedade e dos próprios conceitos de Orçamento Público, uma parcela mais esclarecida da população passou a ver os valores dispendidos com educação não mais como meros gastos sem retorno social, mas como verdadeiros investimentos nesta área, que, de tão importante, constitui, juntamente com a saúde, funções basilares de governo, onde se vê mais concretamente a realização das políticas públicas.

Sustentam este fato, por exemplo, a manutenção dos orçamentos para estas duas áreas de fora da nova política de teto de gastos públicos estabelecidas pelo Governo Federal, que começou a vigorar para as mesmas apenas um ano após a implantação da nova metodologia

aplicável às demais áreas de ação do Governo, conforme transcrito da Emenda Constitucional 95 de 15 de Dezembro de 2016, na qual se tem, na inserção às Disposições Constitucionais Transitórias em seu artigo 110:

Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão: I - no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do caput do art. 212, da Constituição Federal; e II - nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (BRASIL, 2016a, p. 2).

Tecnicamente, com os modernos conceitos de Orçamento-programa, a execução de políticas públicas passou a demandar da Gestão a comprovação da eficiência e da eficácia do emprego dos recursos públicos, de modo que se obtenha os melhores resultados possíveis, com o menor emprego necessário de recursos.

Diante da escolha do município de Passos, Minas Gerais, para a implantação de um *campus* do IFSULDEMINAS, este trabalho se justifica para avaliar os resultados da execução dessa política pública específica de modo a verificar se houve tanto eficácia quanto eficiência no emprego dos recursos públicos, por meio do desenvolvimento do próprio *campus*, bem como da localidade e arredores.

Outra motivação, essa de cunho pessoal, reside no convívio anterior com o Instituto Federal do Sul de Minas na cidade de Machado, também no Estado de Minas Gerais, nascido da transformação, por ocasião da promulgação da Lei 11.892/2008, da antiga Escola Agrotécnica Federal, que sempre representou para os munícipes instituição de ensino de enorme reputação e de fator de desenvolvimento humano pela qualificação de excelência recebida por seus alunos em suas dependências.

A chamada Escola Agrícola sempre foi motivo de grande orgulho para a população machadense, representando, tanto para alunos, quanto para servidores que lá ingressassem, um significado de pertença a um projeto bem-sucedido de educação. Como na cidade a educação pública era traduzida apenas por suas escolas de ensino básico e fundamental, também tradicionais, que podemos citar como exemplo, a Escola Estadual Dom Pedro I, nome tido como sinônimo de boa educação pública e a Escola Estadual Iracema Rodrigues, remanescente da reconhecida Escola São José de la Salle, o Instituto representou uma grande alternativa de formação de ensino técnico e profissional, como, mais recentemente, de educação em nível superior e de pós graduação. Tanto nas escolas supracitadas, como no próprio Instituto Federal, o reconhecimento por parte da sociedade machadense fica latente a cada processo seletivo

realizado para ingresso ou pela busca de vagas para os estudantes, quando ocorrem filas que fazem com que as pessoas fiquem madrugadas em busca de uma oportunidade de estudo, como no movimento do trânsito quando dos vestibulares no Instituto Federal, quando a rodovia de seu entorno permanece interditada dado ao grande fluxo que ali se aglomera de estudantes e acompanhantes.

Outra manifestação muito marcante do Instituto na vida da cidade de Machado está em seus projetos de pesquisa e extensão. À sociedade são oferecidas sessões de Equoterapia; um centro de excelência do café, uma vez que a cafeicultura é importante atividade econômica local e microrregional, oferecendo oportunidades de mercado, formação de provadores e outras atividades ligadas, contando com espaço para realização de eventos, inclusive com dormitórios para aqueles de maior duração; são também muito frequentados seus cursos de Formação Inicial e Continuada sempre voltados às demandas de interesse local mais prementes; a COETAGRI, cooperativa de seus alunos e servidores, disponibiliza ao público em geral, produção agrícola proveniente das atividades desempenhadas na escola, assegurada a qualidade e com preço convidativo, além de representarem importante fonte de recursos para manutenção do próprio *campus*; conta atualmente com a Rádio Estação Cultura que, com sua programação variada e educativa, já figura entre as mais importantes da região, com níveis representativos de audiência.

Por todas essas características, torna-se impossível que um cidadão de Machado, que se importe com o poder transformador da educação, não tenha no Instituto Federal uma bandeira a ser defendida. Entre os cidadãos da localidade, o Instituto tem contornos, em termos de importância, de uma universidade, o que é recebido pela direção como uma demonstração de apreço e afeto, embora seja absolutamente clara a manutenção do propósito existencial dos Institutos Federais que é de cumprirem seu papel em suas áreas de atuação, com sua maneira de ser, sem que isso importe em algum desconforto para sua missão, visão e valores.

Além destes fatos ligados à própria existência do Instituto Federal, a educação, tanto pública como privada, sempre foi tida pelos moradores da região do Sul de Minas Gerais, como matéria-prima para o desenvolvimento econômico e social, pelo que se ilustra com o crescimento da cidade de Alfenas, também em Minas Gerais, sempre creditada à educação pela implantação de *campus* da antiga EFOA (Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas), atualmente UNIFAL (Universidade Federal de Alfenas), bem como de instituições privadas de ensino hoje já tradicionais e consolidadas, que recebem, todos os anos, enorme quantidade de alunos, alavancando o desenvolvimento dessa localidade.

Por conta da existência dessa possibilidade de desenvolvimento econômico e social, foi que nasceu a justificativa de se tentar avaliar se na cidade de Passos será possível verificar o mesmo processo, que ainda se encontra em curso dado à brevidade da implantação do *campus* que, no passado, já se verificou em outras localidades.

2.1.5 A Rede Federal e a cidade de Passos/MG

Para compreender o motivo da escolha da cidade como sendo sede de uma unidade do IFSULDEMINAS, recorreremos às suas concepções e diretrizes, de onde observamos, como premissa de qualquer escolha que:

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2010, p. 15).

Institucionalmente, conforme Ceccon (2018, p. 285), “a escolha das cidades onde foram implantadas novas unidades de institutos federais considerou três dimensões estabelecidas pelo governo federal para a expansão da rede: a dimensão social, geográfica e desenvolvimento”.

Assim, uma vez que sua localização estivesse na base territorial pertencente à jurisdição da Reitoria do IFSULDEMINAS, passemos aos motivos que, em consonância dessa condição primeira apresentada acima, possa ter contribuído para a escolha do local como ideal para a unidade.

Por estar localizada nesse ponto limítrofe de atuação do IFSULDEMINAS, a implantação em Passos, sob o ponto de vista da dimensão social, traria a oferta de ensino pelo IF até essa posição geográfica, uma vez que não existia no município nenhuma escola federal até então, contribuindo para a universalização, assim como outras unidades também guardam certa distância da cidade, sendo esta a mais afastada da Reitoria, situada na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais, o que contribui para a interiorização da instituição, além de contar com arranjos produtivos muito claros, visto que a economia local guarda suas peculiaridades com as atividades econômicas exercidas na cidade como forma de contribuir para seu desenvolvimento, o que confere fidelidade ao nosso objeto de estudo desenvolvido nesse trabalho.

Além dessa questão institucional claramente definida, por se tratar de implementação de política pública, esta escolha precisaria encontrar amparo no poder público que tivesse interferência local para afirmação dessa intenção.

Em linhas gerais, a dimensão social visava à universalização de atendimento aos territórios; a dimensão geográfica objetivava a interiorização da oferta pública de educação profissional e o atendimento aos municípios não atendidos por escolas federais; e a dimensão de desenvolvimento visava atender municípios que possuíam arranjos produtivos já identificados.

Essa escolha também se pautou nas decisões de gestores dos institutos federais e gestores pertencentes a prefeituras municipais, além de contar com a influência de políticos de cargos eletivos como deputados. No caso da escolha de cidades para implantação de novas unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, houve principalmente a atuação, entre outros, de atores que ocupavam as funções de confiança de Reitor, Pró-Reitores, Diretores e Coordenadores. Todos esses vinculados à esfera federal, já que faziam parte da hierarquia administrativa do instituto federal. Houve também a participação, na esfera municipal, de Prefeito, Secretários e Coordenadores Setoriais, sendo que a função ocupada pelo primeiro é eletiva e as outras duas funções são indicações do próprio prefeito eleito, podendo seus ocupantes ser servidores, ou não, de carreira do município. (CECCON, 2018, p. 131).

A história do *campus* Passos tem início:

no ano de 2010, quando começa a funcionar como polo, vinculado ao *campus* da unidade de Muzambinho, cidade mais próxima geograficamente, mediante convênio com a Prefeitura local, sendo que o primeiro processo seletivo ocorreu em 26 de junho e as aulas tiveram início em 2 de agosto do mesmo ano. (CECCON, 2018, p. 136).

Somente no ano seguinte, em 2011, a unidade teve a nomeação de seus primeiros docentes efetivos, o que pode ser entendido, conforme Ceccon (2018), como sendo o início de seu processo de transformação em *campus*.

Como forma de alinhamento com os arranjos produtivos locais, ainda em 2011 foi feita audiência pública para verificação da demanda dos cursos a serem ofertados pela instituição no local, conforme Pacheco (2010), as políticas públicas indicam que a criação de cursos novos deve ser definida através de audiências públicas com a participação e a manifestação da sociedade, tendo sido adquirido o terreno com dimensões de 10.000 m² para acomodação de suas instalações que passariam a contar com prédio administrativo e refeitório.

Os cursos criados a partir de audiência pública, Técnico em Informática, Enfermagem, Vestuário e Comunicação Visual, tiveram seu primeiro processo seletivo em 2012. A partir do 2º semestre, a instituição começou a oferecer também os cursos Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Em meados de julho, o Campus Passos obteve a portaria de funcionamento publicada pelo MEC, no Diário Oficial da União. (CECCON, 2018, p. 137).

Prossegue Ceccon, em sua obra, informando os primeiros passos da nova unidade, quando em 5 de Dezembro de 2012, sendo Reitor do IFSULDEMINAS o professor Sérgio Pedini e Diretor Geral do *campus* Passos, o professor Juvêncio Geraldo de Moura, foi

oficialmente inaugurada a unidade. Já em 2013, o *campus* recebeu a primeira turma de seus cursos que são integrados ao ensino médio, que foi o Técnico em Informática, quando já dispunha local para a Biblioteca, laboratório de informática com acesso à internet, além de outras comodidades de funcionamento.

Desde os primórdios de seu funcionamento, o *campus* passou a gozar de reconhecimento por parte da sociedade local, pois já lhe fora conferido à época a primeira moção de mérito, o que fortalece os princípios defendidos em nosso trabalho.

O Campus Passos recebeu no dia 26 de novembro de 2013 o prêmio “Sucesso Empresarial”, organizado pela Fesp (Fundação de Ensino Superior de Passos), Folha da Manhã e ACIP (Associação Comercial e Industrial de Passos), em reconhecimento por sua seriedade e atuação na categoria ensino técnico. (CECCON, 2018, p. 138).

Passos encontra-se localizada na região Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais, distante da capital do Estado, Belo Horizonte, em 343 quilômetros, sendo a principal cidade da microrregião, com população estimada pelo IBGE em 2019 de 114.679, sendo a renda nominal *per capita* de 1,9 salários mínimos médios mensais, obtidos de uma renda anual média de R\$ 20.861,28 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). Com IDH de 0,756, Passos encontra-se na oitava colocação entre as 14 cidades que compõem sua microrregião, sendo a ducentésima décima sexta do Estado de Minas Gerais.

Seu PIB estimado em R\$ 2.387.740.300,00 (dois bilhões, trezentos e oitenta e sete milhões, setecentos e quarenta mil e trezentos reais), conforme dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020), que já líquido dos impostos livre de subsídios, sobre produtos a preços correntes, é de R\$ 2.168.859.920,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e novecentos e vinte reais), é composto pelas seguintes atividades econômicas: SERVIÇOS - EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL R\$ 1.290.106.360,00 (um bilhão, duzentos e noventa milhões, cento e seis mil, trezentos e sessenta reais), correspondentes a 59,48% do total; ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL R\$ 433.594.890,00 (quatrocentos e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa reais), correspondentes a 20% do total; INDÚSTRIA R\$ 285.395.510,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e dez reais), correspondentes a 13,16% do total e AGROPECUÁRIA R\$ 159.763.170,00 (cento e cinquenta e nove milhões,

setecentos e sessenta e três mil, cento e setenta reais), correspondentes a 7,36% do total (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Essa configuração, que bem ilustra a pluralidade das atividades econômicas desenvolvidas na cidade de Passos, cujas metamorfoses são objeto desse estudo, compiladas pelo trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que dentre inúmeros outros levantamentos, pesquisa dados dessa natureza, com os números devidamente tabulados, em reprodução desse trabalho feito, segue apresentada, na tabela ilustrada na figura 4 a seguir:

Figura 4 – PIB do Município de Passos/MG

Produto Interno Bruto dos Municípios		TABELA	SÉRIE HISTÓRICA	CARTOGRAMAS	RANKING
Ano: 2017 ▼	Notas Fonte	Passos	Adicionar comparação ▼	Adicionar comparação ▼	
▼ PIB A PREÇOS CORRENTES					
SÉRIE REVISADA		2.387.740,30			(x 1000) R\$
► PIB PER CAPITA					
▼ VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES					
▼ SÉRIE REVISADA		2.168.859,92			(x 1000) R\$
▼ Atividade econômica					
AGROPECUÁRIA		159.783,17			(x 1000) R\$
INDÚSTRIA		285.385,51			(x 1000) R\$
SERVIÇOS - EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL		1.290.108,38			(x 1000) R\$
ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL		433.594,89			(x 1000) R\$
▼ IMPOSTOS, LÍQUIDOS DE SUBSÍDIOS, SOBRE PRODUTOS, A PREÇOS CORRENTES					
SÉRIE REVISADA		218.880,38			(x 1000) R\$

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020.

Considerada uma referência em saúde na sua microrregião, Passos conta com diversos estabelecimentos das mais diversas especialidades, dentre os quais cabe mencionar o Hospital São José, conveniado com uma operadora de plano de saúde, a Santa Casa de Misericórdia e,

principalmente, o Hospital Regional do Câncer, que presta atendimento a pessoas de todo o Estado, inclusive de outras Unidades da Federação, especialmente de São Paulo, que é vizinho geograficamente.

Dentre as atividades econômicas mais destacadas, Passos representava para essa porção do Sul/Sudoeste de Minas Gerais, uma referência na produção de moda, atividade que vem se mostrando fortemente afetada pela crise econômica que vive o país desde o ano de 2014. Segundo matéria veiculada pelo portal de notícias G1, em 7 de novembro de 2017, intitulada “Crise financeira provoca redução de 2/3 de número de confecções na Avenida da Moda, em Passos, MG” (CRISE, 2017), acessada em 22 de janeiro de 2020, o número de confecções próprias que estavam presentes na Avenida Comendador Francisco Avelino Maia, a conhecida Avenida da Moda, de quase 120 (cento e vinte) marcas próprias que já existiram ao longo da Avenida, à época da matéria, apenas 40 (quarenta) ainda subsistiam. Tal fenômeno tem trazido fortes alterações na economia local, o que, inclusive coloca a educação em destaque neste estudo, uma vez que, com o declínio dessa atividade, que marcou por tantos anos a realidade local, a cidade teve que se reinventar para minimizar os efeitos dessa alteração conjuntural e encontrou na educação essa possibilidade, que, de tão profunda, tem inclusive descaracterizado esse importante cartão postal da cidade que fora a Avenida da Moda que se vê hoje transformada por outras atividades substitutivas à moda, como aquelas voltadas aos serviços de alimentação, principalmente. Na seção que fecha este estudo, trataremos do surgimento da educação como possibilidade de investimento, tanto público, quanto privado, que tem conseguido oferecer alternativas à economia da cidade.

Outra atividade econômica importante, na atividade de transformação que tem alçado à cidade a condição de referência nacional, está na indústria moveleira, especialmente concentrada na fabricação de móveis rústicos, o que tem sido explorado inclusive com a realização de, ao menos, duas feiras anuais de exposição das fábricas do setor que atraem revendedores e consumidores de várias regiões do Estado e de outros locais do país.

Estas atividades econômicas citadas ao perfilar o município de Passos, buscam alinhar as escolhas do IFSULDEMINAS de abertura de cursos que combinem com os arranjos produtivos locais, oferecendo especial atenção às atividades de moda e de saúde, citadas como referências e que marcam profundamente a identidade local e conferem ao IF suas áreas de atuação.

A estrutura multicampi dos IF busca atender à vocação regional, consolidando a missão destas instituições voltadas ao compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e

tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. (PACHECO, 2010, p. 1).

Atualmente, o *campus* Passos, atua nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em Comunicação Visual, Informática e Produção de Moda, nos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio em Enfermagem, na modalidade presencial e Técnico em Serviços Públicos e em Administração na modalidade de educação a distância, no ensino superior presencial em Administração, Ciência da Computação, Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Design de Moda, Tecnologia em Produção Publicitária e pós-graduações em Enfermagem Oncológica e Ensino de Humanidades na modalidade presencial e na modalidade a distância em Enfermagem em Urgência e Emergência, Gestão Estratégica de Negócios, Mídias e Educação e Tecnologias para Desenvolvimento Web.

Após este breve retrospecto que explica o motivo pelo qual a cidade de Passos foi escolhida para ser sede de uma unidade do IFSULDEMINAS, amparado por todas as diretrizes institucionais, encerraremos este estudo com nosso último capítulo que apresenta a relação da cidade com a educação e quais têm sido as medidas empreendidas pelo IFSULDEMINAS no sentido de contribuir com o desenvolvimento econômico e social daqueles que se envolvem com sua atuação, ou mesmo quem se beneficia com os transbordamentos cujo conceito também já tenhamos apresentado.

CAPÍTULO 3 A EDUCAÇÃO EM PASSOS E AS CONTRIBUIÇÕES DO IFSULDEMINAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

3.1 Avaliação da eficiência institucional do IFSULDEMINAS

Para medir a eficiência institucional, passaremos a avaliar alguns índices referentes ao comportamento da unidade ante a Rede Federal.

3.1.1 Contexto da educação em Passos/MG nos níveis de atuação do IFSULDEMINAS

Neste capítulo final em que encerramos nosso estudo, passaremos à admissão do que seja a metodologia a ser utilizada na avaliação da eficiência da realização dessa política pública, que consiste no cumprimento das diretrizes que são determinadas pelo Instituto Federal para que uma unidade seja implantada, considerando todas as expectativas de contribuição para o desenvolvimento da localidade, já apresentadas anteriormente.

Por se tratar de política pública já implementada, o método utilizado para sua avaliação será a pesquisa *ex-post-facto*, a partir dos indicadores existentes elaborados com os dados levantados para esse fim.

A pesquisa *ex-post-facto* tem por objetivo investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre posteriormente. A principal característica deste tipo de pesquisa é o fato de os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos. A pesquisa *ex-post-facto* é utilizada quando há impossibilidade de aplicação da pesquisa experimental, pelo fato de nem sempre ser possível manipular as variáveis necessárias para o estudo da causa e do seu efeito. (FONSECA, 2002, p. 32).

Antes de mais nada, cumpre fazer uma diferenciação metodológica entre o que seja análise e avaliação, uma vez que o que veremos neste capítulo, diferente do que se fez até aqui, não seja mais uma análise da política que criou o IFSULDEMINAS e sua consequente instalação na cidade de Passos, mas sim, a partir de agora, fazer uma avaliação de quais tenham sido suas contribuições para o desenvolvimento econômico e social locais.

As políticas públicas têm, cada vez mais, se convertido em objetos de análise que atraem a atenção de diversos grupos, dentre os quais gestores e pesquisadores, para se debruçarem sobre as diversas formas assumidas pela relação Estado-Sociedade. Ao longo das últimas décadas, um número crescente de estudos têm sido desenvolvidos

com base na Análise de Política. Trata-se de um campo de pesquisa relativamente consolidado no exterior e, cada vez mais, também no Brasil.

Uma advertência inicial se faz necessária, antes de iniciarmos o tratamento das principais características e contribuições desse campo, qual seja, os esforços de análise de políticas públicas não devem ser confundidos com “avaliações de políticas públicas”. A análise envolve um conjunto de procedimentos significativamente mais complexos e exige um posicionamento ideológico claro por parte do analista (algo que a avaliação evita explicitar, embora não consiga eliminar). (SERAFIGIM; DIAS, 2012, p. 126).

Assim, partimos do pressuposto de que as análises consistem em procedimento mais complexo, nos quais diversos fatores são considerados, pois “o analista, por sua vez, atenta para elementos de natureza muito mais sutil. Sua preocupação central é com o processo de construção da política pública, em especial no que se refere à definição da agenda.” (SERAFIGIM; DIAS, 2012, p. 126).

Consoante esse conceito, até os capítulos anteriores, esperamos ter alcançado, de modo exitoso, esse propósito de fazer uma análise dos aspectos, nas três dimensões, *polity*, *politics* e *policy*, que tenham culminado com a criação da política pública em estudo e sua chegada a Passos.

Quanto à avaliação que pretendemos fazer neste último capítulo, pretendemos avaliar se a política pública alcançou os resultados que justificassem sua criação e localização. Nos dizeres de Cavalcanti (2005 *apud* SERAFIM; DIAS, 2012, p. 126), o avaliador, por um lado, se ocupa, fundamentalmente, da apreciação dos resultados da política (ou ainda ações, programas e projetos), atentando para categorias como eficiência, eficácia e efetividade, derivados da comparação entre metas e resultado.

Mesmo sabendo que o cerne de ambos procedimentos, quer a análise, quer a avaliação, sejam as políticas públicas, essas definições pelo autor apresentadas são absolutamente úteis e necessárias para que se possa diferenciar as abordagens feitas e os propósitos desse estudo, inclusive justificando a metodologia para essa avaliação pois, conforme Dagnino e Dias (2008 *apud* SERAFIM & DIAS, 2012, p. 126), enquanto a avaliação propõe uma leitura *ex-post* da política pública, a Análise de Política reforça a importância da apreciação dos processos que, em última instância, determinam as características gerais da política.

Como já foi apresentado em capítulo próprio, a cidade de Passos, conhecido polo de moda da região Sul/Sudoeste mineira, viu suas fábricas relacionadas com essa atividade sofrerem os efeitos da crise econômica brasileira enfrentada desde o final da primeira metade dos anos 2010.

Devido à importância que os serviços na educação representam na composição do PIB local e de que investimentos, tanto públicos quanto privados, têm sido feitos nessa área,

contrariamente ao momento econômico vivido no país, destacadamente a instalação do *campus* do IFSULDEMINAS já devidamente apresentada, faremos estudo sobre as contribuições que esses fatos possam estar trazendo à localidade tanto no que diz respeito à sua economia, pelos eventos realizados pela instituição no sentido de oferecer mão-de-obra qualificada em perfeita harmonia com os arranjos produtivos locais, que estudaremos, também pelo comportamento dos cursos e número de alunos e servidores ao longo dos anos, bem como outras medidas que são tomadas pelo IFSULDEMINAS no sentido de conferir formação humana à chamada comunidade do *campus*, a partir dos eventos que oferece, bem como outras medidas que visem à manutenção de seus estudantes e combate à evasão escolar e conclusão dos chamados ciclos escolares, assim como o desempenho acadêmico do *campus* em relação ao que se tem em seus níveis de atuação, quer comparados dentro da própria Rede, quer nas escalas estadual e nacional, que possam permitir a aferição da eficiência dessa política pública como determina a Constituição, quanto aos princípios da administração pública.

Quanto à questão da avaliação dos transbordamentos provenientes da instalação de uma unidade educacional na localidade em que se escolheu para tanto, que seria decorrente da atividade econômica facilmente perceptível no seu entorno e voltada ao seu atendimento ou dele decorrente, vimos este intento frustrado na realização da pesquisa, dado à insuficiência de dados específicos que contribuíssem para sua aferição, uma vez que o poder público responsável não dispõe de informações inicialmente cogitadas para a realização desse trabalho que consistiria na constatação do aumento da atividade econômica no local, verificada ou não por meio de aumento de número de concessões de alvarás e licenças de funcionamento ou de arrecadação tributária especificamente nos locais onde se instalam as escolas passenses, especialmente o IFSULDEMINAS.

Deste modo, como forma de avaliação da contribuição do *campus* para a sociedade e economia locais, apresentaremos indicadores provenientes de programas institucionais que permitam permanência de estudantes na unidade, como os auxílios estudantis, qualificação de servidores, além de eventos voltados ao atendimento dos arranjos produtivos locais, não como condição última de sua existência, mas sim como forma de coexistência com as realidades que cercam a instituição. Também serão consideradas no levantamento feito as origens dos alunos para dimensionamento do alcance da instalação da unidade em Passos no que diz respeito ao seu entorno.

Como forma de avaliação das contribuições do *campus* para o desenvolvimento social na localidade, faremos a apresentação dos eventos que componham a formação integral dos alunos do IFSULDEMINAS, que demonstrem a ruptura com a realidade de ser apenas educação

para qualificação de mão-de-obra a baixo custo para as empresas interessadas em sua contratação.

Espera-se, com essas informações, uma investigação do crescimento do *campus*, como forma de medição de sua aceitação pela comunidade e de suas contribuições nestes dois campos de estudo, econômico e social.

Contudo, para melhor contextualização, necessário se faz um breve relato acerca da educação em Passos, sobretudo no ensino superior, nível concorrente de atuação do IFSULDEMINAS e que tem apresentado movimento mais destacado no período de coexistência com a escola federal, merecendo destaque o processo que culminou com a estadualização da Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP), além do surgimento da instituição intitulada Faculdades de Inovação e Tecnologia de Minas Gerais (FIT-MG) e da chegada da Faculdade de Medicina Atenas, ambas de administração privada, que possam permitir um panorama de como a cidade tem recebido esses investimentos em educação e qual tem sido sua importância nessa transformação econômica que se tem percebido na cidade, que a tem convertido em importante referência na área educacional regional.

A Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP) foi criada em 1963 como Fundação da Faculdade de Filosofia de Passos, e foi instituída pelo Decreto do Estado de Minas Gerais nº 8.495, de 15 de julho de 1965, sendo posteriormente denominada Fundação de Ensino Superior de Passos, pela Lei Estadual 6.140/1973.

De 1963 até sua estadualização, em 2014, a FESP oferecia ensino privado aos estudantes em nível superior e sua transformação administrativa de privada para pública deu-se com os entraves previsíveis quando se tem esse tipo de transição. Cumpre observar que não representa objeto de análise de nossos estudos os motivos pelos quais a instituição tenha passado por esse processo, mas apenas informar as repercussões mais relevantes desse fato, visto que, atualmente, mesmo que mantendo cursos concorrentes com o IFSULDEMINAS, a relação entre ambas seja de cooperação, sendo nossa intenção demonstrar como a comunidade considera a UEMG, por sua importância histórica e institucional.

O decreto que estadualizou a FESP foi assinado pelo Governador mineiro Antonio Augusto Junho Anastasia, na data de 3 de abril de 2014, momento no qual houve um arrefecimento dos ânimos de estudantes e colaboradores que reivindicavam essa transformação, que traria, como principal vantagem aos alunos o ensino gratuito.

A apreensão, segundo matéria veiculada pelo portal de notícias G1 à época, residia no fato de que o processo estava se tornando moroso em demasia e a intenção dos alunos era de

que a FESP fosse estadualizada antes das eleições para o governo do Estado, marcadas para outubro daquele ano de 2014.

Mesmo com o grande atrativo da gratuidade no ensino, havia, por parte dos estudantes, o receio de que pudesse haver o comprometimento da qualidade do ensino ofertado, como ilustra matéria do jornal local *Folha da Manhã*, datada de 3 de junho de 2013, assinada por Campos (2013), para quem a comunidade deveria permanecer atenta para que não nascesse uma universidade “a toque de caixa”, até porque o Estado mineiro não tem sido um bom gestor educacional nos últimos tempos, haja vista a situação do ensino médio das escolas estaduais. Então, diante do fato da estadualização, fica a expectativa do modelo de projeto de universidade que teremos ou em que nos transformaremos.

Para a imprensa oficial de Minas Gerais, a estadualização ocorreu como forma de atendimento às demandas da comunidade local, assim publicada:

O Governo de Minas Gerais oficializou, em Passos, no Sul do Estado, a absorção da Fundação de Ensino Superior de Passos (Fesp) pela Universidade do Estado (Uemg), garantindo ensino gratuito a 3.913 estudantes da cidade e região. Com a incorporação da Fesp, a Uemg passa para cerca de 18 mil alunos beneficiados.

O auditório do Clube Passense ficou lotado por centenas de estudantes, professores e moradores que fizeram uma grande festa no momento em que o governador Alberto Pinto Coelho assinou o documento. Ele ressaltou a conquista histórica para o povo mineiro com o aumento das oportunidades para se conseguir um diploma universitário estudando com qualidade e gratuitamente. "A Fesp tem por volta de quatro mil alunos, e todos eles, a partir de agora, contam com ensino superior gratuito. O fundamental é essa conquista da sociedade, mas certamente de um governo que sabe honrar seus compromissos", disse o governador.

A ação marca o esforço do Governo de Minas em assegurar o acesso do maior número de mineiros ao ensino superior público e gratuito. A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes) e a Uemg trabalharam para a estadualização de instituições privadas que já atuavam em parceria com a Universidade do Estado. Foram feitos os levantamentos da realidade de cada unidade e o cumprimento de todas as formalidades legais, inclusive com a participação da Assembleia Legislativa ao aprovar a Lei 20.807, que autorizou o processo de absorção pela Uemg.

ENSINO GRATUITO - O governador destacou a importância da ampliação do ensino universitário gratuito como forma de promover o desenvolvimento social, levando a universidade às pessoas que não podem pagar para estudar. "Por volta de 70% dos alunos que frequentam nossas universidades públicas são estudantes que vieram da rede estadual, ou seja, são de famílias de menor poder aquisitivo e, portanto, asseguramos a oportunidade para que seus filhos possam se profissionalizar, com cursos superiores e oportunidades de vida para se realizarem", afirmou Alberto Pinto Coelho.

A estadualização da Fesp é a última prevista e, após a reestruturação da fundação, estará concluído o processo de ampliação total da Uemg, que se consolida como uma das maiores instituições de ensino superior de Minas Gerais. O número de cursos de graduação oferecidos pela universidade salta de 32 para 112, e o quadro de professores sobe de 853 para 1.800. A Uemg também oferece cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. (ESTADO, 2014, on-line).

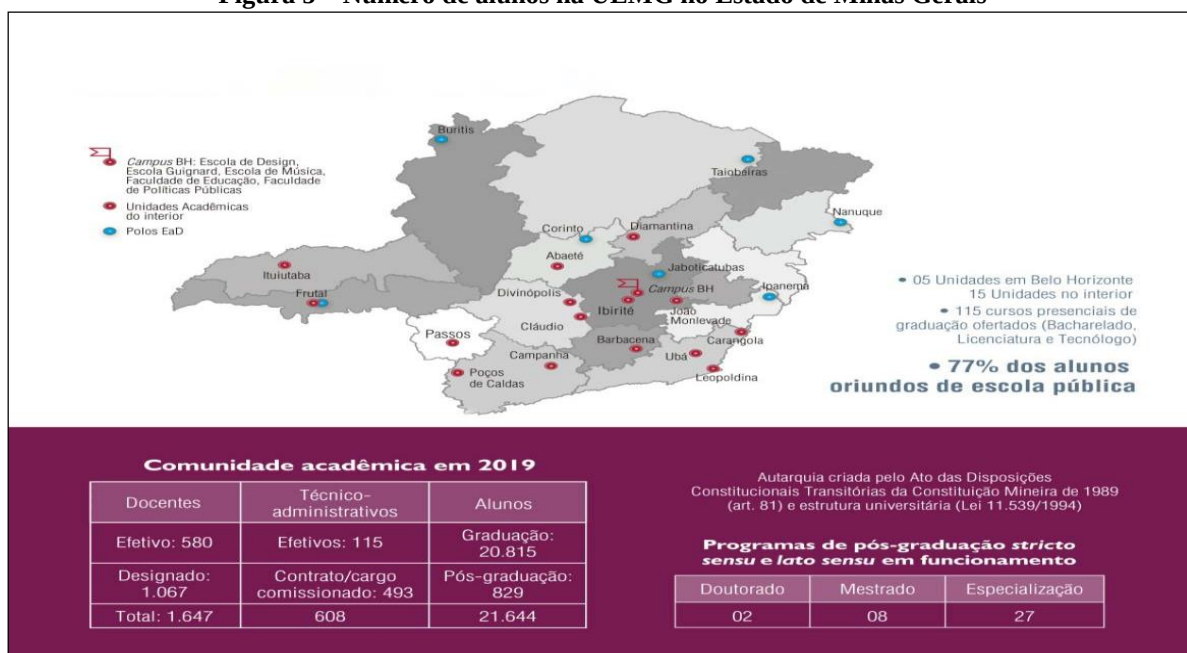
Apesar de toda a expectativa criada pela estadualização, o que se viu após a conclusão desse processo foi de uma extrema dificuldade para que a Universidade se mantivesse em funcionamento, reflexo da grave crise financeira na qual o Estado de Minas Gerais se viu imerso a partir de então.

Pude testemunhar, por ter trabalhado na UEMG, como já pudemos compartilhar esse momento no início desse trabalho, dado a contratação de servidores definitivos ainda não ser possível para instituição na época, o que ocorreria somente mediante à realização de concurso público para nomeação em caráter definitivo, a admissão de professores ocorria mediante Processos Seletivos Simplificados com duração de dois anos, devendo ser repetido após este período.

No único PSS a que me submeti, realizado no início de 2018, quando pude ter a oportunidade de contribuir com a UEMG, ainda que dentro de minhas modestas possibilidades, experimentamos a apreensão trazida pela demora na publicação das designações dos docentes nos atos oficiais para início das aulas, o que trazia incontáveis infortúnios ao corpo discente dado o clima de instabilidade que imperava na instituição que, por conta das dificuldades, necessitava de se reinventar para poder continuar minimamente funcionando.

Com importantes cursos e de boa reputação herdada da FESP, a instituição vive dias de enorme incerteza, tendo que contar, principalmente, com a bravura de seus colaboradores para que possa continuar operante e ofertando ensino digno para seus mais de 4.000 estudantes.

Figura 5 – Número de alunos na UEMG no Estado de Minas Gerais



Fonte: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020a.

A multiplicação dos cursos e o perene interesse dos estudantes por ingressar na Universidade dão mostras do apreço pela comunidade passense e seu entorno pela instituição que, esperamos suplantada a crise que lhe tem comprometido o pleno funcionamento, possa viver melhores dias que remetam ao passado exuberante da FESP.

Mesmo com todas as dificuldades para manutenção das atividades operacionais e sem muitas expectativas de investimento no curto prazo que permitam sua expansão, a UEMG segue com seu trabalho de formação de alunos, atuando nos cursos superiores e de pós-graduação seguintes na unidade Passos (QUADRO 2):

Quadro 2 – Cursos ofertados na UEMG de Passos

Cursos de Graduação	Lato Sensu
Administração	Engenharia e Segurança do Trabalho
Agronomia	Ensino de Ciências e Matemática
Biomedicina	Ensino de Ciências para Educação Básica
Ciências Biológicas - Licenciatura	Gestão Ambiental
Ciências Biológicas - Bacharelado	Gestão de Pessoas
Ciências Contábeis	Metodologia e Didática do Ensino Superior
Comunicação Social / Publicidade e Propaganda	Língua Portuguesa
Design - Moda	
Direito	Stricto Sensu
Educação Física - Bacharelado	Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
Educação Física - Licenciatura	
Enfermagem	
Engenharia Ambiental	
Engenharia Civil	
Engenharia de Produção	
Física	
História	
Jornalismo	
Letras - Português	
Matemática	
Medicina	
Nutrição	
Pedagogia	
Serviço Social	
Sistemas de Informação	
Tecnologia em Estética e Cosmética	
Tecnologia em Gestão Comercial	
Cursos de Pós-Graduação	

Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020b.

As Faculdades de Inovação e Tecnologia de Minas Gerais (FIT-MG), fundadas em 1º/09/2015, conforme informações institucionais em seu *site*, surgiram como alternativa aos alunos que, diante da estadualização da UEMG, pudessem enfrentar dificuldades de acesso ao ensino superior por conta das formas de ingresso agora exigidas para a universidade pública.

A FIT-MG oferece cursos moldados, ao que é definido por sua gestão, como úteis a um mercado que exige competência, dedicação e envolvimento, fundamentada nos pilares básicos de ensino, pesquisa e extensão, oferecidos por professores que a instituição defende serem experientes.

Entre os cursos de extensão oferecidos pela FIT-MG estão os de auxiliar de Medicina Veterinária, Auriculoterapia e Tui Ná (terapia manual chinesa). Entre os de pós-graduação, há os cursos de especialização em práticas corporais da medicina tradicional chinesa e em acupuntura. Entre os de graduação, estão os cursos de Gestão de Recursos Humanos, Hotelaria e Gestão Financeira.

Outra importante instituição de ensino superior recém-chegada a Passos é a Universidade Atenas, que oferece ensino de Medicina. Privada, a Universidade fixou suas instalações na cidade de Passos, oficialmente inaugurada em 10 de maio de 2018, em solenidade realizada nas dependências da própria instituição.

Suntuoso, o prédio fica localizado em bairro considerado como área nobre da cidade, próximo a condomínios fechados e conta com uma área de cinco mil metros quadrados, cuja construção fora concluída em prazo inferior a seis meses.

Conforme *e-mail* enviado ao jornal Folha da Manhã pelo prefeito local à época do anúncio da escola, Ataíde Vilela, na data de 8 de maio de 2017, o total do investimento previsto pela gestão da Universidade girava em torno da cifra de cinquenta milhões de reais, com geração provável de cem empregos diretos para a cidade relacionados à construção e, posteriormente, grandes aportes de recursos na economia local, o que se encontra em perfeito alinhamento com a relação de investimentos em educação como matriz de desenvolvimento econômico que estudamos nesse trabalho.

A comunidade passense recebeu com bons olhos essa alternativa de se ter duas universidades ofertando cursos de medicina, uma vez que na esteira dessas cátedras são impulsionadas atividades relacionados aos cursos como venda de instrumental e livros didáticos, normalmente, de preços elevados, assim como aluguel para estudantes, serviços de alimentação, entretenimento e congêneres.

Mesmo com a recente instalação tanto do curso particular, quanto da estadualização do curso público em Medicina, nota-se um perene interesse por ambos os cursos, estando a

Universidade Atenas em seu edital número 003/2019 com a oferta para as cinquenta novas vagas destinadas aos ingressantes de 2020 e, a UEMG, que se vale das notas contidas no Sistema de Seleção Unificada (SISU) de onde se tem o aproveitamento dos candidatos conforme seu desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), oferece 29 vagas aos candidatos conforme a seguir (QUADRO 3), fixado por seu edital 3-2019:

Quadro 3 – Vagas do curso de Medicina na UEMG Passos 2020

UNIDADE DE PASSOS												
Cursos	Ato Regulatório	Duração	Turno	Entrada	SISU- Vagas Reservadas						Ampla-Regional	Total de vagas
					Categoria I	Categoria II	Categoria III	Categoria IV	Categoria V	Categoria VI		
Medicina - bacharelado	Decreto NE nº 280 de 10/08/2015, publicado em 11/8/2015	6 ANOS	INTEGRAL	1ª SEM.	8	1	1	1	6	2	10	29

Fonte: Adaptado de UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020c, p. 18.

Feitas as apresentações das instituições que atuam no ensino superior em Passos, nível este em que o IFSULDEMINAS também atua, passaremos a um apanhado das notícias veiculadas à época de sua chegada na cidade e, por fim, a avaliação das medidas que são tomadas pela instituição de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico e social de Passos e arredores, fechando esse nosso estudo.

A história da fixação do *campus* na cidade em seu local atual conta da aquisição do terreno onde funcionam tanto a administração, quanto o bloco pedagógico, o refeitório, a biblioteca e as demais dependências do IFSULDEMINAS identificados na lista de bens especiais da União contida no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União (SPIUnet)² pelos códigos 4957000175008, localizado à Rua Mário Ribola, 409, no bairro Cohab, CEP 37903-358 e 4957000215000, localizado à Rua da Penha, 392, bairro da Penha sendo as duas inscrições áreas contínuas perfazendo 10000 m² e a inscrição 4957000255001, localizada no loteamento Nossa Senhora da Penha II, CEP 37900-000, terreno de aproximadamente 10.385 m² onde o *campus* está construindo seu complexo esportivo em terreno doado pela Prefeitura Municipal local.

² O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet faz a gerência da utilização dos imóveis da União, de caráter "Bens de Uso Especial". O sistema mantém o cadastro de imóveis e usuários, emite relatórios gerenciais e permite a utilização de elementos gráficos como mapas e fotos dos imóveis. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/servico-ao-governo>. Acesso em: 27 jan. 2020.

O terreno do complexo esportivo foi cedido pela Lei Municipal 2.896 de 27/12/2011 e registrado na Escritura Pública de Doação do Município de Passos CNPJ 18.241.745/0001-08 ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

Essa doação merece especial destaque, pois representou boa vontade do município em contribuir com a vinda do *campus*, uma vez a Chamada Pública MEC/SETEC n. 1/2007 previa que as novas instituições federais de educação tecnológica teriam que ter área urbana mínima de 20.000 m² (BRASIL, 2007).

O Ministério da Educação, na qualidade de órgão responsável pela implantação das novas unidades de ensino e de mantenedor da Rede Federal de Educação Tecnológica, será o principal agente na realização dos investimentos em obras de construção, ampliação e reforma de espaços físicos; aquisição de equipamentos, mobiliários e acervo bibliográfico para as atividades administrativas e didático-pedagógicas, incluindo as práticas laboratoriais; seleção e contratação de pessoal docente e técnico administrativo para adequado funcionamento das unidades; e alocação de recursos financeiros destinados à gestão e manutenção dos novos estabelecimentos de ensino. As propostas apresentadas por Municípios ou pelo Governo do Distrito Federal identificarão as contrapartidas oferecidas, detalhando as ações de apoio à implantação das respectivas unidades de ensino.

As contrapartidas serão classificadas em obrigatórias e complementares.

A CONTRAPARTIDA OBRIGATÓRIA constitui-se na doação, à União Federal ou à Instituição Federal de Educação Tecnológica por ela indicada, de área física destinada à implantação de unidade de educação profissional e tecnológica, desde que a referida área esteja enquadrada em pelo menos uma das três seguintes configurações: Imóvel sem benfeitorias (terra nua), localizado em área urbana, apresentando dimensão mínima de 20.000 m², e preferivelmente superior a 50.000 m², quando destinado à implantação de unidade de ensino que atuará prioritariamente no setor de indústria e/ou de serviços. (BRASIL, 2007).

O claro e manifesto interesse da Prefeitura local deveu-se ao fato de que, com essa medida, a chefia do Executivo municipal visasse garantir a vinda e permanência do IFSULDEMINAS.

Esse esforço feito pela prefeitura local para que houvesse o estabelecimento da escola corrobora a boa reputação com que a unidade goza junto à comunidade. Basta lembrar uma curiosidade acerca desse processo de implantação do *campus*, que pode ser aqui compartilhada por ter se tornado pública durante a corrida eleitoral municipal local de 2016, quando um dos concorrentes no certame, tentando obter vantagem política, ao realizar seu trabalho de panfletagem, fez constar fotos do IFSULDEMINAS, relacionando sua participação ainda na vereança, cargo de que abdicara para concorrer ao Executivo, como sendo responsável pela vinda do *campus*, endereçando, especialmente, essa mensagem aos moradores do entorno da instituição, trazendo benefícios pessoais de ordem política de alcance geral.

Atualmente, o IFSULDEMINAS de Passos oferece os cursos técnicos presenciais integrados ao Ensino Médio em Comunicação Visual, em Informática e em Produção de Moda;

o técnico subsequente ao Ensino Médio presencial em Enfermagem; os técnicos subsequentes ao Ensino Médio na Modalidade a Distância em Administração e Técnico em Serviços Públicos; em nível de graduação os bacharelados em Administração e Ciência da Computação, a licenciatura em Matemática, os cursos tecnológicos em Tecnologia em Design de Moda e Produção Publicitária e em nível de especialização, são oferecidos o curso de Ensino de Humanidades no formato presencial e, na modalidade de educação a distância as especializações em Enfermagem em Urgência e Emergência, Enfermagem Oncológica, Mídias e Educação, Modelagem do Vestuário e Tecnologias para Desenvolvimento Web, totalizando, assim, entre todos os níveis de ensino em que atua, dezessete cursos.

Com essa composição, nota-se que o IFSULDEMINAS de Passos, trouxe, em sua esmagadora maioria, cursos dentro de suas concepções e objetivos, com um elevado grau de ineditismo quando comparado com a oferta já existente na cidade, trazendo alternativas de formação aos alunos que se interessassem por essas novas áreas antes inexistentes para ingresso.

3.1.2 Indicadores de desempenho do IFSULDEMINAS de Passos/MG

Para que possamos avaliar os resultados dessa implementação apresentada até aqui, como forma de realização de política pública, faremos as abordagens sob o ponto de vista da eficiência, que consistirá na comparação dos números do *campus* Passos em relação aos do restante da Rede, além de comparar os resultados dos índices de educação da instituição em relação aos da cidade, Estado e país. Com isso, espera-se um comparativo com as técnicas de análise de que nos valem na Contabilidade, que seriam análise no sentido vertical para comparar o *campus* Passos em relação à Rede Federal em suas instâncias superiores e horizontal, quando considerado o comportamento desses índices ao longo do tempo, como, por exemplo, nas séries históricas que buscaremos. Assim, seria posta à prova a eficiência da unidade, uma vez que, como já apresentado, anteriormente, este conceito, eficiente é conseguir administrar a escassez de recursos. Quanto à eficácia, compreendida como sendo o *campus* se mostrar capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, alinhado às concepções da Educação Profissional e Tecnológica, faremos, para avaliação da formação humana, diretriz que impulsionou a criação da Rede Federal em ruptura com a dualidade existente antes da Lei 11.892/2008, uma exposição das medidas tomadas pelo *campus* para manutenção de seus estudantes através de benefícios, como os auxílios conferidos, além de ações afirmativas da instituição no combate a problemas sociais no formato de rodas de conversa, palestras, seminários, *workshops* onde se discutam temas como sexismo, homofobia,

racismo, humanidades, meio ambiente, proteção às minorias, saúde e congêneres. Para avaliação da contribuição para o desenvolvimento econômico, faremos um apanhado das ações que ofereçam aos alunos inserção no mercado de trabalho, como as feiras de estágio e demais esforços neste sentido realizados na própria escola, dos eventos institucionais com cunho de divulgação dos currículos dos alunos, além da realização das semanas de Administração com temas voltados para esse intento, assim como os eventos de criação de *startups*.

Atualmente, taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, nível de desemprego, grau de indigência e pobreza, Índice de Desenvolvimento Humano são conceitos corriqueiramente citados nos jornais, na mídia eletrônica, nos debates políticos. Cada vez mais se observam jornalistas, lideranças populares, políticos e a população em geral se utilizando de Indicadores Sociais para avaliar os avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, apontar a eficácia ou ineficácia das políticas públicas ou defender suas posições quanto às prioridades sociais a atender.

Finalmente, depois de muito tempo confinados às esferas técnicas e acadêmicas, no âmbito dos órgãos de Planejamento Público e universidades, os Indicadores Sociais passaram a integrar o vocabulário dos agentes políticos responsáveis, em última instância, pela definição das prioridades das políticas sociais e locação dos recursos públicos. Os Indicadores Sociais deixaram de figurar apenas nos diagnósticos e relatórios governamentais ganhando um papel mais relevante nas arenas de discussão político-social da sociedade brasileira nesta virada de século.

Diversos fatores contribuíram para essa difusão crescente do uso dos Indicadores Sociais na sociedade brasileira: de um lado, fatores de natureza político-institucional, como o avanço da democratização política nas últimas décadas, maior acesso a fontes de informação pela sociedade, o surgimento de organizações sociais mais compromissadas, a pressão popular por maior transparência e por maior efetividade social do gasto público; de outro lado, fatores de natureza econômico-social como a persistência dos problemas sociais históricos, da pobreza e desigualdade, o aumento do risco ao desemprego e à exclusão social. Também contribuíram para a “popularização” dos indicadores as iniciativas de divulgação mais ampla – pelos jornais, revistas e televisão – dos resultados de pesquisas socioeconômicas realizadas pelas agências estatísticas, núcleos de pesquisa, institutos ligados às atividades de Planejamento Público e organismos internacionais, como o PNUD, UNICEF e Banco Mundial. (JANUZZI, 2004, p. 12).

Ao darmos início a esta avaliação, faremos uso da Plataforma Nilo Peçanha, que foi iniciada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e destina-se à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal).

Para avaliação da eficiência do gasto público com o IFSULDEMINAS, iremos posicioná-lo dentro da Rede e, de maneira escalonada, traçar um comparativo dos indicadores de Passos em comparação com os demais. Faremos uso do Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, elaborado pela SETEC, em junho de 2018, com referência aos dados de 2017, sendo esta a publicação mais recente do portal em termos de relatório anual, embora seja possível a medição dos índices referentes a 2018 na plataforma de 2019.

O primeiro indicador chamado de Relação de Inscritos por Vagas (RIV) comunica a relação entre o número de inscritos e vagas nos processos seletivos para os cursos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT).

Nesse indicador, em 2017, o IFSULDEMINAS contou com 40.040 inscritos para uma oferta de 19.812 vagas, resultando numa Relação de Inscritos por Vagas RIV de 2,02, sendo o resultado nacional de 4,01, sendo as séries históricas de 2013 a 2016, respectivamente, 2,39, 2,29, 2,68 e 4,28 locais contra 5,02, 6,31, 5,48 e 5,69 nacionais.

Em 2017, segundo dados da plataforma Nilo Peçanha, o *campus* Passos contou com 5.984 inscritos para uma oferta de 2.031 vagas, resultando num RIV de 2,94, sendo, portanto, aproximadamente 45% acima do índice do IFSULDEMINAS (QUADRO 4).

Uma ressalva importante quanto a este índice, consiste no fato de que esse número de inscritos precisa ser transformado em alunos ingressantes. Em 2017, na Rede Federal como um todo, das 474.160 vagas, apenas 366.033 (77,2%) resultaram, efetivamente, em matrículas. A realidade em Passos, das 2.031 vagas, como houve 1.986 matrículas, o percentual chega, aproximadamente, a 98%, apresentando uma realidade bem melhor que a nacional.

Quadro 4 – Relação Inscritos por Vaga (RIV) 2017 campus Passos IFSULDEMINAS

Unidades	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
1	32	2.857	1.986	332	2.031	5.984
100,00%						
Instituto Federal						
Matrículas por Organização Acadêmica (%)						
Clique no 1o sinal (+) para as Unidades de Ensino e no 2o para ver o nome do curso						
Instituição	Unidade de Ensino	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas
IFSULDEMINAS	Campus Passos	32	2.857	1.986	332	2.031

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2017.

Esse fato aponta para duas realidades: o não preenchimento das vagas para alguns cursos e os altos índices de desistência de candidatos aprovados (BRASIL, 2017). Para ações institucionais, essa consideração é importante para aplicação da chamada regra de consistência, segundo a qual se o número de ingressantes é maior que a quantidade de vagas, deve haver correção do número de vagas e, se os ingressantes são em número maior do que os inscritos, o que fará corrigir o número de inscritos, como no quadro a seguir (QUADRO 5):

Quadro 5 – Regra de consistência da Rede Federal com base no RIV

Nº	Regra de Consistência	Descrição	Possíveis Ações da REVALIDE
7	Ingressantes > Vagas	O Número de Ingressantes não deve ser superior ao número de Vagas	Corrigir o número de vagas
8	Ingressantes > Inscritos	O Número de Ingressantes não deve ser superior ao número de Inscritos	Corrigir o número de inscritos

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2017.

Essas duas regras são admitas pela SETEC como a seguir:

A regra nº 7 impede que o número de vagas em um curso seja menor do que o número de alunos ingressantes, uma vez que o ingresso na instituição deriva, logicamente, da existência de vagas. A regra nº 8 impede que número de ingressantes em um curso seja menor do que o número de inscritos nos processos seletivos, uma vez que o ingresso na instituição deriva, logicamente, da inscrição nesses processos. (BRASIL, 2017).

O desempenho do *campus* Passos no RIV coloca a instituição em segundo lugar dentro do IFSULDEMINAS, ficando apenas atrás da tradicional unidade de Machado, que alcançou 3,20 neste mesmo índice, por ter 3.614 inscritos para 1.127 vagas.

Outro índice que consideramos importante para o que este estudo se destina, demonstra a eficiência acadêmica de concluintes (EAC) e comunica a proporção de concluintes frente ao total de matrículas finalizadas na instituição, seja por conclusão ou por evasão. Para construção do índice são divididos o número de alunos formados, que são os estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau, pelo número de finalizados, que são estudantes que deixaram a instituição, com ou sem êxito, multiplicado o resultado por 100. O EAC do IFSULDEMINAS foi, de 2013 a 2017, respectivamente, 77,51%, 86,42%, 79,87%, 58,66% e 24,40%, quando 7.771 era o número de formados e 31.846 os finalizados. Nacionalmente, o EAC assim se comportou no mesmo período: 49,26%, 54,40%, 45,41%, 47,02% e 46,37%. Essa queda abrupta de 2016 para 2017 nesse indicador, cabe ser investigada também na proposta de intervenção, mas, provavelmente, deve ser efeito dos cursos técnicos à distância, que têm duração de um ano e meio, e, tendo início no meio de um ano, conta como matrículas para este calendário e não para o seguinte, além de serem muitos os candidatos, neste primeiro ano de sua oferta, havia matrículas em um ano e não no outro, portanto.

Segundo a análise da SETEC (BRASIL, 2017), 53,63% das matrículas finalizadas no ano de 2017 não levaram à conclusão de cursos, um número que está intimamente relacionado

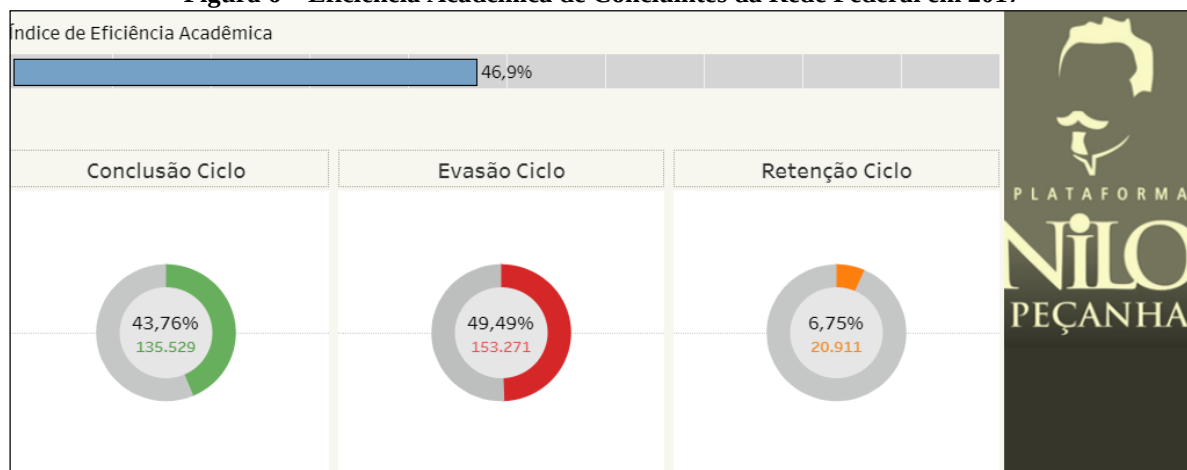
com a evasão institucional. A série histórica mantém-se estável, denotando que o fenômeno da evasão é realidade consolidada na Rede Federal.

Esse índice não leva em consideração os alunos retidos, o que afeta seu cálculo, estando essa correção feita na plataforma Nilo Peçanha, de onde extrairemos a informação, como bem orienta o relatório anual.

Analizando criticamente o indicador é preciso admitir que sua modelagem matemática desconsidera um importante elemento para se inferir a Eficiência Acadêmica: o número de alunos retidos. É certo que as medidas de eficiência devem considerar a relação entre a saída e a entrada dos processos. No caso analisado, a Eficiência Acadêmica de Concluintes seria melhor aferida se considerasse a razão entre o número de concluintes e o número total de matrículas, nas quais estão inclusos concluintes, evadidos e retidos. Com esta compreensão seria possível calcular, ao final de um ciclo de matrícula, três taxas distintas: conclusão, evasão e retenção, sendo que a soma destas resulta na totalidade (100%). Com efeito, esse procedimento foi efetuado na construção da Plataforma Nilo Peçanha, e os seus resultados encontram-se expressos na Aba 5.4 – Eficiência Acadêmica. (BRASIL, 2017).

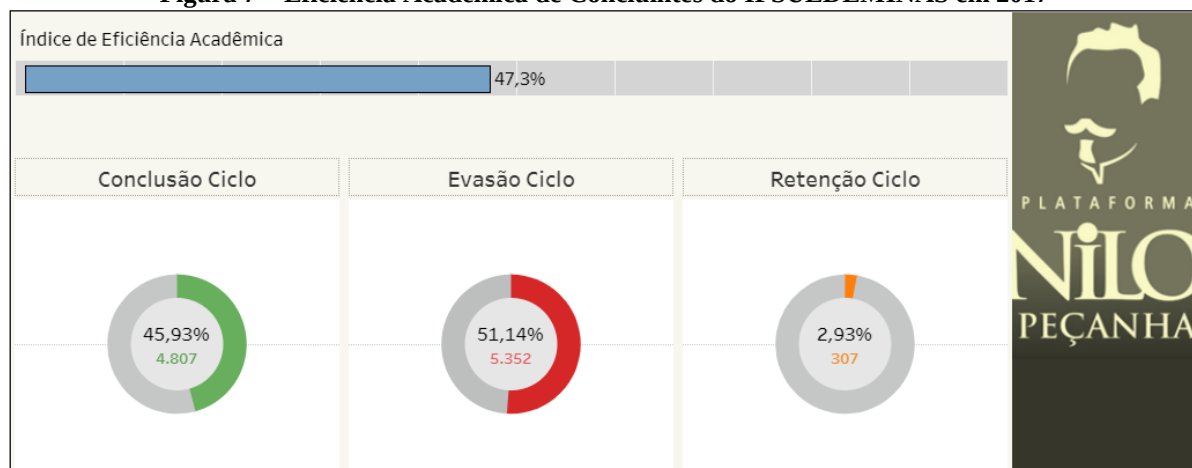
Com os dados da plataforma, onde a informação já leva em consideração as retenções de ciclo, como advertido acima, passamos a apresentar a realidade de 2017, da Rede Federal, do IFSULDEMINAS como um todo e o desempenho da unidade de Passos, especificamente, como expressam as figuras e quadros seguintes:

Figura 6 – Eficiência Acadêmica de Concluintes da Rede Federal em 2017



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2017.

Figura 7 – Eficiência Acadêmica de Concluintes do IFSULDEMINAS em 2017



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2017.

Nota-se um desempenho do IFSULDEMINAS sutilmente melhor que o da Rede Federal, na qual a conclusão de ciclo é de 43,76% dos alunos, enquanto que, na instituição, foi de 45,93%, sendo maior o número de evadidos do IFSULDEMINAS do que o nacional, 51,14% contra 49,49%, e menor em retenção 2,93% contra 6,75%, sendo essa evasão o mais preocupante para a unidade.

O *campus* Passos, no que diz respeito ao EAC, aparece no penúltimo lugar, à frente apenas de Muzambinho, com EAC de 44,3%, e conclusão de ciclo de 43,75%, com a segunda maior taxa de evasão da Rede, com 55%, também melhor apenas do que o *campus* Muzambinho, embora encontre-se em boa colocação quanto à retenção, com 1,25%, perdendo apenas para Três Corações, Pouso Alegre e Carmo de Minas, onde a retenção é, respectivamente, 0,00%, 0,22% e 0,34% (QUADRO 6). Esse alto índice de evasão será o destaque da proposta de intervenção a fazer à Direção Geral e à Diretoria de Desenvolvimento Educacional, para que se faça uma investigação dos motivos e se combata as causas que colocam a unidade em condição desfavorecida em relação à instituição e à Rede Federal.

Quadro 6 – Eficiência Acadêmica de Concluintes por cidade do IFSULDEMINAS 2017

Instituição	Unidade de Ensino	Eficiência Acadêmica	Conclusão Ciclo	Evasão Ciclo	Retenção Ciclo
IFSULDEMINAS	Campus Avançado Carmo	55,0%	54,83%	44,83%	0,34%
	Campus Avançado Três	60,2%	60,22%	39,78%	0,00%
	Campus Inconfidentes	60,7%	57,55%	37,30%	5,15%
	Campus Machado	48,9%	45,78%	47,92%	6,30%
	Campus Muzambinho	40,4%	39,48%	58,31%	2,22%
	Campus Passos	44,3%	43,75%	55,00%	1,25%
	Campus Poços de Caldas	59,0%	58,15%	40,40%	1,45%
	Campus Pouso Alegre	52,9%	52,81%	46,97%	0,22%

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2017.

Outros indicadores criados pela SETEC disponíveis em seu relatório anual seriam úteis para avaliação dessa política pública estudada, estando prejudicada essa intenção de observar

desempenho específico da unidade de Passos, devido à inexistência dos dados neste nível de detalhe, estando limitadas à instituição IFSULDEMINAS e não a cada um dos seus diferentes *campi*. Consideramos, contudo, que aqueles que puderam ser utilizados são suficientes para o estudo realizado, devido às características que reúnem que permitam a avaliação da política em tela.

Na Avaliação dos programas implementados, indicadores de diferentes tipos são usados para medir a eficiência, eficácia e efetividade social das soluções sugeridas. Desta forma, a disponibilidade de um sistema amplo de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis certamente potencializa as chances de sucesso do processo de formulação e implementação das políticas públicas, na medida em que permite, em tese, diagnósticos sociais, monitoramento de ações e avaliações de resultados mais abrangentes e tecnicamente mais bem respaldados. [...] Neste sentido, indicadores sociais usados de forma responsável, inteligível e transparente podem estabelecer parâmetros concretos para discussão da natureza, conteúdo e prioridades das políticas governamentais, dos programas públicos e dos projetos de ação social. Indicadores sociais são instrumentos para efetivo empoderamento da sociedade civil, de controle e direcionamento das atividades do poder público. (JANUZZI, 2004, p. 35).

Podemos nos valer dos indicadores como o gasto corrente por matrícula (GCM), que apresentam o desempenho do IFSULDEMINAS em relação ao restante da Rede Federal, que mesmo carente do detalhamento desejado, significam importantes medidores de eficiência da instituição na qual Passos se encontra.

O GCM é obtido dividindo-se os gastos correntes, cujo conceito apresentamos quando das definições de gastos públicos, pela SETEC traduzidos por gasto total liquidado da Instituição, deduzindo investimentos, precatórios, inativos, pensionistas e ações 20RW e 8252, pelas matrículas equivalentes que correspondem às matrículas custeadas por recursos orçamentários ponderadas pelo Fator de Equiparação de Carga Horária, pelo Fator de Esforço de Curso e pelo Fator de Nível de Curso.

Enquanto o resultado nacional é de R\$ 16.058,97 anuais por matrícula, o valor aferido no IFSULDEMINAS é de R\$ 12.150,83, ou seja, um custo 24% menor que o da média nacional, fazendo com que a instituição figure no segundo lugar nacional neste índice, atrás apenas do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), cujo GCM foi de R\$ 11.499,86 em 2017 (QUADRO 7). Esse índice pode melhorar substancialmente caso o IFSULDEMINAS identifique e combata sua evasão e a retenção de alunos, diluindo enormemente estes gastos.

Quadro 7 – GCM IFSULDEMINAS X GCM nacional

Organização Acadêmica (Tudo)		R\$ 16.058,97					
Instituição (Tudo)		* Para o cálculo do Gasto Corrente são descontados do Gasto Total os valores de: 1. Inativos/Pensionistas; 2. Investimentos; 3. Inversões Financeiras;					
Instituição	Gasto Corrente por Matrícula	Matrículas Equivalentes	Gastos Totais	Gastos Correntes	Inativos e pensionistas	Investimentos	Inversões Financeiras
Total	R\$ 16.058,97	819.434	R\$ 15.300.257.667,00	R\$ 13.159.266.317,00	R\$ 1.666.874.988,00	R\$ 474.116.369,00	R\$ 0,00
IFSULDE..	R\$ 12.150,83	18.471	R\$ 271.549.470,00	R\$ 224.442.959,00	R\$ 30.760.247,00	R\$ 16.346.263,00	R\$ 0,00

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2017.

No que diz respeito à avaliação do desempenho acadêmico alcançado pelos alunos do IFSULDEMINAS de Passos, aflora a sensibilidade sobre a importância institucional, por dois pontos de vista, um nascido do flagrante sucesso nos exames vestibulares mais concorridos do país a que se submetem seus alunos saídos do ensino médio, largamente difundidos, bem como em material de divulgação de cursos preparatórios da cidade que anunciam efusivamente a performance de seus alunos quando são aprovados para ingresso nos cursos superiores oferecidos pelo *campus* Passos, ou seja, tanto sair formado pelo IFSULDEMINAS de Passos, quanto ingressar em seus cursos superiores são motivo de orgulho para alunos, familiares e instituições.

Não obstante essas considerações, necessária se faz a avaliação da eficiência do IFSULDEMINAS de Passos pelos resultados alcançados por seus estudantes por meio do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), como também no ENEM, dentro do que se possa aferir, uma vez que o resultado desse exame por escola tenha sido extinto pelo MEC, uma vez que suas performances estavam sendo utilizadas pela mídia e por alguns gestores escolares como indicador de qualidade, que se valiam de modo inadequado dos dados ali contidos para ranquear as escolas, como justifica o MEC.

Usando do resultado de 2015 do ENEM por escola (QUADRO 8), apenas a título de avaliação do desempenho dos alunos do IFSULDEMINAS em relação às demais escolas de Passos, de modo a medir o retorno do investimento público feito, mostra que a instituição alcançou a quinta colocação em Ciências Naturais (CN) com média de 553,49 pontos, o terceiro lugar em Ciências Humanas (CH), com média de 638,02 pontos, o quarto lugar em Língua Portuguesa (LP), com média de 576,81 pontos, o terceiro lugar em Matemática (MT) com média de 623,76 pontos e o quinto lugar em Redação (RED), com média de 684,71 pontos. Em todas essas colocações, o IFSULDEMINAS foi a escola pública que alcançou o melhor desempenho no ENEM de 2015, tendo à sua frente, em cada uma das avaliações, apenas escolas particulares da cidade.

Quadro 8 – Resultado do ENEM por escola de Passos/MG em 2015

NO_ESCOLA_EDUCACENSO	NU_MEDIA_CN	NU_MEDIA_CH	NU_MEDIA_LP	NU_MEDIA_MT	NU_MEDIA_RED
IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS	553.49	638.02	576.81	623.76	684.71
EE PROFESSORA JULIA KUBITSCHKE	471.42	546.8	496.65	473.22	517.91
EE CAETANO MACHADO DA SILVEIRA	464.15	537.59	497.07	458.61	504.76
EE DEUS UNIVERSO E VIRTUDE	451.92	531.54	475.54	449.45	481.21
EE SAO JOSE	445.87	512.97	472.76	438.21	467.91
COLEGIO TIRADENTES PMMG	547.38	633.48	576.28	602.63	632.82
EE NAZLE JABUR	437.65	518.69	480.83	477.55	499.77
EE NOSSA SENHORA DA PENHA	480.6	551.11	506.5	481.12	541.11
EE DULCE FERREIRA DE SOUZA	474.79	557.2	505.54	474.18	544.29
COL IMACULADA CONCEICAO	574.09	642.55	603.67	632.76	719.17
COL STATUS	551.71	593.83	554.38	564.03	687.78
COLEGIO OBJETIVO PASSOS	585.57	648.04	588.05	639.67	728.57
COL DEL REY	594.03	633.21	601.75	613.15	721.33
COLEGIO SAO FRANCISCO - UNIDADE II	569.34	620.17	564.98	602.29	670.98

Fonte: Adaptado de INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, [2015].

No que diz respeito ao Ensino Médio, conforme o portal do INEP, assim foi o desempenho do *campus* Passos: até 2017, último ano disponível no portal, em nível Brasil, o índice de desenvolvimento da Educação Básica era de 3,8 de média, obtidos através de dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Censo Escolar, sendo sua projeção para 2019 fixada em média 5,0.

No Estado de Minas Gerais, esse mesmo índice alcançou média de 3,9 em 2017, com projeção para 5,3 em 2019. Na cidade de Passos, o índice de média 3,9 em 2017 foi projetado para 2019 em 4,1. Por fim, o resultado alcançado pelo *campus* foi de 6,1 em 2017 com projeção para 6,3 de média para 2019.

Esse desempenho da instituição ficou muito acima da média nacional e, também, acima da meta estabelecida pelo Ministério da Educação que, estipulou média 6,0 para a Educação Básica brasileira, guardada referência de qualidade com os países da OCDE.

As metas intermediárias para o Ideb em todas as esferas foram calculadas pelo Inep no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica. Cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional.

A definição de um Ideb nacional igual a 6,0 teve como referência a qualidade dos sistemas em países da OCDE. Essa comparação internacional só foi possível graças a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no *Programme for International Student Assessment* (Pisa) e no Saeb.

A meta nacional norteia todo o cálculo das trajetórias intermediárias individuais do Ideb para o Brasil, unidades da Federação, municípios e escolas, a partir do compartilhamento do esforço necessário em cada esfera para que o País atinja a média almejada no período definido. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019).

Figura 8 – Resultados e metas do IFSULDEMINAS de Passos no IDEB 2017

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: Escola UF: MG

Município: PASSOS Nome da Escola: IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS

Rede de ensino: Federal Série / Ano: Todas

4ª série / 5º ano 8ª série / 9º ano 3ª série EM

Escola	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS							6.1							6.3	6.5

Obs:

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Sem média no SAEB 2017: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018.

Avaliando o IFSULDEMINAS de Passos no que diz respeito à eficiência, nota-se um interesse considerável dos estudantes por seus cursos de ensino médio, quando da realização de seus processos seletivos para ingresso, medido pelo RIV do *campus*, que é destacado em relação à Rede, embora a unidade se mostre ineficiente na conclusão de ciclos, tracionada pela elevada taxa de evasão de seus alunos. Tal fenômeno merece a investigação que será proposta na intervenção, uma vez que os resultados da unidade em termos de desempenho escolar, pelo que se tem das performances de seus alunos no ENEM e no IDEB, atestam a boa qualidade da formação oferecida, além de o *campus* integrar instituição que alcança esses resultados com a economicidade que coloca o IFSULDEMINAS em posição de destaque em relação à formação dos alunos na Rede Federal brasileira.

Quanto ao ensino superior, é possível dimensionar a eficiência do IFSULDEMINAS de Passos no que diz respeito à avaliação feita pelo índice geral de cursos (IGC), cujo desempenho dos cursos esteja entre as maiores notas conferidas pelo Ministério da Educação, ou seja, entre 4, que é a nota média da instituição como um todo, e 5 que é o caso de muitos de seus cursos, conforme noticiado em seu portal institucional de 18 de dezembro de 2019, no qual se anunciava a nota máxima do curso de Tecnologia em *Design* de Moda.

3.1.3 Contribuições do campus Passos/MG para o desenvolvimento social

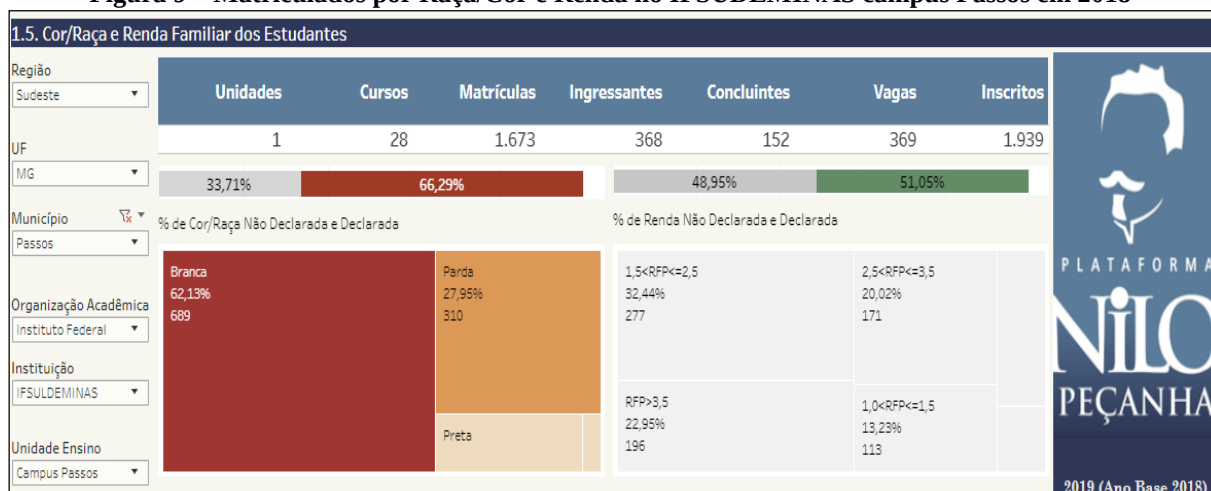
A fim de avaliarmos as medidas tomadas pelo IFSULDEMINAS em termos de promoção do desenvolvimento social, primeiramente é necessário traçar um diagnóstico de quem sejam os alunos que frequentam o *campus* Passos de modo que possamos compreender

os motivos pelos quais se faça o pagamento de auxílios de modo a se tentar combater os já sabidos elevados índices de evasão, bem como oferecer àqueles que se encontram em condição de vulnerabilidade socioeconômica uma melhoria em sua condição, uma vez que muitos alunos acabam por depender, por exemplo, da alimentação que é fornecida na escola, chegando em muitos casos a ser apenas ela a que eles tenham acesso no dia.

Segundo dados da plataforma Nilo Peçanha, em 2018, ano da última divulgação oficial desses dados, o IFSULDEMINAS de Passos, dos 1673 matriculados, 564 não declararam cor ou raça e 1109 o fizeram, dos quais 689 ou 62,13% declararam-se brancos, 310 ou 27,95% declararam-se pardos, 98 ou 8,84% declararam-se pretos e 12 ou 1,08% declararam-se amarelos.

Dos 1673 dos estudantes matriculados, 549 dos que não declararam raça, também não declararam renda, assim como não declararam renda 3 dos que se declararam amarelos, 167 dos que se declararam brancos, 75 dos que se declararam pardos e 25 dos que se declararam pretos. Dos 854 que declararam renda familiar *per capita*, 68 ou 7,96% estão na faixa entre 0 e 0,5 salário mínimo mensal, 29 ou 3,4% entre 0,5 e 1 salário mínimo mensal, 113 ou 13,23% entre 1,0 e 1,5 salários mínimos mensais, 277 ou 32,44% entre 1,5 e 2,5 salários mínimos mensais, 171 ou 20,02% entre 2,5 e 3,5 salários mínimos mensais e 196 ou 22,95% entre 2,5 e 3,5 salários mínimos mensais.

Figura 9 – Matriculados por Raça/Cor e Renda no IFSUDEMINAS campus Passos em 2018



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2018.

Para melhor compreensão desse perfil dos estudantes do *campus*, foram verificados junto à secretaria alguns outros dados de 2018 que possam aprimorar a análise da necessidade do pagamento de auxílios como medida institucional de permanência.

Segundo estes dados levantados, 29,89% dos matriculados eram alunos de Educação à Distância (EaD), dos quais 72,06% em nível de pós-graduação e 27,94% em nível técnico subsequente e, dos 70,11% que frequentam cursos presenciais, 46,84% deles cursam o ensino superior em nível de bacharelado ou licenciatura ou tecnólogo ou pós-graduação e os 53,16% restantes estão nos cursos técnicos oferecidos pelo *campus*.

Do total dos cursos presenciais, para que possamos avaliar o alcance regional do *campus*, segundo a secretaria, os alunos são naturais de 104 cidades diferentes, predominantemente, da microrregião de Passos que, juntamente com outras 13 cidades definidas conforme Minas Gerais (2016), como sendo Alpinópolis, Bom Jesus da Penha, Capetinga, Capitólio, Cássia, Claraval, Delfinópolis, Fortaleza de Minas, Ibiraci, Itaú de Minas, Pratápolis, São João Batista do Glória e São José da Barra, correspondem a 79,79% das matrículas existentes. Considerando a mesorregião de Passos, chamada pelo IBGE de Sul/Sudoeste de Minas Gerais que, segundo Minas Gerais (2016), ainda teria a consideração dos matriculados naturais de Arceburgo, Cabo Verde, Guaranésia, Guaxupé, Itamoi, Jacuí, Juruaia, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Alfenas, Alterosa, Areado, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo, Serrania, Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilícinea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Tomé das Letras, Três Corações, Três Pontas, Varginha, Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Caldas, Campestre, Ibityúra de Minas, Inconfidentes, Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas, Bom Repouso, Borda da Mata, Bueno Brandão, Camanducaia, Cambuí, Congonhal, Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Gonçalves, Ipuiúna, Itapeva, Munhoz, Pouso Alegre, Sapucaí Mirim, Senador Amaral, Senador José Bento, Tocos do Moji, Toledo, Cachoeira de Minas, Careaçu, Conceição das Pedras, Conceição dos Ouros, Cordislândia, Heliodora, Natércia, Pedralva, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São João da Mata, São José do Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Silvianópolis, Turvolândia, Alagoa, Baependi, Cambuquira, Carmo de Minas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Lambari, Olímpio Noronha, Passa-Quatro, Pouso Alto, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, Soledade de Minas, Aiuruoca, Andrelândia, Arantina, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Carvalhos, Cruzília, Liberdade, Minduri, Passa-Vinte, São Vicente de Minas, Seritinga, Serranos, Brasópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguçu, Piranguinho, Venceslau Brás e

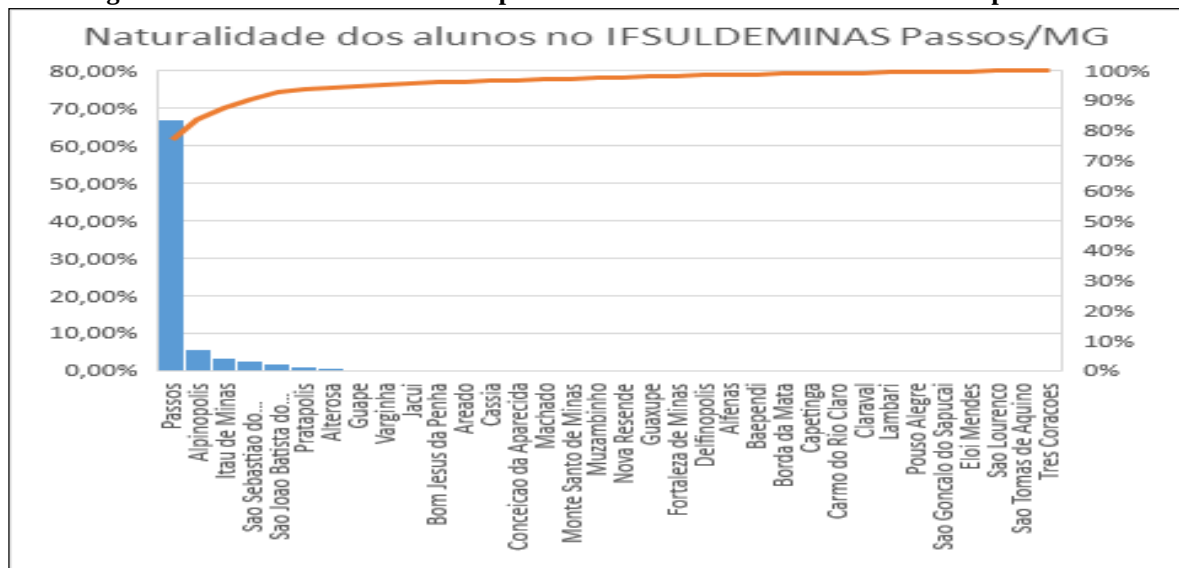
Virgínia, acresce-se a esse percentual outros 7,27%, ficando, portanto, 87,06% das vagas presenciais ocupadas por alunos da mesorregião onde fica situada a cidade de Passos, dando uma dimensão do seu alcance territorial.

As dez cidades com maior percentual de matriculados nos cursos presenciais do IFSULDEMINAS de Passos são, por ordem decrescente de percentual, as seguintes: Passos, com 67,07%, Alpinópolis com 5,76%, Itau de Minas com 3,23%, São Sebastião do Paraíso com 2,73%, São João Batista do Glória com 1,72%, Pratápolis com 0,91%, Alterosa com 0,71%, Guapé com 0,40%, Jacuí com 0,40% e Varginha com 0,40%.

A restrição aqui feita aos alunos matriculados somente em cursos presenciais tem dois propósitos, sendo o primeiro deles a segregação potencial de quais dos alunos podem se beneficiar dos auxílios conferidos pelo *campus*, conforme estabelecimento institucional por conta de sua condição social, bem como verificar quais as cidades que se beneficiaram com a instalação do *campus* de Passos, uma vez que esses alunos das cidades limítrofes, podem, também, conforme determinação institucional, receber auxílios como os que tenham a finalidade de assegurar seu deslocamento, por exemplo.

A seguir, será apresentado um gráfico com a relação de matriculados nos cursos presenciais do IFSULDEMINAS em Passos:

Figura 10 – Matriculados em cursos presenciais do IFSULDEMINAS de Passos por cidade



Fonte: Adaptado de IFSULDEMINAS, 2018d.

Visando a permanência dos alunos com maiores dificuldades por conta de sua condição social, há políticas institucionais que são voltadas ao pagamento de diversos auxílios, que apresentaremos, brevemente, por conta da vastidão dos conteúdos, mas que entendemos como

meio de desenvolvimento social por conta de haver a preocupação de fazer com que lhes sejam conferidas condições de permanecer na escola onde recebem a formação técnica e humana como proposto pela Rede Federal. Além desse pagamento de auxílio, vamos, também, como forma de estudo dessa intenção de conferir formação humana a seus alunos, relacionar os eventos considerados mais afinados com as questões de problemas sociais relevantes com os quais haja necessidade de atuação.

O Programa Auxílio Estudantil atende estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em cursos oferecidos pelo IFSULDEMINAS nas modalidades: técnico integrado, subsequente e PROEJA e graduação (bacharelado, tecnólogo e licenciatura), visando à permanência e ao êxito no processo educativo bem como à autonomia do estudante; auxiliando-o com custeio referente à moradia, transporte, alimentação, entre outras despesas decorrentes de sua vida acadêmica. (IFSULDEMINAS, 2020).

O último regimento institucional acerca dos auxílios estudantis é o que se encontra no Edital 120/2019 (IFSULDEMINAS, 2019g), sobre o qual passaremos a fazer algumas considerações e destaques e avaliar como o *campus* Passos administra aqueles a seu encargo.

A ordem de prioridade com a qual estes alunos devem ser tratados, segundo esse edital, a partir da chamada condição de vulnerabilidade socioeconômica, leva em conta, de forma sequencial, uma vez que há limitação financeira para a concessão desses auxílios por conta do orçamento institucional, as seguintes condições: contemplação aos ingressantes do ano; aos reingressantes que destrancaram matrícula; aos que não se inscreveram em editais anteriores, mesmo que reunindo as condições para tal e estudantes indeferidos em revisões.

Para que o aluno possa se candidatar, são necessários alguns pré-requisitos, dos quais destacamos, para fins desse estudo, a questão da renda familiar *per capita*, uma vez que os dados da plataforma Nilo Peçanha já nos permitiram um panorama do público geral do *campus* Passos.

4.1. Dos Pré-requisitos

- I – Estar regularmente matriculado em cursos presenciais do IFSULDEMINAS, em nível técnico ou de graduação, enturcado em disciplinas regulares do seu curso de ingresso e assistindo aulas obrigatórias presenciais;
- II – Realizar a Inscrição no ícone Editais Abertos, exclusivamente, no site da Instituição (<https://auxilioestudantil.ifsuldeminas.edu.br/>) por meio do Sistema Auxílio Estudantil, completando o passo a passo dentro do Sistema, conforme previsto no item 5.1;
- III – Entregar a documentação comprobatória dentro do prazo estabelecido no Edital;
- IV – Comparecer à entrevista com a documentação solicitada, quando convocado;
- V – Acompanhar e cumprir todos os prazos estabelecidos no Edital.
- VI – Não possuir nível de escolaridade equivalente ou superior à do curso no qual encontra-se matriculado.

VII – Não possuir renda familiar per capita que exceda o valor referente a um salário mínimo vigente. Compreende-se como renda familiar per capita a soma de toda a remuneração familiar dividida pelo número de integrantes da família, a qual, para fins do presente edital, não poderá ultrapassar o valor de um salário mínimo vigente, considerando-se para o cálculo as despesas básicas (aluguel ou financiamento da casa própria, energia elétrica e água). Na análise da renda serão considerados ainda os bens de capital, bens imóveis e bens móveis (mais de um imóvel de propriedade da família, mais de um veículo, entre outros). (IFSULDEMINAS, 2019g, p. 2-3).

Em se tratando do total de matriculados, mesmo que seja necessário o filtro de quem esteja fazendo curso presencial, que pode permitir a participação em edital, para separar dos que fazem cursos de EaD, que não conferem ao aluno essa possibilidade, teoricamente, poderia alcançar 11,36% dos alunos que declararam renda.

Considerados os méritos e a condição, o candidato ainda se submete aos seguintes crivos para que possa ser contemplado pelos auxílios, que constituem fases da análise socioeconômica:

- I - Estudantes que não recebem nenhum tipo de bolsa ou auxílio estudantil que visam a permanência estudantil
- II - Entrega da documentação para análise socioeconômica conforme o item 6.2;
- III - Parecer técnico do Assistente Social do IFSULDEMINAS;
- IV - Estudantes oriundos, prioritariamente, da rede pública da educação básica ou oriundos da rede particular da educação básica de ensino como bolsista integral;
- V - Estudantes que, prioritariamente, não estejam somente matriculados em Trabalho de Conclusão de Curso no semestre/ano, Atividades Complementares ou Práticas e Estágio;
- VI - Relatório dos coordenadores dos respectivos cursos sobre a situação acadêmica dos estudantes que apresentarem mais que três dependências em disciplinas por semestre ou que não estejam matriculados pelo menos em 50% das disciplinas obrigatórias no semestre.
- VII – A distância do domicílio familiar do estudante até o campus onde encontra-se matriculado.
- VIII – Na análise socioeconômica, só serão consideradas as despesas dos estudantes com moradia (aluguel, água e energia), no cálculo da renda per capita, após a ocupação total das vagas existentes nos alojamentos institucionais.
- IX – Frequência mínima, conforme estabelecido a seguir:
 - a) Para os estudantes matriculados no ensino integrado, subsequente, concomitante e EJA: Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), nas disciplinas referentes ao período/ano em que estiver matriculado, conforme normas acadêmicas do curso.
 - b) Para os estudantes matriculados em cursos de graduação: frequência mínima de 75% (setenta e cinco), em pelo menos 50% das disciplinas regulares de seu curso de ingresso, referentes ao semestre em que estiver matriculado e que exijam frequência do discente. (IFSULDEMINAS, 2019g, p. 3-4).

Esses auxílios, distribuídos nas modalidades chamadas de AE1, AE2, AE3 e AE4 estão assentados na Instrução Normativa 4 de 6 de dezembro de 2018, que regulamenta a política de assistência estudantil do IFSULDEMINAS, assim definida:

A Política de Assistência Estudantil, como conjunto de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implantação de ações que promovam, aos discentes, o acesso,

a permanência e a conclusão, com êxito, dos cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS, regida pelos seguintes princípios:

- a) Oferta do ensino público, gratuito e de qualidade;
- b) Garantia da qualidade dos serviços prestados ao discente;
- c) Atendimento às necessidades socioeconômicas, culturais, esportivas e pedagógicas, visando à formação integral do discente;
- d) Igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão nos cursos do IFSULDEMINAS, garantindo a equidade no atendimento aos discentes;
- e) Promoção da educação inclusiva, entendida como defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação relacionadas às pessoas com deficiência, à classe social, ao gênero, à etnia/cor, à religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física/mental/intelectual;
- f) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- g) Garantia do acesso à informação a respeito dos programas e projetos oferecidos pela Instituição. (IFSULDEMINAS, 2018b, p. 1-2).

A concepção da política de assistência estudantil supera a mera questão da permanência que estamos tratando neste estudo através da avaliação do pagamento dos auxílios. Ela funciona como medida emergencial de combate à evasão escolar, problema conhecido na Rede Federal e também no *campus* Passos, mas como se pode notar nessa instrução normativa, a política contém, também, conforme seu artigo 6º, além do pagamento de auxílios, medidas de assistência à saúde, ao atendimento de pessoas com necessidades especiais, acompanhamento do serviço social, auxílio para participação em eventos, acompanhamento psicológico e pedagógico, incentivo ao esporte lazer e cultura e de inclusão digital, todos eles como manifestações da formação integral para o desenvolvimento social que o IFSULDEMINAS oferece e que relataremos pelos eventos promovidos pelo *campus* Passos.

Conforme planilhas do Setor de Assistência ao Educando de Passos, estavam vigentes até outubro de 2019, data do último levantamento existente até esse trabalho, somente havia pagamento de auxílios estudantis AE1, no valor de R\$ 100,00 mensais, AE2, no valor de R\$ 200,00 mensais, AE3, no valor de R\$ 350,00 mensais e AE4, no valor de R\$ 600,00 mensais, perfazendo a soma de R\$ 47.700,00 por mês, conforme tabela a seguir:

A seguir, apresentaremos um quadro resumo dos pagamentos feitos com base nas análises do Setor de Assistência ao Educando de Passos (QUADRO 9), que se encarrega de avaliar os pedidos encaminhados à instituição (ANEXO A), elaborar parecer de cada um com deferimento ou indeferimento e passando à Coordenação Orçamentária e Financeira para que possam ser reservados os recursos necessários aos pagamentos desses auxílios, que são fundamentais para os alunos que deles se beneficiam e encontram nesse incentivo uma forma de poder continuar com seus estudos.

Quadro 9 – Tabela de pagamento de auxílios estudantis IFSULDEMINAS Passos/MG - 2019

Resumo Mensal									
Campus:		Passos							
Edital:		138/2018		12/2019		120/2019		Total mensal	
Mês e Ano de Referência:		Outubro/2019		Outubro/2019		Outubro/2019			
Auxílio	Nível de Curso	Qtd. Auxílios	Valor	Qtd. Auxílios	Valor	Qtd. Auxílios	Valor	Qtd. Auxílios	Valor
Auxílio Estudantil 1	Técnico	22	R\$ 2.200,00	24	R\$ 2.400,00	17	R\$ 1.700,00	63	R\$ 6.300,00
	Superior	9	R\$ 900,00	23	R\$ 2.300,00	19	R\$ 1.900,00	51	R\$ 5.100,00
Auxílio Estudantil 2	Técnico	5	R\$ 1.000,00	7	R\$ 1.400,00	9	R\$ 1.800,00	21	R\$ 4.200,00
	Superior	22	R\$ 4.400,00	16	R\$ 3.200,00	8	R\$ 1.600,00	46	R\$ 9.200,00
Auxílio Estudantil 3	Técnico	3	R\$ 1.050,00	5	R\$ 1.750,00	0	R\$ 0,00	8	R\$ 2.800,00
	Superior	11	R\$ 3.850,00	4	R\$ 1.400,00	15	R\$ 5.250,00	30	R\$ 10.500,00
Auxílio Estudantil 4	Técnico	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
	Superior	2	R\$ 1.200,00	13	R\$ 7.800,00	1	R\$ 600,00	16	R\$ 9.600,00
Auxílios Concedidos	Técnico	30	R\$ 4.250,00	36	R\$ 5.550,00	26	R\$ 3.500,00	92	R\$ 13.300,00
	Superior	44	R\$ 10.350,00	56	R\$ 14.700,00	43	R\$ 9.350,00	143	R\$ 34.400,00
	Qtd/Valor Total	74	R\$ 14.600,00	92	R\$ 20.250,00	69	R\$ 12.850,00	235	R\$ 47.700,00
Alunos Atendidos	Técnico	30		36		26		92	
	Superior	44		56		43		143	
	Total de Alunos	74		92		69		235	

Fonte: IFSULDEMINAS, 2019i.

Sendo o número de contemplados de 235, mais outros 145 que tiveram seus pedidos indeferidos, devido à maioria deles estar em condição de incompletude documental, conforme relatório do setor de atendimento ao educando que segue abaixo, considerando que dados da secretaria de 2019 dão conta de que houvesse 983 alunos matriculados nos cursos presenciais, tanto em nível técnico como superior, que potencialmente pudessem vir a concorrer nas condições estabelecidas nos três editais vigentes até Outubro de 2019, a população que pode ser considerada como em condição de vulnerabilidade no *campus* Passos, gira em torno de 38,66%, o que demonstra a necessidade premente de ações de promoção humana e social no *campus* (QUADRO 10).

Quadro 10 – Auxílios estudantis em outubro/2019 IFSULDEMINAS campus Passos

Ano 2019

Edital	Nº Inscritos	Público Alvo	Deferidos	Indeferidos	Motivo do Indeferimento
138/2018 Edital de Revisão	99	*Revisão - Alunos que recebem auxílios	74	25	Não apresentaram devidamente os documentos para análise, não compareceram na entrevista, não era público do edital.
012/2019 Edital de Revisão	144	Edital de revisão - Alunos que recebem auxílios	92	50	Não apresentaram devidamente os documentos para análise, não compareceram na entrevista, não era público do edital, inscrição incompleta no sistema.
120/2019	139	Para todos os alunos regularmente matriculados que não recebem auxílio e contemplam o edital.	69	70	Alunos que não faz parte do público-alvo, inscrições incompletas no sistema, não apresentaram devidamente os documentos para análise, não se enquadram no perfil de situação vulnerável, não entraram com recurso contra o indeferimento e não compareceram na entrevista, dentre outras.
Totais			235	145	

Fonte: Adaptado de IFSULDEMINAS, 2019i.

Como já citado anteriormente, dado à condição dos alunos, o *campus* oferece aos matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio que permanecem na instituição ao longo do dia, em seu restaurante, duas refeições que são o café da manhã e o almoço. As refeições são servidas com acompanhamento nutricional, tornando o restaurante uma

importante medida adotada pela unidade, visto que a grande frequência em suas dependências pode atestar não somente a necessidade dos que ali se alimentam, como também a comodidade para os que não desejam retornar às suas casas antes do início do período vespertino.

Além dos auxílios e do restaurante, o *campus* oferece acompanhamento psicológico e pedagógico permanente, contando com um psicólogo de carreira, concursado e duas pedagogas no mesmo regime de contratação, constituindo em importante suporte aos alunos que trazem consigo problemas de toda ordem e que encontram na instituição uma oferta de atendimento neste sentido.

O *campus* oferece, ainda, uma dentista, também concursada, para atendimento odontológico em consultório montado no local para que os alunos também tenham a possibilidade de atendimento dessa natureza.

Fora as ações locais, institucionalmente, a Reitoria, por meio de sua Diretoria de Gestão de Pessoas, destina uma série de ações voltadas ao bem-estar dos servidores sobre quem passaremos a abordar, brevemente, ao tratar de alguns assuntos importantes, como os incentivos à qualificação, a jornada de trinta horas e os afastamentos.

No tocante aos servidores, como forma de incentivo institucional à educação continuada, são oferecidos incentivos tanto ao corpo técnico administrativo quanto ao corpo docente para os que se inscrevam em cursos regulares que vão desde a alfabetização até o doutorado.

No chamado Programa Institucional de Qualificação (PIQ), tendo sua última regulamentação no edital 006/2019, são contemplados aqueles que se encontrem em condições de participar do certame e que alcancem maior pontuação conforme estabelecido em edital, dado a sempre presente limitação orçamentária.

Segundo o edital 006/2019, assim se desenha a ação de incentivo:

O PIQ tem como objetivo oferecer fomento aos servidores, para fortalecer a promoção da sua qualificação, o seu desenvolvimento e aprimoramento contínuo, possibilitando a melhoria do desempenho individual e institucional.

2. OBJETIVOS

- 2.1. Contribuir para o desenvolvimento do servidor como profissional e cidadão.
- 2.2. Capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da Instituição.
- 2.3. Promover ações de qualificação para os servidores no âmbito da educação fundamental, ensino médio, graduação, pós-graduação Lato Sensu, pós-graduação Stricto Sensu e Pós-Doutorado.
- 2.4. Potencializar o componente da qualificação como elemento motivacional para a progressão na carreira e para o desenvolvimento pessoal e institucional. (IFSULDEMINAS, 2019b).

Mediante às dificuldades que sempre surgem para quem se interessa pela educação continuada, o PIQ, sem dúvidas, representa um importante meio de incentivo para que servidores melhor formados alcancem melhor desempenho profissional, além da ascensão profissional, uma vez que a qualificação está assentada nos planos de carreira como forma de promoção, bem como contribuição na formação cidadã em consonância com a função social tão defendida neste trabalho.

Somados, PIQ e auxílio estudantil, conforme Demonstração das Variações Patrimoniais do *campus* de 2019, os valores gastos pela unidade com auxílios ao longo do ano foi de R\$ 569.108,93, dos quais, R\$ 15.000,00 correspondem ao valor destinado aos servidores e o restante, aos estudantes, sendo, dentre as despesas executas na unidade, excetuados os gastos com as perdas com reavaliação de bens, que têm caráter eventual, com pessoal terceirizado, e com depreciação, o maior gasto de 2019, ou seja, da discricionariedade de gestão, os auxílios para a comunidade do *campus* são tratados como prioridade, uma vez que os que estão acima destes são indispensáveis ao funcionamento da escola.

A instituição também conferiu, como forma de melhorar o atendimento ao público em geral, bem como meio de oferecer melhor condição de vida e de trabalho a seus servidores técnicos administrativos, uma jornada flexibilizada de 30 horas, sem redução proporcional da remuneração, devendo os servidores, cuja carreira estabelece jornada semanal de 40 horas, fazer apenas um turno diário ininterrupto de 6 horas, desde que os setores mantenham-se funcionando, como revezamento dos contemplados, por, no mínimo, 12 horas diárias conforme a Resolução 042/2015 do IFSULDEMINAS que regulamentou o Decreto 1.590/1995 na instituição para esse fim.

Essa flexibilização, como forma de acompanhamento de sua eficiência, conta com as chamadas comissões permanentes de avaliação (CPA) locais que, como a própria nomenclatura faz presumir, avalia de modo perene a qualidade de vida e trabalho dos servidores e também o atendimento ao público.

Com a implementação da jornada flexibilizada, houve uma adesão maciça dos técnicos administrativos aptos a serem contemplados conforme documentação (ANEXO B), corroborando a importância que essa medida representa para os fins que levaram à sua criação.

Uma última medida que podemos elencar, como forma de interesse pelo desenvolvimento social que o IFSULDEMINAS oferece, que merece ser citada em meio a inúmeras outras, está no afastamento dos servidores para qualificação. Este afastamento, pode ser concedido aos técnicos administrativos conforme regulamentação ditada pela Resolução 056/2018 sob a forma de concessão de horas, no qual se confere 20% da jornada para formação,

sem prejuízo da remuneração aos que não recebam gratificações ou direção, para os servidores que estejam matriculados como alunos regulares em cursos nas modalidades presenciais ou a distância, da educação básica, técnica e superior (graduação e pós-graduação *lato sensu*), que também podem concorrer ao afastamento parcial, no qual se possa afastar de 50% de sua carga horária, desde que cumpridas 20 horas de jornada, com duração de até 3 anos para os programas de mestrado ou até 4 anos para os programas de doutorado, assim como o afastamento integral, que fica condicionado à administração desde importando que as concessões não excedam 10% dos submetidos às chefias, ou, quando em número inferior a 10, que se permita a um servidor esse afastamento.

Os afastamentos dos técnicos são mais difíceis de serem concedidos, uma vez que, para a carreira, não há contratação de substitutos, o que se discute e busca, por meio de articulação política, pleitear junto ao poder público a admissão, o que ainda é embrionário. Ainda no cenário atual, mesmo com as dificuldades para concessão, em Passos, a realidade que se percebe é a de cooperação para que os pedidos de afastamento sejam deferidos e sua concessão viabilizada.

Quanto aos docentes, que contam com a possibilidade de contratação de professores substitutos de até 10% do número efetivo de cargos, os afastamentos são mais frequentes, tendo, inclusive, um edital semestral publicado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), constituída em cada *campi* com a finalidade única de cuidar dos interesses da carreira docente, estando neste edital todas as regras para aqueles que devam se afastar integralmente de suas funções para qualificação *Stricto sensu* e pós-doutorado, como assegurado pelas leis 8.112/1990 (regime jurídico único dos servidores da união) e 12.772/2012 (que trata do plano de carreira do Magistério Federal). A resolução que hoje normatiza o afastamento docente na instituição é a 009/2017 de seu Conselho Superior.

Os afastamentos para qualificação são indispensáveis para a educação continuada, uma vez que diversos programas de cursos de pós-graduação oferecem suas aulas em dias de semana, o que inviabilizaria a permanência dos interessados não fosse o afastamento.

Finalizando esta avaliação das medidas que visem contribuir com o desenvolvimento social pelo IFSULDEMINAS, faremos os destaques dos eventos e atividades de extensão realizados no *campus* de Passos (QUADRO 11), que cuidam de assuntos considerados pelos envolvidos como relevantes aos anseios e necessidades da comunidade do *campus*.

Como o IFSULDEMINAS propõe, em sua política de assistência estudantil, o atendimento às necessidades socioeconômicas, culturais, esportivas e pedagógicas, visando à

formação integral do discente (IFSULDEMINAS, 2018b), a agenda do *campus* leva em consideração essas necessidades no direcionamento de suas ações de extensão.

Esse calendário já formou agenda própria em datas fixas, como, por exemplo, nos meses de setembro, quando as ações institucionais se voltam para a prevenção ao suicídio, em outubro, quando se aborda a questão do câncer de mama e em novembro, quando se fala da prevenção ao câncer de próstata. Essas agendas são um reflexo da discussão nacional acerca desses mesmos temas.

No campo esportivo, com a cessão por parte do poder público municipal da área não contínua já tratada nesse estudo, com a intermediação do Deputado Federal Rodrigo Pacheco, que concedeu ao *campus*, por meio de emenda parlamentar em 2017, o valor de quatrocentos e oitenta mil reais, a construção do complexo esportivo no local conhecido como Paineiras irá beneficiar não somente a chamada comunidade do *campus*, como também a localidade, uma vez que, mediante autorização, suas dependências poderão ser abertas ao público, considerando que o alcance estimado seja de 20 mil pessoas.

Conforme projeto que segue anexado a este estudo, o complexo contará com campo de futebol *society*, quadra de futebol de areia, pista de atletismo, pista de salto em distância, quadra de vôlei de areia, pista de *skate*, quadra poliesportiva, academia ao ar livre e pista de caminhada. Além disso, arquibancada, estacionamento, guarita, vestiários, quiosque e espaço de convivência integrarão a estrutura do lugar.

Eventos esportivos são realizados tanto internamente, como campeonatos de futebol de salão envolvendo equipes de todas as turmas interessadas, como também do corpo funcional, além dos eventos anuais relacionando os diversos *campi*, como os jogos dos Institutos Federais (JIF), numa integração de alunos entre as diferentes unidades pertencentes ao IFSULDEMINAS, como também os jogos dos servidores com sede móvel a cada edição, integrando todo o corpo funcional institucional.

Somado às ações esportivas cumpre o registro da Associação Atlética formada pelos alunos dos cursos superiores constituída em abril de 2019 que se encarregará da realização de eventos esportivos e de utilização da quadra poliesportiva existente no *campus*, como também no complexo esportivo, inclusive no primeiro destes dois espaços da academia de ginástica que ali se instalará para atendimento à comunidade estudantil e corpo funcional.

Outro projeto desenvolvido no *campus* de cunho cultural é o projeto Quintal, coordenado pelo professor do curso de Administração, João Marcos Fernandino Evangelista, que agrega alunos com aptidão para execução de instrumentos musicais para apresentações nos eventos organizados dentro do *campus*, para a comunidade interna e/ou em geral, ou fora dele.

Além desses projetos citados, há ainda a rádio cuja coordenação encontra-se a cargo do professor Tiago Nunes Severino, e que tem uma programação musical variada, além de contar com programas educativos como divulgado na página da própria rádio no *site* oficial do IFSULDEMINAS de Passos o programa Educação na Mídia. A cada semana, a jornalista Renata Cunha faz uma entrevista com um especialista em uma área do conhecimento. Entre os temas abordados estão *Startup*, *Moda Consciente*, *Bullying* e ensino à distância. O programa é produzido pela assessoria de comunicação do Instituto.

Na terça-feira, os estudantes do curso de Produção Publicitária apresentam o Papo de Série, um bate-papo descontraído e animado sobre o que aconteceu nas séries de TV mais assistidas. O programa vai ao ar às 17h e tem reprise às 22h. Comenta Cadu Pereira, apresentador do programa:

"O programa aborda os diversos aspectos cinematográficos por trás câmeras, como enredo, direção, elenco, trilha sonora, além de tratar sobre os prêmios, curiosidades, polêmicas e mensagem por trás da trama, aplicando o conhecimento que obtiveram em sala de aula ao criar, roteirizar, gravar e editar o programa". (IFSULDEMINAS, 2019c, on-line).

O Papo de Série faz parte de um esforço da emissora em tratar sobre o cinema e a televisão durante a programação. No mesmo dia, a Federal FM exhibe o programa Cinetoscópio com as trilhas sonoras dos filmes mais importantes da história, como *O Iluminado* e *Parque dos Dinossauros*. O programa é às 18h com reprise às 23h.

A música brasileira tem espaço no Improviso, programa produzido pela Rádio Senado e exibido na Federal FM às quartas-feiras, às 17h com reprise às 22h. Para o horário das 18h, a equipe da emissora está preparando um programa de música brega, o Bregueif.

A rádio ainda aguarda outorga para que possa ser ouvida via FM, estando até o momento acessível apenas pela *internet* no site www.federalfm.com.br.

Intermináveis seriam as ações se todas fossem aqui apresentadas de modo que fique caracterizada a preocupação do *campus* com o desenvolvimento social. A preocupação desse estudo foi apresentar aquelas que mais sejam significativas para o que se propõe esse trabalho.

Finalizando essa avaliação sobre essa missão institucional no que tange ao desenvolvimento social, faremos uma tabela com os eventos com essa conotação realizados no ano de 2019 no *campus*. Foram temas esportivos, de humanidades, de comunicação, de moda e de inclusão, todos organizados pela comunidade interna da unidade, sendo ofertados, conforme seu desenho para a comunidade acadêmica e, em muitos, abertos ao público externo ao *campus*.

Quadro 11 – Eventos realizados no auditório do IFSULDEMINAS Passos em 2019

AGENDA DO AUDITÓRIO - 2019				
DIA	MÊS	DIA SEMANA	PROPONENTE(S)	PARTICIPANTES
4	abril	quinta	Apresentação Atlética	Estudantes cursos superiores
24	abril	quarta	Evento: O ventre da humanidade	Comunidade
18	maio	sábado	Comissão de Cultura	Dia C - Comunidade escolar/externa
6	junho	quinta	Atlética	Alunos
27	junho	quinta	NAPNE	SEMINÁRIO DE INCLUSÃO
7	agosto	quarta	Jornada da Comunicação	Alunos e comunidade externa
8	agosto	quinta	Jornada da Comunicação	Alunos e comunidade externa
9	agosto	sexta	Jornada da Comunicação	Alunos e comunidade externa
10	agosto	sábado	Organização 7 Passos para a Moda	Alunos e comunidade externa
11	agosto	domingo	Organização 7 Passos para a Moda	Alunos e comunidade externa
12	agosto	segunda	Organização 7 Passos para a Moda	Alunos e comunidade externa
13	agosto	terça	Organização 7 Passos para a Moda	Alunos e comunidade externa
14	agosto	quarta	Organização 7 Passos para a Moda	Alunos e comunidade externa
15	agosto	quinta	Organização 7 Passos para a Moda	Alunos e comunidade externa
16	agosto	sexta	Organização 7 Passos para a Moda	Alunos e comunidade externa
29	agosto	quinta	Seminário de Educação Inclusiva - NAPNE	
30	agosto	sexta	Seminário - NAPNE	
31	agosto	sábado	Seminário - NAPNE	
5	setembro	quinta	NAPNE	SETEMBRO AZUL
6	setembro	sexta	NAPNE	SETEMBRO AZUL
20	setembro	sexta	Atlética / Cleiton	Alunos, professores e comunidade externa
9	outubro	quarta	EncomplF	Alunos, professores e comunidade externa
10	outubro	quinta	EncomplF	Alunos, professores e comunidade externa
11	outubro	sexta	EncomplF	Alunos, professores e comunidade externa
3	novembro	domingo	Evento Atlética	
7	dezembro	sábado	Rodrigo Cardoso - I Jornada de pesquisa dos cursos de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Mídias e Educação	Alunos dos cursos de Pós-graduação e público externo

Fonte: Adaptado de IFSULDEMINAS, 2019j.

3.1.4 Contribuições do campus Passos/MG para o desenvolvimento econômico

Quanto às medidas do IFSULDEMINAS em Passos que dizem respeito à intervenção na realidade econômica local, patrocinando seu desenvolvimento, citaremos a formatação de cursos que visem atender às necessidades dos arranjos produtivos locais, a realização de feiras de estágio, onde os alunos entram em contato com o empresariado a fim de ingressar no mercado de trabalho e de empreendedorismo, a fim de que possam estar municiados de condições que lhes permitam estabelecimento como desenvolvedores de ideias empresariais, além da realização das semanas de Administração, com temática centrada nos temas de interesse econômico, além da maior ação institucional de extensão que consiste na criação da empresa Junior do curso de Administração, onde os alunos além de terem o convívio com situações reais à frente de uma atividade econômica real, ainda expandem seus conhecimentos relacionando a empresa com o público externo.

Quando, em capítulo próprio, foram apresentados os primórdios da instalação do *campus* em Passos, foi apresentada a consulta pública realizada para orientar a abertura dos primeiros cursos, em atendimento às próprias concepções e diretrizes da Rede Federal de alinhamento com os arranjos produtivos locais, também já exploradas, percebe-se que o *campus* pretende se mostrar útil às realidades de onde se localiza.

Esse não é um fato isolado ou restrito ao *campus* de Passos, onde se tenha cursos voltados às área de saúde e de moda, por exemplo, em perfeita consonância com as atividades econômicas que caracterizam a cidade, conferindo a seus alunos maiores condições de oportunidade ao se integrarem à economia local, quer ingressando no mercado de trabalho formal, quer atuando por conta própria, o que também se nota nos outros *campi*, principalmente nas cidades de Machado, Inconfidentes e Muzambinho, com suas fazendas escolas tradicionais com cursos voltados às ciências agrárias, onde haja forte apelo local por esse tipo de formação.

Uma outra demonstração dessa atenção à realidade de seus alunos, está na multiplicação do Ensino à Distância, para possibilitar que os que tenham dificuldades de frequentar os cursos presenciais, sobretudo na difícil tarefa de conciliação de suas atividades profissionais com a formação acadêmica, que os mesmos não estejam desassistidos das ações institucionais. Podem atestar esse fato os atuais cursos de EaD mantidos pelo *campus* de Técnico em Serviços Públicos e Técnico em Administração.

No projeto pedagógico do curso (PPC), do curso Técnico em Serviços Públicos contido na Resolução 006/2017 da Reitoria, na justificativa da criação do curso no que diz respeito ao seu formato e utilidade, temos os seguintes dizeres:

Embora o Brasil seja um país que abriga um dos maiores números de usuários de *internet*, - em torno de 25 milhões de brasileiros - que navegam por meio de computadores em suas casas, nas escolas, nos escritórios, nas bibliotecas e até em cybercafés, o país apresenta por outro lado, altos índices de pobreza, baixa escolaridade e exclusão social, sendo assim marcado por grandes contradições. Neste cenário, os cursos técnicos públicos na modalidade educação à distância devem proporcionar a democratização do acesso ao conhecimento, de modo a permitir e facilitar o acesso ao mundo formal do trabalho através de uma proposta curricular adequada e bem estruturada.

Tendo em vista que a área de gestão é uma atividade meio, ou seja, está presente em todas as atividades econômicas, um técnico em Serviços Públicos tem possibilidades de atuar em diversas áreas e atividades das instituições municipais, estaduais e federais.[...]

Além desses dados, que mostram a representatividade dos servidores públicos no país, foi efetivado um estudo de demanda regional que iniciou em meados de março de 2016.[...]

O IFSULDEMINAS por sua vocação, missão e atuação tem procurado contribuir ativamente no eixo de Educação e Tecnologia e uma das ações realizadas foi a visita a vários municípios da região para informar e prestar orientações sobre a possibilidade de oferta de cursos à distância e de implantação de Polos EaD.[...]

Por ocasião das visitas, as Prefeituras receberam orientações sobre quais as condições necessárias e essenciais para a abertura de um polo e como proceder para receber a visita da Comissão do IF que endossaria a abertura do polo ou não. Do total dos municípios visitados, cinco (5) pediram a visita ao município para avaliação das possibilidades de abertura de novos polos. Foram elas: Cássia, Pratápolis, Capetinga, São Thomaz de Aquino e Alpinópolis.

Por ocasião das visitas, identificou-se pelos depoimentos dos Prefeitos e Secretários da Educação e Assistência a necessidade de capacitação e qualificação dos servidores públicos municipais que segundo os depoentes carecem de informação e qualificação para bem servir a população.[...]

Assim, consideramos que esse curso se justifica pela grande necessidade de formação técnica dos servidores que atuam em diversos órgãos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais e ainda aos que pretendem ingressar no serviço público. E, nesta modalidade a distância, daremos oportunidade de participação aos municípios com menor estrutura educacional e da mais variada localização geográfica, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. (IFSULDEMINAS, 2017a).

A mesma preocupação se fez presente na formulação do mais recente curso de EaD subsequente ao ensino médio oferecido pelo IFSULDEMINAS em Passos, que é o Técnico em Administração, regido pela Resolução 011/2019, na qual se tem nas justificativas o seguinte:

O mercado de trabalho para administradores no Brasil vem ganhando espaço nas organizações. As empresas de grande porte estão ampliando seus quadros de funcionários e as micro e pequenas empresas estão percebendo a necessidade de contratar profissionais com boa formação técnica para atuarem em cargos administrativos e de negócios.

A região apresenta um cenário empresarial diversificado, com o turismo ligado à natureza, a produção e comercialização de café de alta qualidade, inclusive para exportação, laticínios, doces, malharias, móveis rústicos e comércio em geral, os quais procuram no mercado mão de obra qualificada capaz de exercer a função administrativa com eficiência. Para promover profissionais capacitados para atender ao mercado de trabalho dessa região, a oferta do curso Técnico em Administração na modalidade subsequente EaD, tem a função de proporcionar formação técnica profissionalizante, capacitando esses indivíduos para atuarem na área administrativa dos mais diversos setores, seja agricultura, pecuária, indústrias, serviços e comércio, demandadas pela região.

O Técnico em Administração, devido à sua formação diversificada, possui uma visão global das atividades que fazem parte do processo administrativo, compreendendo desde a função operacional de uma empresa até às questões ligadas diretamente ao planejamento estratégico e à gestão empresarial. Assim, o profissional formado é capaz de exercer uma ampla atuação, como na administração direta de pessoal, no seu recrutamento e seleção, na função financeira e contábil, na gestão de custos e compras, nas estratégias de vendas e *marketing*, nos processos produtivos de bens ou serviços, dentre outros.

Sendo assim, torna-se evidente a emergente necessidade de capacitação na área de administração e ainda por ser uma instituição pública, o Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus de Passos, resolve oferecer o curso Técnico em Administração na modalidade a distância, com o apoio da comunidade escolar que, em reunião realizada no dia 31 de outubro de 2018, aprovou por unanimidade a abertura do curso. Além disso, a demanda pelo curso foi mensurada também através de questionário público de interesse, disponibilizado no portal do Campus na *internet*.

Assim, consideramos que esse curso se justifica pela grande necessidade de formação técnica de profissionais que atuam ou desejam atuar nas diversas organizações da região, sejam elas públicas ou privadas. O curso também oferecerá vantagens do surgimento de novos profissionais na área, colaborando para o desenvolvimento das

empresas da região. Além disso, na modalidade a distância, daremos oportunidade de participação aos municípios com menor estrutura educacional e da mais variada localização geográfica, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. (IFSULDEMINAS, 2019d).

Os fragmentos acima expõem o forte alinhamento do *campus* Passos do IFSULDEMINAS com os arranjos produtivos locais, que, nos casos em tela, considerou, novamente valendo-se de pesquisa de opinião, no curso voltado ao serviço público, as demandas dos chefes dos executivos do entorno geográfico da unidade, oferecendo formação aos servidores da ativa para sua melhor qualificação, assim como oportunidade de formação aos que pretendam ingressar no serviço público como alternativa de trabalho. No caso do técnico em Administração, novamente a comunidade foi ouvida e a pesquisa considerou as atividades econômicas locais e de quais qualificações os egressos precisariam dispor para que se encontrassem aptos à inserção no mercado de trabalho, dado às características locais e regionais.

De forma recorrente, o IFSULDEMINAS de Passos promove eventos que visem à inserção de seus egressos no mercado de trabalho, estando alguns deles já fixados na agenda anual de eventos e outros esporádicos, a ocorrer mediante alguma reivindicação mais urgente que se apresente à instituição.

Podemos usar como exemplo o evento organizado pelos cursos de moda, chamado de Passos para a Moda (ANEXO C), onde são expostos os trabalhos dos alunos para a comunidade do *campus* e público em geral que, em 2019, ao contar sua nona edição, passou a incluir a apresentação de trabalhos científicos como novidade nessa atividade de extensão.

A maioria dos eventos organizados por outros cursos tem cunho científico e consistem em atividades mais voltadas ao ensino e pesquisa do que à extensão. São semanas temáticas nos quais os assuntos mais importantes de cada curso são tratados, propiciando enorme ganho de cunho didático-pedagógico.

Contudo, como o propósito desse capítulo consiste no estudo das contribuições do *campus* para o desenvolvimento social e econômico, em se tratando desse último, como se possa presumir, tanto na formação curricular quanto nas maiores ações de extensão que digam respeito a esse propósito, são tomadas pelo curso de Administração que, conforme seu PPC, contido na Resolução 076/2019, assim entende:

Por conseguinte, é possível concluir que as organizações necessitam de profissionais qualificados, capazes de pensar, desenvolver e aplicar as técnicas de gestão em suas empresas.

Neste ambiente, as escolas de Administração de Empresas precisam estar atentas para que os cursos de graduação estejam inseridos numa dinâmica conjunta universidade/mercado, produzindo e disseminando novos modelos de gestão. Desta forma, o mercado se torna um laboratório para os cursos superiores e estes se tornam laboratórios para o mercado. Percebe-se assim um movimento constante de aprendizagem coletiva e continuada. [...]

O Curso Bacharelado em Administração do IFSULDEMINAS – Campus Passos, está atento a esses princípios norteadores da constituição do saber. Por isso, em termos estruturais, novas práticas metodológicas adequam-se à matriz curricular do curso, no sentido de atender às mudanças do mercado não deixando, contudo, de manter a tradição na formação de novos administradores. [...]

O Curso Bacharelado em Administração tem como objetivos específicos:

Desenvolver visão estratégica, atitude empreendedora e de inovação, postura ética, valorização da responsabilidade social;

Disseminar conhecimentos gerenciais que possibilitem ao aluno resolução de situações com flexibilidade e adaptabilidade diante de problemas;

Formar profissionais críticos e reflexivos com capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento;

Formar profissionais aptos a atuar em toda e qualquer organização que estejam diretamente ou indiretamente ligadas ao processo produtivo e capacitá-los para que a sua atuação possa garantir a eficácia e eficiência das mesmas;

Difundir o espírito empreendedor/inovador, para que o egresso tenha condições de modificar os ambientes organizacionais e contribuir para o desenvolvimento regional;

Formar administradores capazes de tomarem decisões no curto, médio e longo prazo com finalidade de buscar sempre melhores resultados organizacionais. (IFSULDEMINAS, 2019e).

No intuito de alcançar essas proposições contidas em seu PPC que, como já por diversas vezes tratadas nesse estudo, demonstram o distanciamento da formação de mão-de-obra para um mercado capitalista, mas trata-se de formação de indivíduos integrados técnica e humanamente, o curso de Administração, como exemplos de ações que visem ao desenvolvimento econômico propõe diversas atividades de ensino e extensão, sendo as mais importantes a criação da empresa Junior, a realização do Encontro de Administração do IFSULDEMINAS e a realização dos estágios obrigatórios.

Dessas três ações, certamente a que representa a mais significativa, no que diz respeito à oportunidade de preparação para o mercado de trabalho, diz respeito à empresa Junior. Constituída em 15 de Fevereiro de 2018 com natureza jurídica de associação privada, razão social de Empresa Junior do Curso de Bacharelado em Administração de Empresas e nome de fantasia de ADIF Assessoria e Consultoria Junior, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 30.302.229/0001-41 (ANEXO D), a ADIF, conforme disposição estatutária, tem como finalidades proporcionar aos membros associados as condições necessárias à aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos às áreas de formação e áreas afins; *oportunizar a colocação de seus membros no mercado de trabalho* (grifo nosso); incentivar as capacidades empreendedoras do aluno, dando a ele uma visão profissional prática já no âmbito acadêmico; intensificar o intercâmbio entre sociedade-

universidade, empresa-sociedade e empresa-universidade; desenvolver o espírito crítico, analítico e as habilidades empreendedoras de seus membros, desde o ingresso do aluno na Instituição; implementar e assessorar na resolução estratégica de problemas e na geração de valor para o cliente através do emprego de técnicas de Administração de Empresas; *promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade através de suas atividades* (grifo nosso); prestar serviços de assessoria e consultoria na área administrativa; prestar apoio ou executar em sua totalidade os eventos realizados no IFSULDEMINAS-Campus Passos, como também eventos externos de cunho acadêmico, científico e/ou cultural; gerenciar os recursos humanos, financeiros e materiais na prestação dos serviços e comercialização de produtos escolares da reprografia do IFSULDEMINAS-Campus Passos.

Sua composição diretiva é constituída da Diretoria Executiva que é formada por membros associados, cuja definição apresentaremos a seguir, eleitos em assembleia geral e é investida dos poderes de administração e representação da ADIF e é composta de um Diretor Presidente, um Administrativo, um Financeiro, um de Relações Externas, um de Recursos Humanos, um de Gestão da Qualidade e um de Gestão de Projetos, com mandato de dois anos, com possibilidade de prorrogação por mais um ano ou recondução para o mesmo cargo ou um outro qualquer e também do Conselho Consultivo, que assessora e orienta a ADIF e é formado por um docente, um ex-membro associado da ADIF da gestão imediatamente anterior à atual; o atual Diretor Presidente e dois membros associados da ADIF que podem pertencer ou não à atual Diretoria Executiva.

Para consecução dos seus fins e para que a ADIF seja autossustentável, ainda que ela não tenha fins lucrativos e seus membros, que não percebem remuneração ou qualquer outra forma de compensação financeira, que podem ser honorários (qualquer pessoa física ou jurídica que queira colaborar materialmente com a ADIF), associados (qualquer discente do IFSULDEMINAS ou de outra instituição de ensino superior, regularmente matriculados, que manifestem interesse em integrar a ADIF e que seja aprovada pela diretoria), *trainee* (qualquer discente do IFSULDEMINAS ou de outra instituição de ensino superior, regularmente matriculados, que sejam necessários para o cumprimento de uma demanda específica ou projeto, aprovados pela diretoria, que podem vir a se associar, findo o projeto que lhes tenha dado razão à admissão) ou orientadores (docentes do IFSULDEMINAS ou de outra instituição de ensino superior que possam orientar os membros da empresa na realização de suas atividades), a ADIF explora comercialmente o serviço de reprografia do *campus* como também presta serviços diversos de consultoria e realização de eventos institucionais ou para o público em geral.

Desempenhando essas atividades econômicas, os alunos convivem com realidades práticas conhecidas teoricamente nas salas de aula, experimentando situações reais de mercado, de Contabilidade, de Administração, de Gestão de Pessoas e demais áreas. Relacionando-se com o público em geral, a ADIF permite o conhecimento das atividades do IFSULDEMINAS para além de seus muros, conferindo a este projeto uma dimensão de relação universidade-sociedade, contribuindo para o desenvolvimento recíproco de ambos os envolvidos.

Internamente, após sua constituição, a ADIF assumiu a organização do Encontro de Administração do IFSULDEMINAS – *Campus Passos* (ENADIF), realizado anualmente, tendo em 2019 sua quarta edição sendo esta a segunda sob a coordenação da ADIF.

Essa semana é definida em reunião entre o corpo docente e os membros da ADIF, onde são discutidos os temas que mais importem para a economia local, considerando como critérios de definição de importância a contemporaneidade e a relevância para Passos e região quanto aos temas, com a consequente definição dos eixos.

No ENADIF são realizados minicursos, oficinas, rodas de conversa, palestras e apresentação de trabalhos e palestras dentro do eixo temático definido, contando com a participação de terceiros na realização dessas atividades, sendo eles membros da comunidade local ou externa a ela, cabendo à ADIF o relacionamento.

O comparecimento ao ENADIF costuma ser maciço, não somente pelo corpo discente que se sente prestigiado por ver a realização de um evento cuja construção, desde as concepções preliminares até o encerramento tenha contado com sua participação ativa, uma vez que é fato que eles se sintam representados pelos colegas membros da ADIF, como também por parte da comunidade externa que pode frequentar esses eventos relevantes, sem custos, o que constitui-se num atrativo adicional, uma vez que eventos dessa natureza, normalmente, são dispendiosos, sem contar o fato de que as Universidades com afinidades de disciplinas se irmanam, sem o indesejável clima de competição acirrado presente numa realidade mercadológica convencional.

O primeiro evento com a coordenação da ADIF foi o III ENADIF (QUADRO 12), que teve como eixo temático a questão das finanças julgado importante dentro da flagrante escassez de recursos deflagrada pela atual crise econômica brasileira, que impõe aos poucos investidores ou poupadores que ainda conseguem reunir condições de aplicação de recursos e precisam de orientação nesse sentido.

Apresentamos III ENADIF onde relacionamos o tipo de atividade desenvolvida, o título da mesma, quantas foram as vagas disponibilizadas e quantos foram os inscritos.

Quadro 12 – Atividades do III ENADIF

TIPO	TÍTULO	VAGAS
Minicurso	Investimento com propósito 12 de set de 2018 19:00-20:30	179 inscritos 120 vagas
Oficina	Matemática Financeira com a calculadora HP12C 12 de set de 2018 20:45-22:30	30 inscritos 25 vagas
Oficina	Administração eficiente do Capital de Giro 12 de set de 2018 20:45-22:30	40 inscritos 35 vagas
Oficina	Orçamento pessoal 12 de set de 2018 20:45-22:30	22 inscritos 20 vagas
Palestra	Controle eficaz nas microempresas 13 de set de 2018 19:00-20:30	221 inscritos 120 vagas
Apresentação de Trabalho	Apresentação de trabalhos 13 de set de 2018 20:30-22:30	61 inscritos 100 vagas
Palestra	Valuation: quanto vale uma empresa? 11 de set de 2018 19:30-21:00	133 inscritos 300 vagas
Oficina	Validação: a palavra da nova economia 12 de set de 2018 20:45-22:30	39 inscritos 35 vagas
Outro	Abertura 11 de set de 2018 19:00-19:30	67 inscritos 300 vagas

Fonte: IFSULDEMINAS, 2018c.

O segundo evento com a coordenação da ADIF foi o IV ENADIF (QUADRO 13), que teve como eixo temático a questão das mídias sociais nas organizações, julgado importante dentro da relevância que esta forma de comunicação assume na sociedade moderna e no mundo empresarial, inclusive para negócios que se desenvolvem no universo da *internet* e se potencializam com o uso adequado das redes sociais para eles voltados.

O quadro a seguir, apresenta o IV ENADIF, onde relacionamos o tipo de atividade desenvolvida, o título da mesma, quantas foram as vagas disponibilizadas e quantos foram os inscritos.

Quadro 13 – Atividades do IV ENADIF

TIPO	TÍTULO	VAGAS
Rodas de Conversa	Ferramentas digitais para potencializar o negócio 11 de set de 2019 19:00-20:40	203 inscritos 300 vagas
Rodas de Conversa	Roda de Conversa com Influenciadores Digitais 9 de set de 2019 21:00-22:40	188 inscritos 300 vagas
Palestra	Como utilizar conteúdo de qualidade para gerar engajamento? 10 de set de 2019 19:00-20:45	226 inscritos 300 vagas
Palestra	Aprenda a transformar seguidor em consumidor 10 de set de 2019 21:00-22:40	255 inscritos 300 vagas
Palestra	Boas práticas para gestão de marcas no digital 9 de set de 2019 19:00-20:45	245 inscritos 300 vagas
Oficina	Desenvolvimento de artes para mídias sociais 11 de set de 2019 21:00-22:40	24 inscritos 50 vagas
Oficina	Criatividade e inovação nas mídias sociais 11 de set de 2019 21:00-22:40	46 inscritos 50 vagas
Minicurso	Aumente suas vendas com o Facebook 11 de set de 2019 21:00-22:40	48 inscritos 50 vagas
Palestra	Inbound Marketing 12 de set de 2019 19:00-20:45	196 inscritos 300 vagas
Oficina	Introdução ao Marketing de Conteúdo para Mídias Sociais 11 de set de 2019 21:00-22:40	32 inscritos 50 vagas

Fonte: IFSULDEMINAS, 2018c.

Além dessas ações relacionadas à ADIF, institucionalmente, quanto ao empenho pelo desenvolvimento econômico, ainda merece nossa consideração a realização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios. Os não obrigatórios são oferecidos pela instituição, estando os admitidos a serviço dos cursos que os demandou (QUADRO 14), além de haver vagas também no setor administrativo, eventualmente, e são remunerados. Atualmente, o Edital 075/2019, apresenta as demandas no quadro a seguir:

Quadro 14 – Distribuição de vagas e habilitação exigida para estágio em Passos

Área de Atuação	Nível Técnico/Médio (Nº de vagas)	Nível Superior/ Tecnólogo/ Bacharelado ou Licenciatura (Nº de vagas)	Carga Horária
Administração/Licenciaturas (CIEC / Setor de Estágio)	--	Cadastro Reserva**	30 horas
Administração/Licenciaturas (Setor de Registros Acadêmicos)	--	01	30 horas
Comunicação Social (Assessoria de Comunicação)	--	01	30 horas
Enfermagem (Coordenação de Enfermagem)	--	Cadastro Reserva**	30 horas

Fonte: IFSULDEMINAS, 2019h, p. 1.

Devido ao tamanho de sua importância, o IFSULDEMINAS *campus* Passos mantém um departamento que se destina exclusivamente à orientação da realização desses estágios não obrigatórios, como também daqueles que figuram como componente curricular obrigatório.

Os estágios obrigatórios são componentes curriculares obrigatórios conforme a Lei 11.788/2008 e, no curso de Administração, como exemplo que materializa a integração Universidade-sociedade, cujo PPC conceitua como estágio curricular supervisionado, uma vez que no cumprimento da legislação, estabelece como disciplina regular obrigatória tendo o cumprimento do estágio em 200 horas, cuja finalidade é a seguinte:

O estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos e faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do estudante. Ele propicia aos estudantes obter uma visão real e crítica do que acontece fora do ambiente escolar e possibilita adquirir experiência por meio do convívio com situações interpessoais, tecnológicas e científicas. É a oportunidade para que os estudantes apliquem, em situações concretas, os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas, de maneira que possam vivenciar no dia-a-dia a teoria, propiciando a complementação da aprendizagem, constituindo-se em instrumento de integração, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. (IFSULDEMINAS, 2019e, p. 83-84).

Culminando com a questão das oportunidades por meio dos estágios, institucionalmente, o IFSULDEMINAS promove, anualmente, tendo sido realizada sua sétima edição em 2019, na cidade de Muzambinho, sua já consolidada feira de estágios e empregos. Por meio delas, o Instituto Federal pretende possibilitar o encontro das empresas com os candidatos, oferecendo oportunidades de cadastro, recrutamento, seleção de *trainees*, estagiários e ou trabalhadores.

Passos sediou a quarta edição dessa feira de estágios entre os dias 10 e 11 de novembro de 2016. Segundo publicação da Assessoria de Comunicação do *campus* à época da realização, a feira foi aberta com uma palestra do colaborador do SEBRAE, Gustavo Becker. Ele é ator, administrador de empresas e palestrante motivacional. Na ocasião, ministrou a palestra “Tô na

Universidade! E agora?”. Já o encerramento, no dia 11, contou com apresentação do professor do Instituto Brasileiro de Mercado de capitais (IBMEC), João Bonomo. O tema discutido por ele foi “Trabalhabilidade: Carreira e Inovação”.

No evento, ainda segundo a matéria publicada à época, foram ofertados 19 minicursos com diversas temáticas abordadas, dentre eles desenvolvimento de currículos modernos, *marketing* pessoal, gestão e liderança, o jovem no atual mercado de trabalho, mercado de trabalho e empreendedorismo. Atividades culturais também fizeram parte da programação. Além disso, nos dois dias, os alunos puderam conhecer mais sobre o mercado de trabalho nos estandes de cada empresa, que funcionaram das 8h às 21h.

Também é um evento de destaque na questão de capacitação para o trabalho inseridos na agenda do *campus* Passos o chamado Recruta Passos, por dois anos consecutivos realizados na instituição, em parceria com a UEMG. A primeira, realizada em 2018 e a mais recente entre 12 e 13 de novembro de 2019 (ANEXO E), o que, segundo a organização, é um importante canal de interação entre quem oferta e quem procura empregos, estágios e capacitações.

Anunciado no portal institucional à época da realização, o evento é gratuito e aberto à comunidade. Os visitantes podem assistir a palestras e participar de *workshops*. Além disso, têm a oportunidade de conhecer as vagas ofertadas pelas empresas e ampliar a rede de contatos.

Segundo informações publicadas pelo responsável pela organização, professor Cleiton Hipólito, também pelo portal institucional por meio da Assessoria de Comunicação do *campus*, no evento de 2018, o Recruta Passos contou com 25 empresas expositoras e foram entregues mais de 600 currículos, gerando muitas entrevistas e possibilidades de empregos no local. As palestras receberam aproximadamente 400 inscritos e os workshops, cerca de 290. Em 2019 a estimativa era de que houvesse 30 empresas expositoras e em torno de 2000 visitantes.

Finalizando nossa avaliação sobre as contribuições que o IFSULDEMINAS de Passos oferece para o desenvolvimento econômico local, considerando o cenário de crise econômica no qual o Brasil encontra-se imerso desde 2014, com o crescente número de desempregados, desalentados e subempregados que acabam se encontrando em condição que os impele a ter de buscar meios para o próprio sustento, na tentativa de poder auxiliá-los na construção de um empreendimento próprio, o *campus* organiza eventos de formação como os cursos FIC que já abordaram temas como imposto de renda de pessoa física que pudesse oferecer aos interessados não somente conhecimento para elaboração de suas próprias declarações como pudessem

também prestar esse serviço a quem deles necessitasse como, principalmente, os eventos voltados ao empreendedorismo, como no caso das *startups*.³

Em Passos, entre 23 e 25 de Novembro de 2018 foi realizada a I *Startup Weekend* e o objetivo foi oferecer proteção e inclusão de pessoas LGBTI em ambientes de trabalho favoráveis à diversidade. Os alunos de Administração envolvidos com o projeto criaram sua *startup* à qual nomearam de *Diversity Jobs*, que também mereceu destaque no portal institucional à época. Novamente, a UEMG foi parceira nesse evento.

Esse evento de difusão global consiste em formação de equipes de trabalho com a finalidade de desenvolverem ideias que passam por um processo de seleção, oferecendo a oportunidade às equipes de trabalho vencedoras a investidores e demais empreendedores que podem decidir por financiá-las ou não.

Em 2019, entre os dias 25 a 27 de outubro de 2019, com o apoio do Escritório Local de Inovação e Transferência de Tecnologia (ELITT) e parceria com a empresa *Google for startups* foi realizada no *campus* Passos a II *Startup Weekend* (ANEXO F). Para o site da organização do evento, o *Startup Weekend* Passos 2019 traz a oportunidade para a criação de soluções para todos esses setores de nossa cidade e região, projetos de empresas que serão construídos com auxílio de experientes mentores durante as intensas 54 horas de trabalho (STARTUP WEEKEND, 2019).

Atualmente, encontra-se aberto o edital para realização da primeira corrida de *startups* do IFSULDEMINAS cujo objetivo, conforme edital 006/2020 da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico – FADEMA, entidade que apoia o IFSULDEMINAS em alguns de seus projetos, seja escolher propostas inovadoras em fase embrionária, concebidas tanto por servidores como discentes da Instituição, com a finalidade de estimular a criatividade de futuros empreendedores e há a expectativa de que seja forte a participação do *campus* Passos nesse evento dado à experiência de que seus servidores e discentes já desfrutam nessa questão.

Face a todo o exposto, após toda a avaliação feita em relação à eficiência com que o IFSUDELMINAS é gerido pelos indicadores estudados, bem como seu interesse e esforço em combinar ações que permitam desenvolvimento econômico e social, presente na gênese da Rede Federal, esperamos, após terminado este estudo, fazer uma conclusão a respeito de quais tenham sido as contribuições do IFSULDEMINAS de Passos na realidade em que se encontra inserido,

³ Uma startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/>. Acesso em: 1 fev. 2020.

tendo sido, embora exaustivo, extremamente recompensador por ter podido conhecer mais de sua essência, o que me fez mais adepto de suas concepções, como forma de política pública brasileira.

CONCLUSÃO

O presente estudo tem suas raízes na relação de seu autor com a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em sua terra natal, na cidade de Machado, porção extremada do Sul do Estado de Minas Gerais, por toda a repercussão que existe na relação estabelecida pela comunidade e o *campus* daquela localidade.

O poder transformador das instituições de ensino para o município e outras cidades de seu entorno constituíram-se em matérias-primas para o entendimento de como se desenrolam todos os bastidores políticos que estão presentes na esfera estatal, principalmente, no que diz respeito às escolhas das cidades que são eleitas merecedoras de receberem unidades escolares de qualquer nível e quais os benefícios diretos e indiretos que são trazidos a seus moradores, fazendo com que haja o engajamento dos atores que possam influenciar nos processos políticos que acabam por culminar na formulação das políticas públicas que, formal e institucionalmente, passam a interferir na vida dos cidadãos do país.

A simbiose desses elementos que são a educação como motor de desenvolvimento social e econômico e a formulação de políticas públicas temperada com a imprescindível formação que a UNESP de Franca oferece aos seus alunos do programa de Planejamento e Análise de Políticas Públicas viabilizaram o intento de combinar o encontro dessas duas paixões: educação transformadora e análise da complexa política institucional brasileira, sobretudo após ter podido ingressar como servidor do IFSULDEMINAS, que foi o motivo maior desse interesse.

A avaliação realizada contou com minhas formações anteriores à UNESP, na área de Ciências Sociais aplicadas, mais especificamente, Contabilidade, em nível de graduação e Auditoria, já em nível de pós-graduação, que acabam por modelar em seus profissionais, algumas credenciais nascidas da própria essência dessas disciplinas, que têm no levantamento, compilação, comparação e interpretação de dados forte instrumental, sendo traduzido o resultado da análise em interpretações numéricas que possam permitir entendimento de tendências de rumos.

Antes dessa avaliação propriamente ditada, modernamente, constitui-se em um dos diversos meios de resposta a uma sociedade cada vez mais atenta, informada e, portanto, vigilante, que deseja a reversão de suas contribuições para a manutenção estatal com a maior eficiência possível em seu favor, manifestada na formulação das políticas públicas que levem em consideração o interesse maior de suas prioridades, foi realizada uma análise das conjunturas políticas que elevaram o ensino profissional no Brasil ao atual patamar, contando com um crescimento exponencial, não somente numérico, mas, principalmente, de

conceituação, ocorrido nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016), quando a Rede Federal rompeu com os paradigmas até então predominantemente criados pelas políticas neoliberais de seus predecessores, que instrumentalizavam a educação profissional brasileira com o fito único de fornecer mão-de-obra qualificada e a baixo custo ao empresariado nacional. Para essa nova admissão do ensino a ser concebido na Rede Federal, o conceito de capital humano que contribuiu para essa ruptura ganha os contornos de Becker (1993) para quem, além dos motivos que façam com que alguém procure se educar, normalmente associados à relação custo e benefícios dessa decisão, devam ser relacionados outros ganhos além dos ordenados e ocupações, como a elevação cultural e outros ganhos não monetários, abrangendo trabalho acumulado e outros hábitos (*apud* MORETTO, 1997, p. 69), que são pressupostos também existentes na nova definição da educação profissional.

Esse motivo de informação à sociedade, anteriormente citado, é o que ressalta a importância de trabalhos como o presente, que devem contribuir para que haja um maior controle sobre os resultados alcançados pela Rede Federal por sua atuação, por tudo que foi dito a respeito dos motivos de sua criação e das expectativas por seus resultados.

Essa forma maniqueísta de condução das políticas públicas para a educação profissional brasileira encontrou na existência das estruturas até então existentes, reminiscências do ensino profissionalizante inaugurado no país pela iniciativa de Nilo Peçanha que, segundo o pensamento predominante da época, quis oferecer aos desassistidos brasileiros uma oportunidade de dignidade, porém com caráter fortemente assistencialista e de profilaxia social.

A concepção moderna que culminou com a criação da Rede Federal pela Lei 11.892/2008, particularmente o IFSULDEMINAS, foi quem trouxe a ruptura com a dualidade ameaçadora para a formulação das políticas públicas educacionais brasileiras, que orbitavam entre a formação meramente profissional ou formação integral, combinando-as, na intenção de que seus alunos se convertessem em reais atores de transformação da realidade, homens integrados e funcionais.

Assim, fizemos uma análise de todo esse retrospecto histórico que expôs essa transformação passando pelas principais leis que trataram do assunto, bem como os atores com elas envolvidos e quais os anseios sociais admitidos para esse desfecho, incluindo nesse apanhado os motivos institucionais que fizessem com que uma unidade da Rede Federal tivesse como endereço a cidade de Passos em detrimento de outras que igualmente tivessem condições de receber, envolvendo o esforço político dispendido para esse bom termo.

Para tanto, a defesa dessa análise contou com literatura que instruisse conceitos de desenvolvimento econômico e social, bem como do que fossem e devessem ser testadas as políticas públicas, merecendo, a nosso modesto ver, destaque do conceito de Dye, que invoca a discricionariedade estatal na conformação de sua agenda, decidindo, em nome da sociedade o que deve ser feito e, também, o que não deve ser feito, sendo a criação da Rede Federal uma escolha governamental do que se tivesse que ser feito.

Foi considerada, ainda, a forma como a cidade, que vive um momento de transformação econômica, entendeu que os investimentos, quer públicos, quer privados, representam uma alternativa, uma porta de saída para que as crises econômicas possam ser enfrentadas e, finalmente, suplantadas, mantendo em boa ordem a sociedade.

Seguida a essa análise, como forma de avaliação dessa política pública, metodologicamente, fizemos um pesquisa *ex-post-facto*, por se tratar de política já implementada e necessitada dessa aferição, submetendo-a ao escrutínio dos crivos da eficiência estatal disposta na Constituição Federal, através de avaliação dos principais indicadores de desempenho do *campus* Passos, comparando-a com os que são alcançados em outras unidades ou instâncias da Rede Federal, para que se possa conhecer seu desempenho diretivo, como também quais as contribuições que possa estar oferecendo ao desenvolvimento econômico, que são motivos existenciais da Rede Federal, o que ecoa na condução do *campus* Passos.

Ao final desse trabalho, a conclusão a que chegamos, por tudo o que foi estudado é que o *campus* do IFSULDEMINAS localizado na cidade de Passos representa, de maneira consoante com o pensamento que originou a Rede Federal, um motor de transformação da realidade local e regional, oferecendo à comunidade quer interna, quer externa, a oportunidade de se desenvolver enquanto sociedade, dado à pluralidade de ideias ali harmoniosamente coexistentes que implicam em medidas de inclusão fortemente enraizadas nas ações institucionais que, conforme admitido por Sen, resultam em alcance das liberdades como manifestação do desenvolvimento.

Outra conclusão permitida por este trabalho está, como não pode ser afastado de uma escola que tenha suas origens no ensino profissional, na perene preocupação de que seus alunos encontrem oportunidades profissionais através da formação técnica recebida, não sendo exclusivamente isso, uma vez que o ensino não é restrito a essa necessidade, mas também de atribuição de predicados emancipatórios voltados à formação do senso crítico, como também integrando a sociedade, o que inclui o universo empresarial, com o direcionamento dos cursos e de outras ações concernentes a esse propósito.

Todos esses objetivos são alcançados com bons indicadores em comparação com a realidade do ensino profissional brasileiro, o que faz com que possamos concluir que o IFSULDEMINAS, *campus* Passos, faz cumprir, com méritos, todos esses princípios de ser uma política pública bem executada porque o faz com os recursos de que dispõe, utilizando-se de imaginação, coragem, determinação e empenho, mantendo para a cidade e entorno, considerável possibilidade de desenvolvimento econômico e social, o que esperamos, por todo o aprendizado que esse estudo e as ferramentas que o programa do mestrado conferiram, possa ser fortalecido, consolidado, e viver os dias áureos da época dessa revolução chamada de Rede Federal.

Houve também problemas encontrados nesse trabalho, como a ausência de algumas informações detalhadas que julgamos importantes, quer por sua simples inexistência tal como seriam úteis, quer por dificuldade de obtenção junto aos que deveriam ser responsáveis por sua compilação e publicidade, que não o fazem e, certamente, talvez seja o que faça dele um instrumento útil à instituição, uma vez que, com ele nasceu uma recomendação de melhoria para os problemas encontrados e que a Direção, possa não ter a percepção de sua dimensão, compreendendo fenômenos ligados às instituições de ensino tão importantes para o desenvolvimento de nossa nação, o que faz crescer em importância o trabalho dos pesquisadores brasileiros que, solidariamente com a política institucional e a sociedade civil como um todo, possa contribuir com a construção do país livre com o qual sempre sonhamos e que não nos cansaremos de trabalhar como edificadores sempre bem dispostos nessa construção cidadã.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública**: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: ENAP, 1997. (Coleção Cadernos ENAP, n. 10). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/556>. Acesso em: 31 jan. 2020.

AMBROSINI, Tiago Felipe; ESCOTT, Clarice Monteiro. O Acesso à Educação Profissional e Tecnológica: da meritocracia à democratização. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 16, p.1-27, mar. 2019. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7852>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Coleção Texto Para Discussão, n. 525). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2308/1/td_0525.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

BELTRÃO, Hélio. **Descentralização e Liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1984.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2019]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise *ex ante*. Brasília: Ipea, 2018a. v. 1. 192 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32688. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Orçamento Federal para a Educação Pública Brasileira em 2019**. Brasília, DF: CGU, 2019a. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2019>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 6975, 26 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 16 dez. 2016a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-norma-pl.html>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2007]. Disponível

em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4320-17-marco-1964-376590-norma-pl.html>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2015]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8112-11-dezembro-1990-322161-norma-pl.html>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 set. 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11788-25-setembro-2008-581200-norma-pl.html>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 25 de setembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2012]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-norma-pl.html>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.: **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 131, dez. 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12772-28-dezembro-2012-774886-publicacaooriginal-138518-pl.html>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Microdados do Enem por Escola são divulgados pela primeira vez**. Brasília: MEC, 20 dez. 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/418-enem-946573306/72191-microdados-do-enem-por-escola-sao-divulgados-pela-primeira-vez>. Acesso em: 29 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. . Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 29 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 2.015, de 20 de novembro de 2019. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 225, p. 42, 21 nov. 2019b. Disponível em: http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_2015_20112019.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - SETEC/MEC 2017**. Brasília: MEC: SETEC, 2017. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>. Acesso em: 29 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - SETEC/MEC 2018**. Brasília: MEC: SETEC, 2018c. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 29 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatório anual de análise dos indicadores de gestão das instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Exercício 2017**. Brasília: MEC: SETEC, 2018d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96381-relatorio-anual-analise-dados-indicadores-gestao-2017&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Chamada Pública n. 1, de 24 de abril de 2007. [Propostas para apoio ao plano de expansão da rede federal de educação tecnológica – Fase II]. **Diário Oficial da União**: Seção 3, Brasília, DF, n. 81, p. 58, 27 abr. 2007. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=58&data=27/04/2007>. Acesso em: 28 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Demonstração das Variações Patrimoniais: IFSULDEMINAS - campus Passos/MG - 2019**. Brasília: STN, 2019c. Disponível em:

https://portal.pas.ifsuldeminas.edu.br/images/VARIA%C3%87%C3%95ES_PATRIMONIAIS_-_DEZ_2019.pdf. Acesso em: 31 Jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Investimento Público no Brasil**: trajetória e relações com o regime fiscal. Rio de Janeiro: Ipea, 2016b. 44 p. (Coleção Texto para discussão, n. 2215). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28277. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**, São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000300004. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 1, n. 47, p. 1-28, 1996. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: FGV, 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 545-562, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jan. 2020.

CAMPOS, Esdras Azarias de. Fesp - Estadualização - A missão I. **Folha da Manhã**, Passos, 3 jun. 2013. Disponível em: <http://www.clicfolha.paginaoficial.ws/materia/22994>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CECCON, Paulo Roberto. **IFSULDEMINAS: 10 anos de história**. 1. ed. Pouso Alegre: Editora do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, 2018. 364 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na empresa**: pessoas, organizações e sistemas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 67-76.

CRISE financeira provoca redução de 2/3 de número de confecções na Avenida da Moda, em Passos, MG. **Jornal da EPTV 1ª Edição**. Passos, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/crise-financeira-provoca-reducao-de-23-de-numero-de-confeccoes-na-avenida-da-moda-em-passos-mg.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2020.

DECRETO para estadualização da FESP em Passos é assinado em BH. **G1 Sul de Minas**. [S. l.], 3 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/04/decreto-para-estadualizacao-da-fesp-em-passos-e-assinado-em-bh.html>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ESTADO de Minas Gerais: Meso e Microrregiões do IBGE. **Minas On-Line**. Belo Horizonte, dez. 2010. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listameso_micro.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

FACULDADES DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Nossa história**. Passos: FIT-MG, 2020. Disponível em: <https://www.fitmg.edu.br/institucional>. Acesso em: 12 mai. 2018.

FADEMA. **Edital n. 06/2020**. [1ª Corrida de *Startups* do IFSULDEMINAS]. Machado: FADEMA, 20 jan. 2020. Disponível em: <http://fadema.org.br/wp-content/uploads/Corrida-de-Startups-IFSULDEMINAS-1.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2018. 320 p.

GOVERNO incorpora a Fundação de Ensino Superior de Passos. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 5 nov. 2014. Caderno Executivo, p. 5. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjE66zt5N7pAhVWHLkGHf8gAqgQFjAAegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%2Fxmlui%2Fbitstream%2Fhandle%2F123456789%2F133327%2Fnoticiario_2014-11-05%25205.pdf%3Fsequence%3D1&usg=AOvVaw330FHKGMwYy6nFhM8w0CsC. Acesso em: 22 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Reitoria. Assessoria de Comunicação. **IFSULDEMINAS recebe novamente nota 4 no Índice Geral de Cursos do MEC**. Pouso Alegre, 18 dez. 2019a. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/institucional-geral/3251-igc-4>. Acesso em: 1 fev. 2020.

IFSULDEMINAS. ADIF – Empresa Júnior do Curso Bacharelado em Administração de Empresa. **Atividades do III ENADIF**. Destinatário: Arnaldo Camargo Botanzini Junior. Passos, 30 jan. 2018c. 1 mensagem eletrônica.

IFSULDEMINAS. Campus de Passos. Coordenação de Infraestrutura. **Agenda do Campus**. Passos: IFSULDEMINAS, 2019j. Disponível em: <https://portal.pas.ifsuldeminas.edu.br/agenda>. Acesso em: 30 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Campus Passos. **Edital n. 006/2019**. [Programa Institucional de Qualificação]. Passos: Direção-geral IFSULDEMINAS, 1 fev. 2019b. Disponível em: <https://portal.pas.ifsuldeminas.edu.br/editais/editais-do-campus/208-editais-2019/1739-edital-06-2019>. Acesso em 31 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Campus Passos. **Federal FM**. Passos: IFSULDEMINAS, 2019c. Disponível em: <https://portal.pas.ifsuldeminas.edu.br/noticias/1829-federal-fm>. Acesso em: 31 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Conselho Superior. **Resolução n. 006/2017, de 27 de março de 2017**. Dispõe sobre a criação do curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio na Modalidade a Distância – Campus Passos. Pouso Alegre: Conselho Superior, 27 mar. 2017a. Disponível em:

https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/galeria_em_artigos/2017/setembro/14/VisitaTC/Resolu%C3%A7%C3%A3o.06.2017.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Conselho Superior. **Resolução n. 009/2017, de 27 de março de 2017.** Dispõe sobre a alteração da Normativa para afastamento docente para Cursos Stricto Sensu e Pós-doutorado. Pouso Alegre: Conselho Superior, 27 mar. 2017b. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/DGP/afastamentos/Resolucao.09_2017_afastamento_docente.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Conselho Superior. **Resolução n. 011/2019, de 27 de março de 2019.** Dispõe sobre a criação do Curso Técnico em Administração Subsequente – EaD do Campus Passos - IFSULDEMINAS. Pouso Alegre: Conselho Superior, 27 mar. 2019d. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2019/11.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Conselho Superior. **Resolução n. 042/2015, de 01 de setembro de 2015.** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Implementação do Artigo 3º do Decreto nº 1.590/1995 no IFSULDEMINAS. Pouso Alegre: Conselho Superior, 1 set. 2015. Disponível em: https://portal.poa.ifsuldeminas.edu.br/images/2018/Agosto/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o.042.2015._Regulamenta%C3%A7%C3%A3o_decreto_1590.2015_.IFSULDEMINAS.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Conselho Superior. **Resolução n. 056/2018, de 22 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Concessão de Carga Horária Semanal de trabalho e Afastamentos de Servidores Técnicos – administrativos em Educação do IFSULDEMINAS para participação em programas de Qualificação Profissional. Pouso Alegre: Conselho Superior, 22 ago. 2018a. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2018/056.2018_Atualizada_em_2019.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Conselho Superior. **Resolução n. 076/2019, de 21 de novembro de 2019.** Dispõe sobre aprovação “ad referendum” da atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior Bacharelado em Administração – Campus Passos. Pouso Alegre: Conselho Superior, 21 nov. 2019e. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2019/76.2019.pdf. Acesso em: 1 fev. 2020.

IFSULDEMINAS. Pró-reitora de ensino. **Auxílio Estudantil.** Pouso Alegre: Pró-reitora de ensino, 2020. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/pro-reitoria-ensino/auxilio-estudantil>. Acesso em: 30 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Pró-reitora de Ensino. **Instrução Normativa 04, de 06 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre as Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS e sobre o Regulamento dos Auxílios Estudantis. Pouso Alegre: PROEN: RET, 2018b. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proen/instrucaonormativa/2018/IN_04_-_Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_Pol%C3%ADtica_de_Assist%C3%Aancia_Estudantil.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. **Regimento Interno do IFSULDEMINAS – Campus Passos.** Pouso Alegre: IFSULMINAS, 27 mar. 2019f. Disponível em:

https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/organogramas/campi2019/Regimento_Interno_Passos_2019-CONSUP.pdf. Acesso em: 2 fev. 2020.

IFSULDEMINAS. Reitoria. **Edital n. 120/2019**. [Programa Auxílio Estudantil – ANO 2019/2020]. Pouso Alegre: Reitoria IFSULMINAS, 28 jun. 2019g. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-ensino/editais-proen/162-assistencia-estudantil/2968-edital-12-2019-programa-auxilio-estudantil-ano-2019-edital-de-revisao-2>. Acesso em: 31 jan. 2020.

IFSULDEMINAS. Reitoria. **Edital n. 75/2019**. [Processo seletivo simplificado para estágio não obrigatório]. Pouso Alegre: Reitoria IFSULMINAS, 4 abr. 2019h. Disponível em: https://portal.pas.ifsuldeminas.edu.br/images/1_Campus_Passos/Edital_75_2019_Passos.pdf. Acesso em: 1 Fev. 2020.

IFSULDEMINAS. Setor de Assistência ao Educando. **Matriculados em cursos presenciais do IFSULDEMINAS de Passos por cidade**. Passos: IFSULDEMINAS: SAE, 2018d.

IFSULDEMINAS. Setor de Assistência ao Educando. **Tabela de pagamento de auxílios - 2019**. Passos: IFSULDEMINAS: SAE, 2019i.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Panorama Município de Passos/MG**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passos/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). **IDEB - Resultados e metas**. Brasília, DF: INEP, 30 ago. 2018. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). **O que são as metas de qualidade educacional**. Brasília, DF: INEP, 23 out. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/ideb/metas>. Acesso em: 29 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). **Enem 2015 por Escola**. Brasília, DF: INEP, [2015]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/enem_por_escola/2015/Sistema_Enem_2015.xlsm. Acesso em: 29 jan. 2020.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos**. 3. ed. Campinas: Alínea Editora, 2004. 141 p.

LEITOR comenta sobre curso de medicina. **Folha da Manhã**. Passos, 8 mai. 2017. Disponível em: <http://clicfolha.com.br/materia/71575/leitor-comenta-sobre-curso-de-medicina->. Acesso em: 27 jan. 2020.

MAFRA, Jason *et al.* (org.). **Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire: Editora Esfera, 2009. 434 p.

MORETTO, Cleide Fátima. O capital humano e a ciência econômica: algumas considerações. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 5, n. 9, p. 67-80, ma. 1997. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4770>. Acesso em: 28 jan. 2020.

OLIVEIRA, Adriana Rivoire Menelli de; ESCOTT, Clarice Monteiro. Políticas públicas e o ensino profissional no Brasil. **Ensaio: aval. pol. públi. educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, p.717-738, jul./set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000300717&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 mai. 2018.

OLIVEIRA, Kelly. Brasil gasta 6% do PIB em educação, mas desempenho escolar é ruim. **Agência Brasil**, Brasília, 6 jul. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-07/brasil-gasta-6-do-pib-em-educacao-mas-desempenho-escolar-e-ruim>. Acesso em: 22 out. 2019.

OLIVEIRA, Marcelo; MORAES, Marcela Barbosa de. A relação entre educação e desenvolvimento. **Ciência alimentando o Brasil**, Taubaté, 2016. Trabalho apresentado no V CICTED: XVII MIPG, 2016, Taubaté, SP. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316605914_A_RELACAO_ENTRE_EDUCACAO_E_DESENVOLVIMENTO. Acesso em: 27 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Centro de informação da ONU para o Brasil. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: ONU, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ORTIGARA, Claudino. **Políticas para a educação profissional no Brasil**: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a educação integral. 1. ed. Pouso Alegre: Editora IFSULDEMINAS, 2014. 198 p.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. 1. ed. Brasília, DF: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2010.

PASSOS. **Lei n. 2.896, de 27 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a desafetação de bem de uso e gozo público e dá outras providências. Passos: Prefeitura Municipal, 2011. Disponível em: <http://www.camarapassos.mg.gov.br/lei/1424/2011-12-27>. Acesso em: 12 mai. 2018.

PSACHAROPOULOS, George. Educação como investimento. **Finanças e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 39-42, set. 1982. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fdesenvolvimento/article/view/61577/59758>. Acesso em: 12 mai. 2018.

REIS, José. **Educação é investimento**. 1. ed. São Paulo: IBRASA, 1968.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31562>. Acesso em: 12 mai. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 mai. 2018.

SOUZA, Washington J. **Responsabilidade social corporativa e terceiro setor**. 1. ed. Brasília: Universidade Aberta do Brasil, 2008.

STARTUP WEEKEND. **Chegou a hora!** Prepare-se para um final de semana inesquecível de muito Networking e mão na massa. Passos, 2019. Disponível em: <http://communities.techstars.com/brazil/passos-brazil/startup-weekend/14847>. Acesso em: 1 fev. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Estado de Minas Gerais). **A UEMG em número**. Belo Horizonte: UEMG, 2020a. Disponível em: <http://www.uemg.br/home/universidade/uemg-em-numeros>. Acesso em: 1 fev. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Estado de Minas Gerais). **Passos: Cursos de graduação**. Belo Horizonte: UEMG, 2020b. Disponível em: <http://www.uemg.br/home/universidade/uemg-em-numeros>. Acesso em: 1 fev. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Estado de Minas Gerais). Reitoria. **Edital Sisu/UEMG: Ingresso 2020**. Belo Horizonte: UEMG, 2020c. Disponível em: <http://www.uemg.br/component/phocadownload/category/492-processo-seletivo-uemg-2020-sisu?download=3394:edital-sisu-uemg-ingresso-2020>. Acesso em: 1 fev. 2020.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Proposta de intervenção

Proposta de Intervenção: Investigação dos motivos para a evasão dos cursos oferecidos pelo IFSULDEMINAS *campus* Passos.

A presente proposta de intervenção tem como objetivo propor à Diretoria de Desenvolvimento Educacional e à Direção Geral do *campus* Passos, medidas que possam, como forma de realização do aumento da eficiência acadêmica, incentivar a investigação dos motivos pelos quais esteja havendo evasão em seus cursos, acima do que seja a média da Rede Federal, atendendo ao princípio constitucional da Administração Pública, assentado em seu artigo 37, que diz respeito à eficiência. Essa proposta é resultado do trabalho de mestrado realizado por Arnaldo Camargo Botazini Junior que realizou pesquisa intitulada “Avaliação das contribuições para o desenvolvimento regional em face da instalação do campus do Instituto Federal do Sul de Minas em Passos/MG”.⁴

Dado às determinações do Regimento Interno do IFSULDEMINAS *campus* Passos, que estabeleceu seu organograma e as atribuições de cada uma das funções nele consignadas é que entendemos ser da competência desses dois cargos essas providências, por conta dos estabelecimentos seguintes (ANEXO G):

Art. 3º. Compete ao Diretor-geral: [...]

IV. Assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas, zelando pelo patrimônio, desenvolvimento, credibilidade e imagem do campus e de todo IFSULDEMINAS;

V. Promover a adoção de processos e diretrizes que permitam a otimização de recursos, a redução de riscos e a realização de benefícios para a instituição;

VI. Assegurar o alinhamento dos investimentos, projetos e serviços do Campus em relação à estratégia geral do IFSULDEMINAS, descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional vigente; [...]

Art. 18. Compete à Diretoria de Desenvolvimento Educacional:

I. Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades das unidades de ensino, pesquisa e extensão do *campus*; [...]

XI. Interpretar mudanças no sistema educativo, dando suporte às atividades acadêmicas e administrativas do campus, atuando proativamente, apontando necessidades, oportunidades e direcionamentos; (IFSULDEMINAS, 2019)

Para o alcance dos objetivos deste estudo foram avaliados os principais indicadores contidos na plataforma Nilo Peçanha a respeito do *campus* Passos, para que se pudesse medir a eficiência da unidade em relação às realidades existentes na Rede Federal, bem como quais têm sido as contribuições à comunidade local no sentido da promoção do desenvolvimento econômico e social.

⁴ Pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca (SP)

De todos os índices estudados, chamaram a atenção aqueles referentes à evasão escolar, que compromete o índice de eficiência acadêmica, o que contrasta fortemente com outros indicadores que advogam favoravelmente ao *campus*. Devido a esse fato, entendemos merecer investigação por parte das Direções a quem se endereça essa proposta de intervenção, uma vez que o entendimento seja de que a unidade mantém estrita conformidade com os propósitos que levaram à criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, importa que o *campus* identifique quais os cursos com os maiores índices de evasão e os motivos pelos quais os alunos desistem de suas matrículas, não somente porque essa melhoria resultará na elevação dos indicadores relacionados à manutenção dos matriculados, como também o alcance da conclusão dos ciclos, uma vez que tem havido cumprimento de todas as determinações institucionais por parte da unidade, recomenda-se investigar os motivos que levem às conclusões necessárias a esse respeito para melhoria dos programas de permanência, fazendo com que haja adequação da política de assistência estudantil, em caso da constatação de sua ineficiência, ou caso a questão esteja relacionada a problemas até então desconhecidos dos discentes, para que se possa saber o motivo pelo qual a desistência esteja tão acima da realidade da Rede Federal, uma vez que não têm faltado ao *campus* as condições para que os alunos permaneçam estudando, confirmados pela seriedade da administração dos auxílios aos que estão em condição de vulnerabilidade socioeconômica, como também de atrativos para sua formação integral.

Essa proposição encontra-se resumida em um roteiro a ser formulado por essas direções para que entreguem às respectivas coordenações de cursos, de modo que se conheça, de antemão, os motivos pelos quais os alunos se evadam dos cursos, caso os motivos já haja suspeita de quais sejam, ou que se passe a conhecê-los de modo que as medidas institucionais possam ser direcionadas com vistas a seu saneamento.

Proposta 1: Investigação da evasão dos cursos FIC

- avaliar a adequação dos cursos às necessidades dos discentes, uma vez que a proposição de sua ementa é livre e visa atender os interesses de uma necessidade pontual;
- avaliar se a infraestrutura tem atendido a realização dos cursos;
- avaliar se o material didático formulado por seus organizadores atende às expectativas dos discentes e se seu conteúdo é acessível;
- avaliar a carga horária e distribuição nos dias da semana para sua realização.

Proposta 2: Investigação da evasão dos cursos técnicos e tecnológicos

- Avaliar a concentração da evasão nos períodos ou módulos para compreensão se as desistências se relacionam à formatação dos cursos ou das necessidades discentes;
- avaliar se a infraestrutura tem atendido a realização dos cursos, sobretudo na manutenção das plataformas para realização na modalidade à distância e acesso à *internet*;
- avaliar se o material didático é atual e acessível;
- avaliar a atuação dos tutores nos cursos à distância;
- avaliar a cobertura dos auxílios e de outros benefícios contidos na política de assistência estudantil.

Proposta 3: Investigação da evasão dos cursos de licenciatura e bacharelado

- Avaliar a concentração da evasão nos períodos ou módulos para compreensão se as desistências relacionam-se à formatação dos cursos ou das necessidades discentes, sobretudo na distribuição das disciplinas nas grades curriculares;
- avaliar se a infraestrutura tem atendido a realização dos cursos, sobretudo no que diz respeito à biblioteca, quer física, quer virtual;
- avaliar o funcionamento dos colegiados e conselhos de classe para saber se as necessidades dos discentes têm sido levadas ao conhecimento das coordenações e quais providências têm sido tomadas para seu saneamento;
- avaliar as percepções do corpo docente para conhecer sua compreensão acerca desse fenômeno e ouvir suas proposições para seu atendimento.

ANEXO

**ANEXO A - FORMULÁRIOS DE ANÁLISE PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO
ESTUDANTIL
DECLARAÇÃO DE RENDA**

Eu, _____,
CPF nº _____, RG nº _____ declaro sob as penas da lei
que a renda média dos últimos meses, no valor de R\$ _____ mensais, declarada,
refere-se aos ganhos obtidos com meu trabalho em atividades
de _____, realizado em _____
_____.

Declaro ainda que o valor acima apresentado é verdadeiro e estou ciente de que a
omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou
divergentes podem resultar em processo contra mim dos tipos: PENAL (crime de
falsidade ideológica) e CÍVEL (ressarcimento por prejuízo causado a terceiros).
Autorizo a devida investigação e fiscalização para fins de averiguar e confirmar a
informação declarada acima, caso seja necessário.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDA

Eu, _____,
portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____,
declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação ao IFSULDEMINAS, que não
exerço nenhum tipo de atividade remunerada desde _____ sendo
dependente, financeiramente de _____, que
é _____ sendo portador (a) do RG nº _____ e
inscrito(a) no CPF sob o nº _____.

Declaro, ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração,
estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos
falsos ou divergentes, implicará em medidas judiciais.

Autorizo ao IFSULDEMINAS a averiguar as informações acima fornecidas.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino a presente para que a mesma produza
seus efeitos legais e de direito, e estou ciente de que responderei legalmente pela
informação prestada.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, portador do CPF nº _____, declaro sob as penas da lei que: () recebo pensão alimentícia no valor mensal de R\$ _____; () não recebo pensão alimentícia.

Declaro ainda que a informação, acima apresentada, é verdadeira e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes podem resultar em processo contra mim dos tipos: PENAL (crime de falsidade ideológica) e CÍVEL (ressarcimento por prejuízo causado a terceiros). Autorizo a devida investigação e fiscalização para fins de averiguar e confirmar a informação declarada acima, caso seja necessário.

DADOS DE QUEM PAGA A PENSÃO (preenchimento obrigatório somente para quem recebe)

Nome: _____	CPF: _____
RG: _____	
Endereço Completo: _____	
Telefone(s): _____	

DADOS DOS BENEFICIÁRIOS DA PENSÃO (preenchimento obrigatório somente para quem recebe)

Nome: _____	Idade: _____
Nome: _____	Idade: _____
Nome: _____	Idade: _____

_____, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do declarante

Assinatura do Responsável Legal no caso dos estudantes menores de 18 anos

PROTOCOLO

<u>Definição do Público Atendido</u> (Assinale <u>UMA</u> das alternativas - conforme item 6.2.1.1.):	
☐ INGRESSANTE EM 2019	☐ NÃO INSCRITO EM NENHUM EDITAL ANTERIOR
☐ REINGRESSO	☐ INDEFERIDO EM EDITAIS ANTERIORES DE REVISÃO

PROTOCOLO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO (via da Instituição)

Data da entrega da documentação: _____/_____/_____

Nome do candidato: _____ Curso: _____

Número do Protocolo (gerado pelo Sistema de Inscrição): _____

Nome do servidor que recebeu a documentação: _____

OBS: A documentação deve ser entregue em envelope lacrado (fechado e colado) pelo candidato e esta via deve ser colada no lado de fora do envelope.

Para uso da Comissão de Assistentes Sociais do IFSULDEMINAS (não preencher)	
Incompleto ()	Não fez inscrição no Sistema ()
2ª etapa:	☐ Deferido ☐ Indeferido
Vai para entrevista:	☐ SIM ☐ NÃO
Entrevista:	☐ Deferido ☐ Indeferido
Resultado FINAL:	☐ DEFERIDO ☐ INDEFERIDO

CORTE AQUI.....

PROTOCOLO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO (via do candidato)

O candidato deverá guardar esta via do **PROTOCOLO** de entrega da documentação até o fim do processo, pois é a comprovação de que os documentos foram entregues dentro do prazo estabelecido no edital para entrega de documentos.

Data da entrega da documentação: _____/_____/_____

Nome do candidato: _____ Curso: _____

Número do Protocolo (gerado pelo Sistema de Inscrição): _____

Nome do servidor que recebeu a documentação: _____

ANEXO B – FORMULÁRIOS DE FLEXIBILIZAÇÃO DE JORNADA DOS SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVOS



Protocolo n.º: _____
Em: ____/____/____
Responsável: _____

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS POUSO ALEGRE
ANEXO I - TERMO DE OPÇÃO À JORNADA FLEXIBILIZADA**

À Comissão Permanente de Acompanhamento da Jornada Flexibilizada dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação do Campus Pouso Alegre

Eu, , _____ ocupante do cargo de _____ do quadro de Servidores Técnico-Administrativos em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS, lotado(a) no Setor _____ inscrito(a) sob a matrícula SIAPE Nº _____ opto pela flexibilização da jornada de trabalho, sem redução da remuneração, em conformidade com o disposto nos Decretos nº 1.590/1995 e 4.836/2003, e na Resolução nº 042/2015 do IFSULDEMINAS.

Assumo o compromisso de cumprir fielmente o horário de trabalho planejado em conjunto com a Comissão, servidores e chefia imediata, determinado conforme a escala de trabalho do Setor _____, sendo meu horário afixado em local visível ao público. Declaro ainda, estar de acordo com os termos do Regulamento de Implementação do Artigo 3º do Decreto nº 1.590/1995 no IFSULDEMINAS.

Assinatura do servidor

Pouso Alegre, ____/____/____.

✕.....

ANEXO I - TERMO DE OPÇÃO À JORNADA FLEXIBILIZADA

Protocolo n.º: _____

Assunto: *Termo de opção à jornada flexibilizada*

Em: ____/____/____ **Por:** _____



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS POUSO ALEGRE**

**ANEXO II - TERMO DE RESPONSABILIDADE NO COMPROMETIMENTO COM
A MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS**

À Comissão Permanente de Acompanhamento da Jornada Flexibilizada dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação do Campus Pouso Alegre

Eu, _____, ocupante do cargo de _____ do quadro de Servidores Técnico-Administrativos em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS, lotado(a) no Setor _____ inscrito(a) sob a matrícula SIAPE Nº _____ comprometo-me a cumprir as minhas atribuições para manutenção e melhoria do serviço em regime de flexibilização conforme a Resolução nº 042/2015 do IFSULDEMINAS.

Assinatura do servidor

Pouso Alegre, ____/____/____.

✂.....

**ANEXO II - TERMO DE RESPONSABILIDADE NO COMPROMETIMENTO COM
A MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS**

Protocolo n.º: _____

Assunto: Termo de responsabilidade no comprometimento com a manutenção e melhoria dos serviços

Em: ____/____/____ **Por:** _____



Protocolo n.º: _____

Em: ____/____/____

Responsável: _____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS POUSO ALEGRE

ANEXO III – ESCALA DE TRABALHO DO SETOR

À Comissão Permanente de Acompanhamento da Jornada Flexibilizada dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação do Campus Pouso Alegre

O Setor de _____ apresenta abaixo sua escala de trabalho de funcionamento de ____ horas ____ minutos diárias de atendimento ao público para ampla publicação conforme Resolução nº 042/2015 do IFSULDEMINAS.

HORÁRIO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA

Assinatura dos servidores

Pouso Alegre, ____/____/____.

✂.....

ANEXO III – ESCALA DE TRABALHO DO SETOR

Protocolo n.º: _____

Assunto: Escala de trabalho do Setor

Em: ____/____/____ Por: _____



Protocolo n.º: _____

Em: ____/____/____

Responsável: _____

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS POUSO ALEGRE**

ANEXO IV – TERMO DE DESISTÊNCIA DA JORNADA FLEXIBILIZADA

À Comissão Permanente de Acompanhamento da Jornada Flexibilizada dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação do Campus Pouso Alegre

Eu, _____, ocupante do cargo de _____ do quadro de Servidores Técnico-Administrativos em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS, lotado(a) no Setor _____ inscrito(a) sob a matrícula SIAPE nº _____ requeiro o cancelamento de minha flexibilização da jornada de trabalho anteriormente implementada conforme a Resolução nº 042/2015 do IFSULDEMINAS, comprometendo-me a realizar a jornada de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

Assinatura do servidor

_____, ____ de _____ de _____.

✂._____

ANEXO IV – TERMO DE DESISTÊNCIA DA JORNADA FLEXIBILIZADA

Protocolo n.º: _____

Assunto: Termo de desistência da Jornada Flexibilizada

Em: ____/____/____ Por: _____

ANEXO C - CARTAZ DA PROGRAMAÇÃO DO 7º PASSOS PARA A MODA



MATRIARCAS
APRESENTA

7º Passos para a Moda 2019
12 a 15 agosto
ENTRADA FRANCA
INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais
Campus Patos

PROGRAMAÇÃO

12 de Agosto (Segunda)
18h: Abertura
18h30: Apresentação Musical, com o Projeto Quintal
19h: Palestra - Moda & Arte, com Natalie Rodrigues
20h40: Desfile abertura

13 de Agosto (Terça)
13h às 15h: Oficina de Maquetes Têxteis, com Patrícia Iamamura
14h30 às 15h: Oficina de Bordado, com os Professores de Moda
15h às 16h: Palestra - Consultoria de Moda, com Maria Isabel Carvalho
15h às 17h30: Oficina de Tratamento de Pele e Maquiagem Digital, com Heliza Faria
15h às 17h: Oficina de Tie Die, com Wendell Bráulio
19h às 21h: Oficina de Carimbo, com Maria Concebida Pereira
19h às 21h: Oficina de Encadernação, com Ana Luiza Bonfim
19h às 21h: Palestra - Arte, Indústria Cultural e Resistência na Moda, com Camila Codonho
19h às 22h40: Oficina de Maquiagem, com Mônica Souza
19h15 às 21h15: Oficina de Criação e Registro de Marca, com Diogo Kawano
19h30 às 22h30: Oficina de Tie Dye, com Miquelina Jesus

14 de agosto (Quarta)
13h às 15h: Oficina de Tingimento Natural, com Iara Pereira
13h às 16h: Oficina de Carimbo, com Mafsa Diniz
13h às 16h: Roda de Conversa - Moda por Amor
15h às 17h: Oficina de Sabão, com Patrícia Monteiro
18h30 às 20h30: Oficina de Bordado, com Raphaela Oliveira e Erika Paes
19h30 às 22h30: Apresentação de Artigos Científicos
19h30 às 22h40: Oficina de Maquiagem, com Victoria Belini

15 de agosto (Quinta)
13h às 15h: Oficina de Maquetes Têxteis, com Patrícia Iamamura
15h às 17h: Oficina de Pintura em Telas, com Ita Garcia
15h às 17h: Oficina de Customização em Jeans, com Flávia Marques
15h às 17h: Oficina de Produção de Conteúdo p/ Mídias Sociais e outras Plataformas, com Henrique Piotto
15h às 17h: Palestra - O que é Arte?, com Naiara Dias
15h às 17h: Oficina de Técnicas de Desenho de Moda, com Rafael Lourenço
15h30 às 18h: Oficina de Aquarela Botânica, com Francielle Menegucci
20h15 às 20h40: Apresentação de Dança, com Lucas e Bruno
20h40 às 21h40: Desfile de encerramento

ANEXO D - CARTÃO DO CNPJ DA EMPRESA JUNIOR

01/02/2020

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.302.229/0001-41 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/02/2018
NOME EMPRESARIAL EMPRESA JUNIOR DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRACAO DE EMPRESAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADIF ASSESSORIA E CONSULTORIA JUNIOR			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R MARIO RIBOLA	NÚMERO 409	COMPLEMENTO SALA CPPD	
CEP 37.903-358	BAIRRO/DISTRITO COHAB	MUNICÍPIO PASSOS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO EJ.ADIF@GMAIL.COM		TELEFONE (35) 9126-4220	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/02/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	30.302.229/0001-41
NOME EMPRESARIAL:	EMPRESA JUNIOR DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRACAO DE EMPRESAS
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	LUCAS DE ARAUJO PEREIRA
Qualificação:	16-Presidente

ANEXO E - CARTAZ DA PROGRAMAÇÃO DO 2º RECRUTA PASSOS



SAVE THE DATE!

Recruta Passos
2ª Edição
Feira de Estágios e Empregos

Dias 12 e 13 de NOVEMBRO 14h às 20h
Local: Auditório/Ginásio do IFSULDEMINAS - Campus Passos
Nova Portaria do Campus: Rua da Penha, 290 - Penha II - Passos/MG

Venha participar com a gente!

O Recruta Passos é um evento com objetivo de gerar ofertas de empregos, estágios e capacitações para alunos e ex-alunos do IFSULDEMINAS e da UEMG, contando com a participação das Instituições de Ensino de Passos e região, além de proporcionar orientação profissional aos participantes por meio de metodologias inovadoras ao incentivar ações voltadas à prática da cidadania.

Programação em breve pelo site:
<http://portal.pas.ifsuldeminas.edu.br>

Atenção!
A inscrição para as atividades é gratuita e será realizada no dia do evento

Contará com a participação de mais de 30 empresas expositoras!

Realização:

INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais
Campus Passos

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE PASSOS

Contato:
(35) 3449-6259 / (35) 9 9962-0357 IFSULDEMINAS
(35) 3529-6027 / 3529-6073 - UEMG

E-mail: recrutapassos@gmail.com
www.ifsuldeminas.edu.br
www.uemg.br

ANEXO F - CARTAZ DA PROGRAMAÇÃO DO 2º STARTUP WEEKEND



Passos startupweekend™
IN PARTNERSHIP WITH Google for Startups

techstars

#TSWPassos19

Crie sua startup em 54 horas

NO TALK ALL ACTION

INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS
(R. MARIO RIBOLA, 409, PENHA, PASSOS)

25, 26 E 27 DE OUTUBRO

MAIS INFORMAÇÕES EM
bit.ly/TSWPassos

INCLUSO NO INGRESSO

- ✓ Certificado Startup Weekend / Google for Startups
- ✓ Alimentação nos 3 dias
- ✓ Mentoria de profissionais experientes
- ✓ Premiações para Top 3
- ✓ Brindes

Global Network Partners

Regional Network Partners

Google for Startups



Sympla


DARWIN
STARTUPS

ANEXO G - ORGANOGRAMA DO IFSULDEMINAS – CAMPUS PASSOS

